

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

PUC-SP

Edison Menezes Urbano da Silva

Guerra e revolução em Weber e Trotski: política imperialista e internacionalismo marxista no contexto da primeira guerra mundial

MESTRADO EM HISTÓRIA SOCIAL

São Paulo

2015

Edison Menezes Urbano da Silva

Guerra e revolução em Weber e Trotski: política imperialista e internacionalismo marxista no contexto da primeira guerra mundial

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em História, sob a orientação do Prof. Dr. Antonio Rago Filho.

São Paulo

2015

Banca Examinadora

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Claudionor Brandão e Valdemir Lisboa, trabalhadores brasileiros, e a Milton D'Leon, intelectual e poeta salvadorenho, que me apresentaram pela primeira vez a um movimento marxista vivo.

Aos companheiros argentinos Emilio, Juan, Christian, Claudia e Paula, a quem devo muito mais do que a ideia inspiradora e o fôlego para levá-la adiante...

Aos trabalhadores de todos os países que ainda se levantam contra a exploração, e que têm um mundo a ganhar, apesar de todo o engenho e violência das classes dominantes para eternizar sua condição atual.

Ao professor Rago, cuja amizade e observações decisivas foram igualmente necessárias para a conclusão desta pesquisa.

RESUMO

Max Weber e Leon Trotski viveram e atuaram politicamente no contexto da primeira guerra mundial, deixando um rico acervo de escritos e discursos, hoje pouco divulgados. Buscamos recuperar esses materiais, vinculando-os ao período em que foram produzidos, a passagem do capitalismo para sua etapa imperialista, bem como aos debates existentes na época, em que tanto a guerra quanto a revolução eram perspectivas palpáveis. Através de pesquisa intensiva da obra dos autores e de seus principais comentadores, reconstruímos o quadro geral da época, com seus dilemas, e a trajetória pessoal dos autores, dando ênfase ao contraponto diante da guerra entre um posicionamento burguês e nacionalista e um internacionalista e proletário. Max Weber, além do conhecido sociólogo, foi um autêntico imperialista alemão, cuja visão histórica comumente julgada pessemista ou resignada não lhe impediu adotar uma enérgica postura de defesa e promoção da guerra. Ao mesmo tempo, buscou apresentar uma visão própria, mais objetiva e equilibrada, de quais deveriam ser os objetivos de guerra alemães. Trotski foi durante toda sua vida um revolucionário vinculado à classe trabalhadora. Encarou a guerra como uma catástrofe que mostrava os limites históricos do capitalismo, oferecendo à humanidade a perspectiva da revolução socialista internacional como possibilidade concreta de pôr fim a todas as guerras.

ABSTRACT

Max Weber and Leon Trotsky lived and acted politically in the context of the First World War, leaving a rich collection of writings and speeches, little known today . We seek to recover these materials, linking them to the period in which they were produced, the transition from capitalism to its imperialist stage, and the existing debates at the time, in which both war and revolution were palpable prospects. Through intensive research of the authors' works and their main commentators , we reconstruct the overall picture of the time, with their dilemmas, and the personal trajectory of the authors, emphasizing the contrast in the face of war between a bourgeois nationalist attitude and an internationalist and proletarian one. Max Weber, besides the well-known sociologist, was an authentic German imperialist, whose historical view commonly judged as one of pessimistic resignation, did not prevent him taking a strong stance in defense and promotion of the war. At the same time, sought to present its own vision, more objective and balanced of what should the German war aims be. Trostki was all his life a revolutionary linked to the working class. Faced the war as a catastrophe that showed the historical limits of capitalism, offering humanity the international socialist revolution perspective as a concrete possibility to end all wars.

Sumário

Apresentação.....	8
Introdução.....	9
Capítulo I – A Alemanha e Max Weber.....	15
Capítulo II – Weber: guerra e imperialismo.....	46
Capítulo III – Leon Trotski e a Rússia.....	78
Capítulo IV – Trotski e a primeira guerra mundial.....	89
Capítulo V – Guerra e revolução.....	117
Considerações finais.....	142
Referências bibliográficas.....	148

APRESENTAÇÃO

A presente dissertação está dividida como segue: os dois primeiros capítulos estão dedicados a Max Weber, os três seguintes a Leon Trotski. Em cada caso, usamos o capítulo de abertura para expor elementos biográficos e aspectos metodológicos relacionados à obra dos autores. Na sequência, apresentamos uma análise minuciosa dos principais escritos de cada um deles a respeito da primeira guerra mundial, cotejando com outras partes da sua obra ou outros aspectos de sua atividade prática que nos pareceram relevantes em cada caso.

Muito embora tenhamos realizado uma ampla pesquisa dos aspectos biográficos de cada um dos autores, não abundamos nas referências bibliográficas, nem nutrimos qualquer sentimento de originalidade na apresentação de suas biografias. Os documentos históricos principais da pesquisa foram os escritos de Weber e de Trotski sobre a guerra mundial, especialmente aqueles escritos durante a conflagração. No caso de Weber, os textos principais foram: “A política externa de Bismarck e o presente”, publicado no natal de 1915, e “A Alemanha entre as potências mundiais europeias”, de 1916. Ambos os textos tiveram de ser traduzidos por nós diretamente do original alemão para esta pesquisa. No caso de Trotski, utilizamos como base principal o longo artigo “A guerra e a Internacional”, de 1914, já disponível em espanhol e francês.

O juízo sobre a relevância, ou não, da pesquisa estará ligado, necessariamente, à importância que o leitor venha a dar à exposição do conteúdo de tais documentos. Quanto à originalidade do tema, podemos nos contentar em ter contribuído para a eventual difusão, em nosso meio acadêmico, de textos pouco divulgados, ainda não publicados em língua portuguesa, de autores importantes, acerca de um momento histórico que certamente não carece de interesse particular. Qualquer contribuição adicional será um desdobramento imprevisto da própria análise.

À redação final acrescentamos uma breve introdução, que pretende mostrar a relevância e atualidade do tema, e convidar o leitor a acompanhar os passos de nossa exposição, e algumas considerações finais, onde buscamos sintetizar o significado histórico do legado de cada um dos autores estudados, com relação ao tema proposto, a guerra, em conexão com problemas mais amplos surgidos ao longo do trabalho.

INTRODUÇÃO

O confronto teórico entre pensadores de vinculação e perspectivas históricas distintas, quando se ocupam de objetos semelhantes ou cujos campos de significação se entrecruzam, não pode mais do que oferecer um fértil terreno e um impulso verdadeiro para a reflexão histórica e social. Quanto maior a envergadura intelectual dos autores em confronto, quanto mais profundas as problemáticas selecionadas para constituir o seu terreno, mais rico o resultado, mais amplo o panorama que se abre para o estudioso.

Havíamos realizado, ali no início de nossa trajetória acadêmica, um estudo do contraponto entre o pensamento de Max Weber e o de Leon Trotski em torno dos temas da burocracia e do socialismo, cujos resultados incorporamos parcialmente aqui. Foi então como um resultado inesperado e ao mesmo tempo recompensador que desembocamos, uma vez mais, num novo contraponto entre esses grandes pensadores do século XX. Dessa vez, abordando fundamentalmente o tema da guerra, com seus desdobramentos para as questões do imperialismo e da revolução social.

Porém o estudo atual não foi um desdobramento direto do anterior. Ao contrário, após realizar aquela primeira pesquisa, nosso interesse acadêmico se deslocou completamente para a complexa figura humana de Max Weber, para seu legado teórico e para a dimensão política, hoje relegada ao segundo plano ou apagada, ao menos em nossas terras, da sua biografia. Muito além da sua conhecida conferência sobre a “Política como vocação”, foi com supremo interesse que encontramos os primeiros textos, num primeiro momento guiados principalmente por W. Mommsen, em que a atitude essencialmente política que caracterizava a intervenção pública de Weber se nos descortinou. Desses textos de comentaristas para o estudo das obras do próprio Max Weber, e dessas para o foco no tema da guerra, e mais precisamente da participação da Alemanha na guerra, o percurso não foi longo. A inexistência de tradução em português dos textos de intervenção de Weber no contexto da guerra apenas nos reafirmou a validade e, acreditamos, a importância do trabalho de pesquisa sobre eles, ainda que fosse apenas para ampliar sua divulgação e conhecimento em nosso meio.

Foi apenas depois de ter realizado a pesquisa minuciosa dessa parte pouco conhecida da obra de Weber – artigos, discursos, cartas e até mesmo comentários destinados à publicação em meios populares não acadêmicos – que nos ocorreu o interesse e necessidade de retomar o contraponto com uma visão diametralmente oposta, tanto do ponto de vista do conteúdo como na dimensão metodológica da questão, a fim de penetrar ainda mais profundamente nos problemas históricos e teóricos que aqueles textos suscitavam, e que continuam suscitando em nossa opinião. Que a escolha para esse contraponto tenha recaído, novamente, sobre o pensamento de Trotski, é algo que a própria exposição que segue buscará deixar claro. Para os fins desta introdução, bastará dizer que tanto a proximidade histórica, quanto o caráter emblemático de Trotski como adversário *internacionalista* dos argumentos *nacionalistas* de Weber, quanto nossa própria familiaridade com a obra trotskiana – todos esses elementos desempenharam seu papel. Porém de todos, um talvez tenha sido o decisivo: resgatar, agora como confronto puramente de ideias, uma contraposição que se colocou *de facto* sobre o terreno histórico no curso da própria guerra. Porquanto Trotski, muito embora não tenha estado na trincheira do nacionalismo russo em nenhum momento, e *justamente* por isso, enfrentou-se com Weber num campo ainda mais amplo do que o das trincheiras da guerra: o campo de um conflito de classes que, por sua própria natureza, adquiria um caráter ainda mais amplo, tanto em termos geográficos quanto em termos efetivamente históricos.

Em outras palavras, a própria conflagração mundial de 1914 foi o estopim para uma ampla “guerra civil” que percorreu todo o continente europeu, especialmente a partir da revolução russa de outubro de 1917, e depois nas revoluções de 1918-1919 na Alemanha, na Hungria em 1919, e assim por diante.

Nesse contexto, as posições teóricas e políticas adotadas por Weber e por Trotski nos anos anteriores e no curso da primeira guerra mundial, assumiram os contornos de um enfrentamento direto no plano da política europeia e universal após 1918. De certo modo, embora aparentemente não tenham chegado a encontrar-se frente a frente, podemos ver as negociações de paz de 1918, em Brest-Litovski, entre a Rússia revolucionária e as potências centrais encabeçadas pela Alemanha, como uma ampla confrontação entre ambos. Como é sabido, a delegação russa foi então chefiada por Leon Trotski, que buscava então um duplo objetivo: por um lado, neutralizar a sanha anexionista com que uma Alemanha em vantagem militar buscava tomar territórios do

antigo império russo; por outro, e principalmente, ávido em utilizar aquelas negociações de paz como tribuna para propagar a chama revolucionária para a Europa central. Embora Weber não tenha participado pessoalmente daquelas conferências, seu acompanhamento diário das negociações foi tão intenso que deixou marcas em todos os seus principais escritos do período, em particular no célebre discurso “Política como vocação”. Tanto era direto seu envolvimento com o processo, que Weber não se furtou de participar logo em seguida, dessa vez inclusive com presença física, das negociações de paz de 1919 em Versalhes, onde todo o quadro das relações internacionais foi redefinido nas condições que emergiram após o horror sem precedentes da primeira guerra.

É conhecida a influência do pensamento de Max Weber nos meios acadêmicos brasileiros. Desde o pensamento conservador, até alguns ilustres intelectuais de esquerda, e até mesmo acadêmicos marxistas como Florestan Fernandes, Weber foi durante muitos anos quase uma unanimidade.

Contudo, apesar da importância de sua obra para o pensamento social brasileiro, pouco se estudou no Brasil até hoje sobre suas posições políticas, suas intervenções, teóricas e práticas, nos grandes acontecimentos políticos de sua época. Mesmo quando se abordou o pensamento estritamente político de Weber, isso foi feito em geral muito mais enfocando as ideias e princípios gerais estabelecidos por ele, do que comparando tais ideias com as aplicações diretas ou indiretas a que serviam de base.

Tanto do ponto de vista da metodologia, em que seu instrumental analítico foi tomado como “neutro” por muitos; quanto do ponto de vista da política, em que, “apesar de seu nacionalismo”, Weber foi tantas vezes identificado como um democrata ou um progressista liberal; a imagem que se costuma passar de Weber é bastante distinta da que emerge da reconstituição de sua figura em seu contexto histórico concreto.

Marianne Weber, a esposa que foi sua companheira de toda a vida, e que se encarregou de sua obra após a sua morte, definia Max Weber como “um estudioso que se esforçava por explorar irrestritamente a verdade e um político apaixonado”.

Como veremos, Weber não era apenas um nacionalista entre outros, mas um autor engajado para quem o Estado nacional alemão enquanto Estado potência (*Machtstaat*) constituía o ideal supremo, cuja defesa era uma *responsabilidade histórica* e um *destino*.

A esse respeito, o presente trabalho pretende mostrar a continuidade entre suas concepções de conteúdo e suas propostas metodológicas. Em outras palavras, mostrar como a ideia de uma eterna disputa entre distintos valores e concepções do mundo irreduzíveis, “cada qual com seu próprio deus e seu próprio demônio”, constitui o segredo oculto de toda a complexa construção conceitual weberiana. Em Weber, esse deus e esse demônio não eram passíveis de qualquer racionalização, e mesmo metodologicamente a concepção weberiana leva isso em conta e até o final.

Queremos mostrar como essa ideia está na base tanto de sua metodologia como de seus fortes posicionamentos políticos, questão que poderia ser ilustrada através de alguns exemplos “práticos”, como a sua análise baseada em tipos ideais do *capitalismo*, da *burocracia*, das *formas de dominação*, etc. E, de quebra, pretendemos apontar para a hipótese de que o fundamento histórico e filosófico por trás da construção metodológica baseada no tipo ideal se vincula ao abandono dos ideais universalistas da burguesia revolucionária dos séculos dezessete e dezoito, em favor da concepção de que a ciência, assim como a vida, não pode mais do que se basear na luta ininterrupta entre valores antagônicos e irreconciliáveis. A metodologia criada por Weber seria, portanto, uma notável expressão ideológica da passagem acabada do capitalismo de sua fase contraditoriamente progressista, que imperou até meados do século dezenove, para sua fase declinante e “reacionária em toda a linha”, no dizer dos marxistas – o *imperialismo*, como etapa ou época determinada do capitalismo.

Por outro lado, diversos fatores nos levaram a considerar relevante analisar a contribuição de Trotski. Em primeiro lugar, do ponto de vista do objeto da pesquisa, o contraponto de Weber com Trotski não apenas se justifica teoricamente, mas também histórica e politicamente ambos foram contendores nas imensas disputas que marcaram a política europeia e mundial da época – ainda que Trotski tenha vivido ainda mais vinte anos depois da morte de Weber, razão que também contribuiu para que vários de seus temas nos pareçam muito mais contemporâneos do que os daquele. Em segundo lugar, e a despeito do esforço pontual de alguns autores, a obra de Trotski ainda é praticamente desconhecida nas universidades, rejeitada ou ignorada, não importa. Em terceiro lugar, no sentido mais amplo, o novo contexto mundial aberto com a grande crise capitalista de 2008, assim como um relativo reacendimento das lutas de classes ao redor do mundo (inclusive com certo “retorno” da palavra revolução), são todos fatores que contribuem para recolocar o interesse pelo marxismo, e temos razões para acreditar que a obra de Trotski ocupa um lugar de destaque no interior dele. Uma parte dessas razões ficará mais clara ao final da leitura dos capítulos dedicados a sua contribuição.

Se o estudo da biografia política de Max Weber logo nos atraiu para o lugar que a primeira guerra mundial ocupou nela, desvelando a perspectiva weberiana de um mundo que nunca se libertará das guerras, tivemos a necessidade de oferecer, a nós mesmos e a nossos eventuais leitores, a perspectiva oposta, na figura de um grande revolucionário internacionalista: de uma humanidade capaz de superar de uma vez para sempre as guerras e seus inauditos sofrimentos.

A fim de oferecer o quadro mais completo possível do contraponto teórico que buscamos fazer, será conveniente, em mais de um lugar, fazer referência a alguns dos principais resultados da nossa pesquisa anterior. Assumimos, no entanto, o compromisso de evitar cair com isso em digressões ou, o que seria pior, numa indefinição temática que ofuscasse a relevância do objeto que escolhemos, a saber, a posição de Weber perante a guerra e o imperialismo, bem como o contraponto correspondente no pensamento de Trotski, com sua perspectiva internacionalista e socialista, voltada para a emancipação humana através da luta revolucionária da classe trabalhadora mundial.

Que o tema é ainda atual dá mais uma mostra a edição recente no Brasil, em 2013, dos "Escritos Políticos" selecionados por Peter Lassman e Ronald Speirs, do Reino Unido,

em que encontramos um dos textos cuja tradução para o português, a partir do original alemão havíamos empreendido para os propósitos desta pesquisa. O texto em questão é chamado “Entre duas leis”, voltaremos a ele ao final da parte dedicada da Max Weber (cap. III).

Por outro lado, que além de atual pela temática, a pesquisa também é digna de interesse pelo conteúdo da análise, pode se depreender da maneira como os citados editores da Universidade de Birmingham, apresentam esse aspecto da obra weberiana. Dizem eles, à p. XII de sua introdução ao volume: “Em 1914, apesar de suas reservas quanto ao direcionamento da política externa alemã, Weber foi inicialmente contaminado pelo entusiasmo geral. Quando a guerra avançou, ele recuperou a objetividade que lhe era característica”. Veremos detalhadamente por que não podemos concordar com semelhante avaliação, e acreditamos que ninguém mais que o próprio Weber será persuasivo em demonstrar o contrário.

Por fim, já às vésperas de finalizar a redação final, tivemos ainda outra grata surpresa no sentido da relevância de nosso estudo. Trata-se da publicação da última obra de um autor marxista tão influente no Brasil como Michael Löwy, ocorrida em fins de 2014, a partir da edição original francesa de 2013, versando, precisamente, sobre “Max Weber e o marxismo weberiano”. Algo da análise contida nessa obra será tratado nas páginas que seguem.

CAP. I – A ALEMANHA E MAX WEBER

Max Weber nasceu na Alemanha, na cidade de Erfurt, em 1864, e ali morreu, em Munique, em 1920.

Na época de formação de Max Weber, em fins do século dezenove, como sabemos, a Alemanha possuía já um elevado nível de desenvolvimento industrial. Melhor dizendo, foi justamente durante seus anos de juventude que ela alcançou a sua primeira explosão de desenvolvimento capitalista.

Assim, aquele país que Marx caracterizou como “o mais pequeno-burguês da Europa” na década de 1840, e que ainda em 1860 era uma região dividida numa miríade de feudos e principados, chegou ao limiar do século XX como a potência mais dinâmica da Europa – e rivalizando no mundo quanto a esse dinamismo apenas com os Estados Unidos.

É importante destacar também que houve, marcadamente em 1848, uma tentativa revolucionária de deixar para trás os elementos políticos e sociais que condenavam a Alemanha de então ao atraso histórico. Esse processo, analisado por Marx e Engels numa série de obras¹, em particular no livro “A burguesia e a contrarrevolução”, do primeiro. Naquela revolução de 1848, que parecia carregar o potencial progressista dos acontecimentos de 1789-1794 na França, mas que frustrou esse potencial, foi selado o caminho que, duas décadas mais tarde, conduziria a uma modernização pelo alto, a chamada *via prussiana* de desenvolvimento capitalista². Com a capitulação da burguesia alemã à Coroa e à aristocracia, a derrota da classe operária foi também, em parte, a derrota de seus adversários, como afirmou Marx no início do seu livreto “Trabalho assalariado e capital”. Isso quer dizer: pelo receio a perder o poder para o novo

¹ Cf. em particular: “A burguesia e a contrarrevolução”, de K. Marx, e “Revolução e contrarrevolução na Alemanha”, de F. Engels. Ver também o material reunido em K. Marx, “Nova Gazeta Renana”

² O tema da *via prussiana* é analisado numa vasta bibliografia, da qual destacamos: V. I. Lenin, “O desenvolvimento capitalista na Rússia”; e L. Köfler, “Contribución a la historia de la sociedad burguesa”. Ver também J. Chasin, “A miséria brasileira”.

proletariado alemão que vinha se formando nas décadas anteriores, a burguesia preferiu frear e bloquear o caminho da revolução que deveria dar origem à sua própria dominação de classe. Diante de uma classe trabalhadora muito mais desenvolvida que os *sans-cullotes* franceses de 1789, a burguesia trai sua própria revolução, e busca uma conciliação com as velhas classes aristocráticas, dando origem a uma via conservadora de desenvolvimento capitalista, em que o dinamismo econômico não se desdobra numa modernização geral do regime político e das relações sociais. Isso não se modificou após a unificação da Alemanha por Bismarck, entre 1866 e 1871; pelo contrário, a tarefa historicamente necessária da unificação nacional foi completada então “pelo alto”, renovando as marcas da derrota da revolução de 1848.

Assim, o regime alemão da época de Weber era, tanto do ponto de vista social como do político, por assim dizer, anacrônico para o contexto europeu, marcado como estava por tal processo de unificação nacional tardio em relação às demais potências europeias, e restaurador do ponto de vista interno – lembremos que o Império Guilhermino só termina após a primeira guerra mundial. Pela mão do “chanceler de ferro”, o general Junker prussiano Otto von Bismarck, a Alemanha enfim unificou-se, derrotou as agitações sociais internas e pavimentou o caminho para um ciclo de desenvolvimento sem paralelo, que atravessou todo o último quarto do século XIX e atravessou o início do seguinte.

Desse modo, a Alemanha, partindo de uma posição de atraso, ingressava no rol de países de capitalismo desenvolvido, e o rápido desenvolvimento econômico causava perturbações na ordem social que colocavam em perspectiva profundas alterações da mesma. A ascensão social e econômica da burguesia alemã se dava então de forma inexorável, como decorrência e paralelamente ao desenvolvimento mesmo do capitalismo alemão. Não obstante, essa classe não o fazia em ruptura aberta com os vestígios feudais da sociedade, e politicamente sua posição de classe repunha uma e outra vez as condições dessa gênese histórica.

Por um lado, a necessidade de ampliar seu desenvolvimento capitalista colocava na ordem do dia a conquista de um novo regime social, tanto no que toca à estrutura agrária, como no que diz respeito ao estabelecimento de alguma espécie de regime parlamentar mais afeito aos mecanismos da democracia burguesa clássica. Por outro lado, as necessidades de proteger-se contra sua classe trabalhadora e de inserir-se num

mercado mundial já ocupado por seus competidores mais antigos, colocavam-lhe tarefas originais em relação às quais a Alemanha não se podia espelhar em nenhum dos modelos já existentes. É desse rico tecido social que se erguerá o gênio de Max Weber.

Weber e a política alemã

Como já afirmamos desde a introdução, muito ao contrário da imagem ainda hoje difundida do cientista “neutro”, isolado em seu gabinete e preocupado apenas com os tipos ideais de sua teoria sociológica, Max Weber foi desde a juventude um homem engajado na política de seu tempo, a começar pelo contato que teve desde cedo com o círculo de seu pai, um político profissional que chegou a ser membro do *Reichstag*, o parlamento alemão, que na época de Bismarck era totalmente submetido ao domínio da Prússia, do chanceler e do próprio Kaiser.

Não nos deteremos aqui nesse período da vida de Weber, descrito com riqueza de detalhes por Wolfgang J. Mommsen (*Max Weber und die deutsche Politik*), e na já citada biografia de sua esposa Marianne (*Ein Lebensbild*), limitando-nos a umas poucas indicações.

Falando especialmente dos anos entre 1894 e 1897, portanto quando Weber entrava nos seus trinta anos, Marianne narra: “Nessa época, Weber sentia atração por distintos pontos em mais de um dos partidos políticos da burguesia e da pequena burguesia alemã; porém igualmente via motivos para rejeitar uma adesão completa a qualquer deles”. Assim, entre sua juventude e a consolidação como intelectual maduro, Weber passou ou teve contato com diversos partidos: os pangermanistas da *Alldeutschen Verband*; os “nacional-liberais” de Friedrich Naumann; mais tarde, os “progressistas-populares” (*Fortschrittlichen Volkspartei*), sem falar de que tinha boas relações com um setor da socialdemocracia, e assim por diante. Novamente segundo Marianne: “Nos anos discutidos acima, a vida de Weber sem dúvida alguma mudou para a atividade política prática. Seu nacionalismo era ardente demais para ele se satisfazer definitivamente com a eficácia de seus textos”.

Para Marianne, Max Weber era um ardente nacionalista, e também alguém que, na mesma fase da vida em que assumiu sua primeira cátedra acadêmica e publicava seus primeiros trabalhos de impacto, teve sua vida atraída diretamente para a “atividade política prática” e por distintos pontos “em mais de um dos partidos da burguesia e da pequena burguesia”. Segunda ela, naquele que depois fez fama como sociólogo, “os instintos combativos e também os dons de retórica exigiram mais que um emprego apenas literário”³

Num dos textos que analisaremos em detalhe no capítulo seguinte, Weber mesmo dá uma pista de como certa independência de visão política o acompanhou desde a juventude, e muitas vezes em direção conservadora:

Não quero falar como homem de partido. Sempre vi a política apenas sob o ponto de vista nacional, não apenas a política externa, mas toda política em geral. Apenas assim, também, orientei minha filiação partidária. Quando fui pela primeira vez com meu pai a uma urna de votação, ele deu um voto liberal, e eu um voto conservador – agora já há muito não mais.⁴

Como veremos ao analisar o discurso inaugural de Weber como professor titular na Universidade de Freiburg, esse seu engajamento era parte da tarefa de contribuir ao amadurecimento político da nova burguesia alemã, chamada a cumprir um papel de liderança nacional que a antiga aristocracia prussiana já não era capaz de desempenhar. Weber foi provavelmente, dentre os pensadores burgueses alemães, o que vislumbrou com maior clareza o significado da nova etapa que o capitalismo atingia. Mais tarde, será com esses olhos que buscará analisar e intervir sobre o conflito entre as potências europeias pela divisão do mercado mundial.

Assim se expressava Max Weber ao assumir sua primeira cátedra, aos 31 anos de idade:

³ Cf. Marianne Weber, “Weber, uma biografia”, p. 270.

⁴ Max Weber, “Deutschland unter den europäischen Weltmächten” [“A Alemanha entre as potências mundiais européias”], *Zur Politik im Weltkrieg* [Sobre a política na guerra mundial], compilação organizada por Wolfgang J. Mommsen. Tübingen, J.C.B. Mohr, 1988, p. 161. A tradução é nossa.

Em todas as épocas, *a obtenção do poder econômico* fez determinada classe acreditar que poderia *aspirar à liderança política*. É perigoso e, a longo prazo, incompatível com o interesse da nação quando uma classe em declínio econômico mantém em suas mãos o domínio político. Porém, mais perigoso ainda é quando classes *em direção às quais* se move o poder econômico e, com ele, o direito à liderança política, ainda não têm a maturidade política para assumir a direção do Estado. Neste momento, ambas as coisas estão ameaçando a Alemanha, e, na verdade, esta é a chave para entender os atuais perigos de nossa situação.

Ou seja, Max Weber detecta com plena lucidez o momento histórico vivido pela Alemanha após a unificação pelo alto promovida por Bismarck, e o faz sobre uma clara análise de classes. A aristocracia Junker, pela qual Weber nunca dissimulava sua deferência, era a classe em declínio mencionada acima, e isso não pela perda de sentido de seus valores, mas simplesmente porque foi deslocada pelo desenvolvimento histórico, isto é em primeiro termo, pelo desenvolvimento econômico. Mas por outro lado, a classe em direção à qual se move o poder econômico, a burguesia é claro, não possui a maturidade política dos velhos aristocratas. Os analistas que estudaram a obra de Weber contra o pano de fundo das concepções nietzscheanas não nos parecem ter errado o alvo quando colocam essa contraposição entre as duas classes em termos da *vontade de poder* presente na mais antiga, e sua ausência na mais nova. Passaremos ainda brevemente sobre essa questão ao longo desta pesquisa, indicando ao mesmo tempo que a crítica weberiana à falta de vontade de poder das classes modernas recairá com ainda maior peso sobre proletariado alemão.

O trecho a seguir, retirado do mesmo discurso inaugural, é ainda mais claro no sentido do que acabamos de expor:

Sou membro das classes burguesas, sinto-me como tal e fui educado segundo suas convicções e seus ideais. No entanto, nossa ciência tem justamente por vocação dizer o que ninguém gosta de ouvir – nem aqueles que estão acima de nós, nem aqueles que estão abaixo, tampouco os que estão dentro de nossa própria classe. E quando me pergunto se hoje a burguesia da Alemanha tem maturidade suficiente para ser a classe que lidera politicamente a nação, não consigo, *hoje*, responder que sim. A burguesia não criou o Estado alemão com

sua própria força, e, depois de criado, quem esteve à frente da nação foi aquela figura cesarista feita de outra substância, nada burguesa. Grandes tarefas na área da política de força não foram rerepresentadas à nação; só muito mais tarde, de maneira tímida e quase relutante, iniciou-se uma “política de força” ultramarina, que nem chega a merecer esse nome.⁵

Esse questionamento endereçado a Weber a sua própria classe e a sua geração, que assistiu à unificação nacional por outras mãos, e não desempenhou nenhuma tarefa política de magnitude semelhante, será um tema recorrente tanto nesse discurso quanto em toda a sua obra posterior. Podemos adiantar aqui a observação de que esse posicionamento contribuirá, seguramente, para a adesão entusiasmada de Weber ao esforço de guerra alemão; talvez aí ele visse uma tarefa “grandiosa” para testar a capacidade da burguesia de se equiparar politicamente à velha classe dos Junker.

Vale notar que a forte nota aristocrática nessa concepção da grandeza das tarefas históricas se observa numa referência quase ausente na obra de Weber: o papel da burguesia na revolução de 1848. Aliás, melhor seria dizer que a referência àquele evento histórico não está ausente, mas sua importância é muito atenuada. Isso porque, na verdade, não são de todo raras as referências ao papel desempenhado pela Assembleia de Frankfurt naquela revolução. Mas o que Weber nunca será capaz de encarar é que a pusilanimidade histórica da burguesia alemã teve seu marco original mais profundo na traição ao proletariado e à revolução naquele ano. E que desde então essa burguesia manifestou sua inclinação para esperar pela salvação vinda do alto, por um comando politicamente autoritário e socialmente reacionário. A história do III *Reich*, o regime nazista que sobe ao poder em 1933, fica totalmente de fora do escopo dessa pesquisa, mas a atitude da burguesia que se lançou aos braços do *Führer* não é sem precedentes históricos.

Voltando a nossa análise anterior, devemos destacar que as posições defendidas nesse discurso de quando ainda era jovem, nunca foram modificadas em nada essencial por seu autor, como deixam claro os testemunhos de Marianne Weber e do seu editor Wolfgang Mommsen.

⁵ Max Weber, “O Estado-nação e a política econômica”, incluído no volume “Escritos políticos”, p. 31. A citação anterior é do mesmo texto, p. 28-29.

Isso significava então, para Weber, que era imperiosa a necessidade de forjar uma liderança política poderosa, capaz de levar adiante suas tarefas históricas. Em certo sentido, grande parte de sua obra política esteve sempre orientada para a busca de uma personificação para aquela tarefa de liderança histórica.

Mais tarde, no período posterior aos anos do esgotamento nervoso que tiraram Weber de toda atividade teórica ou política, e que se estenderam de 1897 até 1904, e à parte de seus próprios discursos e escritos, talvez seja na relação de amizade com Friedrich Naumann, que Weber encontrou seu meio mais palpável e cotidiano de intervir na vida política diária alemã. Naumann era um político profissional, do partido nacional-liberal que, diferentemente de Weber, chegou a se empenhar na agitação antissemita ou antijudia, já no fim do século XIX. De todo modo, nos conselhos que lhe enviava e nas discussões que com ele estabelecia, Weber interveio nas mais distintas conjunturas⁶. Um exemplo de como via a política, por cima dos partidos e com base nas diferentes classes e frações de classe, pode ser encontrado, entre tantos outros, na descrição que faz Marianne da maneira como Max Weber, a propósito de uma crise parlamentar com origem na política colonial do Kaiser, aconselha Naumann expressamente em tentar atrair “a ala jovem do partido liberal”, a “ala sindical dos socialdemocratas”, e assim por diante⁷.

Mas os conselhos ao jovem político, cuja primeira campanha política foi financiada por Helene Weber (mãe de Max) em associação com uma família amiga (Ida Baumgarten), com uma sigla criada sob a inspiração das ideias políticas de Weber e com o sugestivo nome de “*Nationalsozialismus*”⁸, nunca foram mais que uma via auxiliar para a

⁶ O que não exclui, é claro, o fato de que, frente à política concreta de seu tempo, Weber se sentisse muitas vezes frustrado ou reduzido a uma situação de “impotência política”. Cf, por exemplo, Marianne Weber, cit., p. 470.

⁷ Marianne fala de como surgiu e se desenvolveu a amizade entre Weber e Naumann, e sobre a ascendência intelectual do primeiro sobre o segundo: op. cit., p. 164-166. Como curiosidade, o capítulo termina com uma singela polêmica de Weber contra a ideia, então esgrimida pelo jovem Naumann, de que a “felicidade das massas” pudesse ou devesse ser considerada como um ideal válido.

⁸ Cf. Marianne Weber, cit., p. 270. É evidente que não há qualquer relação de continuidade política direta entre o “nacional-socialismo” de Naumann e Weber, de um lado, e o movimento criado décadas mais tarde por Adolf Hitler, até porque o primeiro partido de Naumann se dissolveu após duas tentativas

intervenção política deste, assim como os acordos políticos entre ambos nunca foram totais.

De todo modo, é nesse contexto geral que a guerra mundial se apresenta, então, do ponto de vista de Weber, como o grande teste para a nacionalidade alemã e suas lideranças. Uma conflagração geral de proporções inéditas, que levou sofrimentos inauditos para as massas de toda a Europa: fala-se em mais de 9 milhões de mortos, em batalhas que chegavam a ceifar a vida de centenas de milhares de pessoas num único dia. Do seu desenlace dependia todo o ordenamento mundial entre as nações dominantes, bem como sua relação com as demais regiões do globo. Weber se deparou com ela não na posição de um analista imparcial, mas, muito longe disso, na condição de quem se sente responsável pela defesa ideológica guerra como uma necessidade histórica, uma responsabilidade e um destino.

O pensamento de Max Weber em seu contexto de época

Vimos que a obra teórica de Max Weber surge em paralelo com sua atividade política, na década de 1890, anos em que o crescimento econômico vertiginoso da Alemanha se combinava com a já não tão incipiente disputa entre as grandes potências pelo domínio das regiões coloniais, e pela hegemonia no sistema de estados europeus. A experiência de vida nesse momento histórico, que como veremos mais à frente se define para os marxistas como a virada para a *época* ou *etapa imperialista* do capitalismo, deixa também marcas na maneira como Weber se inscreve nas controvérsias acerca do estatuto científico e metodológico das nascentes “ciências sociais” estabelecidas no quadro da sociedade burguesa consolidada nos principais países europeus.

Devemos ter em mente que as grandes transformações históricas em curso também tinham um impacto profundo no terreno do pensamento. Para entender isso, devemos

frustradas de eleição deste, quando então o grupo se fundiu “com a ala democrática de esquerda da burguesia”, dando origem a um partido liberal (segundo o relato de Marianne).

imaginar o contexto de uma Alemanha que, nos primeiros três quartos do século XIX, ainda estava na rabeira do desenvolvimento econômico e social, se comparada aos países mais avançados da Europa, a Inglaterra e a França, e que eram, por assim dizer, seus rivais naturais. Os produtos do pensamento da época de ascensão histórica da burguesia nesses que são os seus países “clássicos” (Inglaterra e França), que ao mesmo tempo foram fatores de seu desenvolvimento, eram negados por uma Alemanha que até então procurou fazer “do vício, virtude”. O enaltecimento da importante herança cultural alemã, que podia contar entre seus expoentes um Goethe, um Hegel, um Kant ou um Leibniz, vinha de mãos dadas com uma espécie de negação da necessidade de seguir os passos de ingleses e franceses no desenvolvimento social e político. Aí teve origem o tipo específico de pensamento romântico-conservador que marcou o período compreendido entre a morte de Hegel em 1830 e a virada para o século XX, e cujos desdobramentos mais sinistros seriam vistos na ideologia que preparou e acompanhou o regime nazista nos anos 1930. O período vivido por Weber é precisamente um momento intermediário, diríamos até de *transição*, entre esses momentos.

Os pensadores do chamado “historicismo alemão”, aqueles que professavam aquela espécie de romantismo conservador que mencionamos, davam um tipo de resposta aos desenvolvimentos filosóficos e científicos franceses, com seu racionalismo-positivismo desenvolvido a partir de Descartes; bem como ao liberal-utilitarismo britânico, de inspiração em Bentham, Mill e Locke, era uma tentativa de resguardar a superioridade cultural alemã buscando idealizar sua singularidade absoluta (“histórica” apenas nesse sentido a-histórico) e rejeitar toda ideologia do progresso. Longe de querer imitar o desenvolvimento histórico anglo-francês, o pensamento conservador queria tratar o destino alemão como algo *à parte*⁹, como forma de melhor justificar a manutenção do status quo atrasado da Alemanha prussiana, numa espécie de irracionalismo que ia no sentido inverso não só ao racionalismo cartesiano, mas também descartava os melhores resultados da própria filosofia clássica alemã, de Kant a Hegel. O que parece bem em consonância com o ambiente conservador do regime de Bismarck, a menos de um pequeno detalhe.

⁹ É claro que outros tantos pressupostos dessa atitude teórica dos conservadores alemães era a rejeição da dialética de Hegel, que nessa época já era tratado “como cachorro morto” nos dizeres de Marx, que então se declarou “discípulo desse grande pensador” (cf. “O Capital”, v. 1, t. 1, p. 28). Da atitude dos alemães conservadores com relação ao próprio Karl Marx, acreditamos que nada precise ser dito.

Ora, se temos em vista que o desenvolvimento das forças produtivas sob o capitalismo, ou dito de outro modo, o desenvolvimento econômico capitalista, por sua própria natureza, não respeita as fronteiras nacionais e não permite que país nenhum se recolha sobre si mesmo, voltando-lhe as costas, então já fica claro que esse tipo de pensamento não poderia seguir vigente ali, ao menos não sem graves alterações. Menos ainda isso seria possível, se lembramos que é justamente no final do século XIX que a Alemanha atinge um máximo dinamismo econômico.

Portanto, a saída daquela situação, ligada ao declínio de Bismarck e ao ingresso alemão no rol das potências imperialistas, no limiar do novo século, dá origem a uma grande controvérsia entre pensadores que buscam dar origem a uma “sociologia” por uma via alternativa à francesa e inglesa. A sucessão entre Dilthey, Windelband e Rickert (o mais importante para Weber, segundo diversos comentadores) vai estabelecendo um marco específico para a “sociologia alemã”, e é nessa tradição que Weber se insere, e a partir da qual estabelece seus fundamentos metodológicos, base para seu edifício conceitual¹⁰.

Muito mais do que eles, Weber também percebe a necessidade fundamental, do ponto de vista do estabelecimento de uma ciência afim ao universo de valores burguês, de refutar a crítica de Marx à sociedade capitalista (e à ciência que faz sua apologia tratando-a como fato dado, eterno e imutável). Não dispomos aqui do tempo necessário, e nem nada nos assegura que o interesse do leitor chegaria a tanto, para sequer esboçar o quadro de convergências e divergências de Weber com respeito aos autores antes citados¹¹. Achamos, porém, que a sobrevivência e a afirmação quase universal de Weber como pilar das ciências humanas contemporâneas (burguesas) dão mostra suficiente de que é ele quem leva mais a fundo as reflexões que pairavam naquele debate; é ele quem melhor consegue responder à necessidade de uma ciência social alemã original, que buscasse dar resposta às necessidades originais do capitalismo alemão, e que o fez de maneira tão “profunda” que se tornou referência nas escolas mais

¹⁰ Cf. Gabriel Cohn, “Crítica e resignação”.

¹¹ Idem.

diversas – e não em último lugar, pela sua instrumentalização no interminável combate teórico das academias contra o marxismo¹².

Isso se dá porque Weber não se satisfaz, nem poderia satisfazer-se, com uma ciência social que apenas estuda a “singularidade” do presente ou do passado *em si mesma*, como fazia a primeira “historiografia” conservadora alemã. Dito de outro modo, e como veremos, Weber está sim interessado em estudar os fenômenos sociais como singularidades, porém não de uma maneira, por assim dizer, contemplativa. Ao mesmo tempo em que desfaz a ligação dialética entre singularidade e totalidade, ao ponto de tentar mesmo banir a ideia de totalidade das ciências sociais, Weber necessita resgatar a ideia de que há regularidades válidas e observáveis na história, ainda que sua aplicação seja sempre apenas probabilística. Ele está interessado no papel da Alemanha no desenvolvimento histórico universal, e por isso necessita refutar a grande explicação materialista para esse desenvolvimento, e precisa oferecer uma explicação alternativa, tanto do ponto de vista do método (uma vez que, aceito o “método” marxista, é impossível evitar sua “substância”) como também do ponto de vista do conteúdo assinalado ao desenvolvimento histórico dominante, isto é, o desenvolvimento ocidental.

Contra esse pano de fundo, e antes de passar ao próximo tema, nos parece interessante fazer uma observação sobre algo que encontramos no recente livro de Michael Löwy sobre Weber. Nesta obra, como ainda teremos oportunidade de analisar brevemente mais adiante, Löwy tem o intuito declarado de ressaltar as “convergências” e a “ampla esfera de complementaridade” que enxerga entre os pensamentos de Marx e de Weber; bem como ressaltar o “marxismo weberiano” como um “campo aberto que comporta muitas possibilidades ainda inexploradas”.

Mas aqui ainda não é disso que queremos tratar, mas sim da relação teórica que vínhamos reconstruindo do pensamento de Weber com o seu contexto histórico e científico mais imediato. É acerca disso que queremos ressaltar a seguinte colocação de

¹² Sobre isso, é interessante notar o uso que se faz de Weber na maioria dos cursos de graduação em Ciências Sociais: uma vez utilizado para desprestigiar o marxismo, o “weberianismo” é tranquilamente posto de lado, isto é, ao menos não é nem de longe tão utilizado de fato como fonte metodológica, quanto sugeririam as constantes referências à sua importância teórica.

Löwy: depois de fazer o devido reparo de que Weber “rejeita qualquer ideia socialista”, e que “não hesita em empregar algumas vezes argumentos apologéticos favoráveis ao capital privado”, Löwy então afirma: “Contudo, em certos textos-chave, que tiveram enorme impacto na história do pensamento no século XX, ele se permite fazer uma crítica lúcida, pessimista e profundamente radical dos paradoxos da racionalidade capitalista”. Pouco mais à frente, Löwy nos informa que, “[m]antendo certa distância da tradição racionalista das Luzes, ele é sensível às contradições e aos limites da racionalidade moderna, tal como esta se manifesta na economia capitalista e na administração burocrática. Ele denuncia seu caráter formal e instrumental, e a forma como ele induz efeitos contrários às aspirações emancipadoras da modernidade”.

Enfim, toda essa maneira de falar nos parece uma apologia bastante descabida num autor marxista, mas ainda teremos tempo de falar sobre isso. O que nos interessa agora é que, logo após fazer essas considerações, Löwy arremata seu pensamento¹³ com a conclusão: “O que impressiona nessa análise pessimista/resignada de Weber é a negação das ilusões do progresso, tão poderosas na consciência europeia do início do século XX”.

Ora, é claro que não questionaremos o direito que Michael Löwy tem se “impressionar” com o que seja, menos ainda com Max Weber, mas o fato é que, se bem as ilusões do progresso eram generalizadas na consciência europeia do início do século XX, por outro lado Weber não estava sozinho em sua postura. Ao contrário, como já assinalamos, uma espécie de negação romântica da modernidade capitalista era um dos elementos centrais que definia a atitude de um amplo setor da intelectualidade alemã. Quanto a nós, o que nos parece digno de destaque em Weber é seu aspecto “duplo” com relação a tais problemas: sua ironia (amarga) pode se voltar tanto aos que acreditam que o futuro trará luz e progresso, quanto aos que esperam se furtar de semelhante futuro “metendo a cabeça sob a terra”.

¹³ Todas as citações desse trecho estão em Michael Löwy, “A jaula de aço”, p. 34-35.

A metodologia dos “tipos ideais”

Vistas as coisas assim, fica claro porque é que o acento dado à obra de Weber se circunscreve, em nove décimos dos casos, à metodologia do tipo ideal, e à explicação histórica do surgimento do capitalismo, vista como alternativa à explicação marxista. Como o segundo tema não está previsto para este trabalho, e nosso esforço tem sido evitá-lo tanto quanto possível, queremos ressaltar o primeiro, antes de entrar na análise dos escritos sobre a guerra. Ou seja, queremos mostrar que a metodologia dos “tipos ideais” aparece assim como a resolução mais conveniente para o problema teórico diante de Weber. Com os tipos ideais, construídos – como veremos – à sua maneira, Weber pode conciliar duas necessidades contraditórias: assegurar, sobre novas bases, o domínio do idealismo em matéria filosófica – o que, após a superação de todo materialismo vulgar por Marx, só poderia ser feito partindo de incorporar as conquistas teóricas do materialismo histórico, e trazendo a negação idealista do marxismo a um plano superior, “filosófico”. Isso ocorre em Weber através da recusa a toda ideia de determinação social, refutada em prol de uma visão radicalmente antideterminista, presente em seus escritos metodológicos – o que não impede que essa última também ceda lugar, nos estudos históricos, da maneira mais conveniente, ao predomínio *de facto* da idéia (principalmente, a religião) sobre a matéria (a produção da vida). Mas aqui já estamos antecipando um desenvolvimento que virá a seguir. Começemos com a questão dos tipos ideais.

Com efeito, a defesa do tipo ideal como ferramenta básica de investigação do que denomina “ciências da cultura” parte, em Weber, da constatação de que, enquanto nas ciências naturais trata-se de encontrar leis gerais e regularidades de alcance mais ou menos universal, para as ciências da cultura o objeto é o singular. Apesar de que Weber não descarte totalmente a ideia de regularidade ou “lei” na esfera da vida social, no essencial sua concepção é de que, para as ciências sociais e históricas, a investigação da realidade é necessariamente aquela que trata do único ou singular.

Weber se ocupa de criar uma metodologia em que os fenômenos são abordados de um ponto de vista probabilístico, e os conceitos de tipo ideal servem como juízos de possibilidade de que um fenômeno se dê ou não, ou melhor, que uma dada característica, racionalmente isolada na forma de tipo ideal, se encontre ou não em uma

dada “constelação” do real. Isso abre espaço para que, ao puro arbítrio da formulação de hipóteses e “tipos”, siga-se um momento de confronto entre estes e a realidade, no qual deverá verificar-se a coerência ou não da hipótese¹⁴. Mas o que nos importa aqui é a maneira como é construído o tipo-ideal. Vejamos como Weber mesmo descreve o processo:

Obtém-se um tipo ideal mediante a acentuação unilateral de um ou vários pontos de vista, e mediante o encadeamento de grande quantidade de fenômenos isoladamente dados, difusos e discretos, que podem ocorrer em maior ou menor número ou mesmo nunca, e que se ordenam segundo pontos de vista unilateralmente acentuados, formando um quadro homogêneo de pensamento. (...) Do mesmo modo como existem os mais diferentes ‘pontos de vista’, (...) pode-se igualmente recorrer aos mais diferentes princípios de seleção para as relações suscetíveis de integração no tipo ideal de determinada cultura.¹⁵

É por isso que Weber, e com ele os weberianos, pode abordar todo e qualquer fenômeno da vida social ignorando, ou conscientemente omitindo, os seus aspectos contraditórios mais relevantes; pois estão munidos da ferramenta ideológica mais poderosa, a qual consiste na “acentuação unilateral de determinadas características não contraditórias”.

E isso com altivez, assim como Weber faz troça da visão oposta, ao dizer claramente que “o domínio do trabalho científico não tem por base as conexões ‘objetivas’ entre as ‘coisas’, mas as conexões conceituais entre os problemas”¹⁶.

Ainda que não possamos nos debruçar mais longa mente sobre o problema, acreditamos que o exemplo a seguir dá uma boa pista a respeito de onde encontrar o núcleo das

¹⁴ É por isso que, embora pudessem ser encontrados no pensamento de Weber certos elementos característicos do que, várias décadas depois, tomou forma como o relativismo “pós-moderno”, no conjunto sua obra se separa fundamentalmente deste, na exata medida em que, ao contrário deste, cujo grande feito era negar teoricamente a existência da realidade objetiva, Weber precisava responder a problemas concretos de uma nação que então tentava chegar ao ponto mais alto da hierarquia mundial.

¹⁵ Max Weber, “A ‘objetividade’ do conhecimento nas ciências sociais”, p. 73 e p. 74-75. Aqui, como em todas as citações, os grifos em itálico são do autor.

¹⁶ Idem, p. 37.

diferenças entre a construção de tipo ideal e a apreensão marxista da realidade. Nas palavras de Weber:

E, com maior razão, assim sucede com o famigerado ‘conceito fundamental’ da economia política: o do ‘valor’ econômico. Da escolástica à teoria marxista, aqui se entrecruzam duas noções, a do ‘objetivamente’ válido, isto é, de um *dever ser*, e a de uma abstração a partir do processo empírico de formação de preços. (...) Ora, é apenas mediante uma construção rigorosa dos conceitos, ou seja, graças ao tipo ideal, que se torna possível expor de forma unívoca o que se entende e se pode entender pelo conceito teórico do valor. Era isso que o sarcasmo acerca das ‘robinsonadas’ da teoria abstrata deveria ter em conta, ao menos enquanto não for capaz de nos oferecer em seu lugar algo melhor, o que aqui significa algo mais claro.¹⁷

A menção explícita é à crítica de Marx aos economistas políticos clássicos (de que estes se comportavam face à realidade como indivíduos isolados ao estilo de Robinson Crusoe).

Ou seja, pouco importa para Weber se a dupla forma do valor, se a extração de mais-valia, se a exploração de trabalho alheio, são processos realmente existentes. Para ele os conceitos são meros instrumentos do entendimento para orientar-se em meio ao caos do mundo. Por isso, confrontando a teoria marginalista com a marxista sobre o valor, Weber pode se queixar de que esta não oferece “clareza maior”: dado que as categorias para Weber nunca expressam formas do ser, o critério é apenas “gnosiológico”, isto é, as categorias são tanto mais adequadas quanto mais instrumentais para a tarefa de compreender, no caos da realidade infinita, *aquele feixe de fenômenos que possui significação para o pesquisador*. Uma vez que a teoria marxista do valor não é simples (o que para os marxistas se justifica porque nesse caso é a realidade que não é “simples”, mas altamente contraditória), para Weber ela pode e deve ser descartada em prol de qualquer outra explicação que possua este mérito, e principalmente se esta outra explicação possuir um sentido referido aos valores do cientista e de seus leitores.

¹⁷ Max Weber, A “objetividade” do conhecimento nas ciências sociais, cit., p. 80-81.

Melhor dizendo, o que Weber, em sua posição de cientista, está afirmando é que, *para nós* não interessa iluminar a exploração enquanto tal, então a existência de tal exploração não é “científica” para nós.

Por isso que, uma vez aceito seu ponto de partida, é mais ou menos simples caracterizar o capitalismo, por exemplo, de acordo com a atitude subjetiva de suas figuras dominantes, como quando Weber define o capitalismo como uma “cultura na qual o princípio norteador é o investimento de capital privado”¹⁸.

Isto é, para Weber, o capitalismo pode ser tranquila e “cientificamente” definido a partir da imagem que para si fazem dele os seus beneficiários, ou seja, os proprietários, *excluindo da definição conceitual os únicos que jamais poderiam ser excluídos na prática*: os verdadeiros produtores (o proletariado). Daí então que este sistema de exploração e anarquia da produção apareça invariavelmente como o sistema baseado no cálculo, na racionalidade, etc. Dito de outro modo, se é a posição subjetiva que “engendra o mundo”, o capital é o agente, o trabalhador é sua mera ferramenta, o capitalismo é cálculo e razão, e não anarquia¹⁹.

A concepção teórica por trás dessa verdadeira “proeza” é bem explicada por um eminente weberiano brasileiro, Gabriel Cohn:

¹⁸ Cf. a boa crítica de István Mészáros em “Filosofia, ideologia e ciência social”, p. 27.

¹⁹ A importância de Weber nesse sentido pode ser sentida em um artigo aparecido no Frankfurter Allgemeiner Zeitung, tratando precisamente da “vigência histórica do capitalismo”. Vale a pena citar um tanto longamente, até mesmo pelo valor simbólico de que, em pleno auge da crise econômica que se desdobra desde 2008, um jornal alemão conservador como aquele levantasse esse tipo de questão: “Questão fulcral e pedra angular do capitalismo é o sistema financeiro. Pois as ideias sem o dinheiro permanecem estéreis; a partir delas nada pode vir a ser. Apenas o crédito cria também para os despossuídos a chance de, com nenhum – ou pouco – capital próprio, levar suas ideias ao mercado. O crédito, como poderíamos dizer hoje em dia, funciona como uma alavanca para o capital próprio, com a qual é possível fazer aumentar o retorno. Isso só funciona, evidentemente, quando o devedor também sabe controlar seu crédito: o capital alheio disciplina. Pois ele força uma administração eficiente e criativa. Os credores estão permanentemente respirando na nuca do devedor, e recebem um preço – os juros – pelo comprometimento do dinheiro. Nenhuma surpresa, portanto, que o sociólogo Max Weber tenha descrito os juros como ‘a forma mais alta da racionalidade humana.’” (“O capitalismo ainda é atual?”, Rainer Hank em www.faz.net, publicado em 30.03.2009)

De qualquer modo, é inegável que o recurso aos tipos ideais é indispensável e necessário sempre que se opere com as premissas weberianas, referentes à concentração da análise no sentido da ação individual e no caráter inesgotável e indeterminado da multiplicidade de eventos que constitui a realidade empírica.

Os tipos são imprescindíveis, nessas condições, para introduzir uma certa ordem em segmentos da realidade no plano analítico, ou seja, para que se possa estabelecer relações entre modalidades diferentes de fenômenos. Essa ordem nós sabemos de onde provém, na medida em que se encontra na realidade: da dominação entre os homens e sua legitimação. Em contrapartida, sabemos de onde ela não provém, para Weber: de qualquer modalidade de determinação objetiva de uma esfera do real por outra ou de todas elas por uma única.²⁰

Weber, buscando uma formulação metodológica original, capaz também de resistir ao confronto com o marxismo consegue, portanto, criar o instrumento teórico adequado a conciliar, por um lado, uma radical negação da objetividade do conhecimento, de modo a poder dar aos conceitos a “elasticidade” necessária para contornar os fatos desagradáveis da vida e, ao mesmo tempo, fazê-lo sem aniquilar completamente o poder explicativo da ciência. Isso está ligado com a função social da própria metodologia, pois longe de ver um povo “superior por natureza”, em seu isolamento, capaz de seguir ao largo do desenvolvimento universal, Weber enxerga os alemães como um povo que está diante dos maiores desafios, e que, para enfrentá-los, deve assimilar a sua maneira as lições da evolução histórica universal. Nesse sentido, veremos que um dos recursos discursivos recorrentes em Weber reside, ora na justaposição por meio de analogias, ora no confronto com fins apologéticos, entre as formas que a sociedade e o Estado assumiram no Oriente e no mundo antigo, e as formas do desenvolvimento “ocidental”.

A análise das “formas de dominação” através de tipos ideais é um exemplo clássico da utilização desses recursos. Porém, como não podemos nos deter aqui, pois temos que chegar ao que é majoritariamente desconhecido, e isso, aqui, implica, infelizmente,

²⁰ Gabriel Cohn, *Crítica e resignação*, p. 204.

passar muito rapidamente sobre o que é conhecido, mesmo se problemático, avançamos novamente para a conclusão metodológica geral: o tipo ideal é a forma finalmente encontrada por Weber para conciliar a arbitrariedade, levada ao absurdo, com um certo estatuto científico limitado.

Tomemos o exemplo da divisão weberiana entre o capitalismo "racional" e o "imperialista"²¹. Ali, não só a disjuntiva entre esses conceitos estanques suprime a conexão histórica efetiva que existiu entre ambos, mas também todo tipo de articulação dialética. São apenas cindidos como "tipos", isto é, estanques, reunidos e justapostos em sua diferença, a bem de realçar sua distinção (e com conteúdo mais ou menos claramente apologético do tipo "racional"). Veremos na segunda parte deste estudo como a explicação marxista para o fenômeno do imperialismo não deixa dúvidas sobre como se deu efetivamente aquela articulação histórica que o método weberiano desdenha oferecer. Digamos apenas aqui que semelhante posição weberiana é um bom exemplo daquele traço de seu pensamento que muitos autores denominam como um "neokantismo"²² que repele toda dialética. Dito entre parênteses, a ironia aqui está no fato de que, para nós, é apenas mediante um razoável esforço dialético que podemos dar o devido valor ao que vemos como sendo contribuições parciais de Weber – notadamente em seus estudos *históricos*.

Por outro lado, esse modo weberiano de operar com os conceitos, com definições estanques e puramente abstratas, amontoadas umas sobre as outras, sem articulação histórica, na forma de classificações "mortas", é o que faz de seu manual "Economia e Sociedade" uma espécie de *catálogo* ou *inventário* de conceitos, sem possível comparação com as obras marxistas que examinam o mesmo campo, das quais o próprio *O Capital* de Marx é a mais emblemática.

²¹ Cf. Max Weber, "Economia e Sociedade".

²² É o caso, por exemplo, de Michael Löwy.

Dos “tipos ideais” ao conflito entre os deuses

Uma vez que se aceitou o ponto de vista filosófico de Weber, isto é, o indivíduo isolado e as categorias arbitrárias que ele escolhe para criar sua própria interpretação do mundo, e com isso o *seu* mundo; uma vez que se aceitou esse ponto de partida, a realidade fica, como que por decreto, limitada a ser um universo caótico, e o sentido subjetivo uma pura atribuição valorativa unilateral, uma arbitrariedade sem correspondência necessária com o mundo real.

Tanto é assim que Weber, ao contrário de uma visão excessivamente simplificada que muitos ainda fazem dele, afirma que mesmo a ciência mais objetiva tem significado apenas para aqueles que partilham de seu universo de valores fundamental.

Nesse mesmo sentido, defende “o direito à análise unilateral da realidade cultural com base em ‘perspectivas’ específicas”²³. E isso porque essa “unilateralidade” não infringe o “imperativo categórico” de neutralidade, desde que não prescreva ações práticas. Como ilustração disso, entre várias possíveis, examinemos algumas passagens da sua conferência sobre a “Ciência como vocação”:

Tomemos, por fim, o exemplo das ciências históricas. Elas nos capacitam a compreender os fenômenos políticos, artísticos, literários ou sociais da civilização, a partir de suas condições de formação. Mas não dão, por si mesmas, resposta à pergunta: esse fenômenos mereceriam ou merecem existir?²⁴

E mais à frente:

A impossibilidade de alguém se fazer campeão de convicções práticas ‘em nome da ciência’ – exceto o caso único que se refere à discussão dos meios necessários para atingir fim previamente estabelecido – prende-se a razões muito mais profundas. Tal atitude é, em princípio, absurda, porque as diversas ordens de

²³ Idem, p. 42-43.

²⁴ Max Weber, “A ciência como vocação”, Em: Ciência e política: duas vocações, São Paulo, Cultrix, 2008, p. 38.

valores se defrontam no mundo, em luta incessante. (...) Se há uma coisa que atualmente não mais ignoramos é que uma coisa pode ser santa não apenas sem ser bela, mas porque e na medida em que não é bela.

(...) Semelhantemente, uma coisa pode ser bela não apenas sem ser boa, mas precisamente por aquilo que não a faz boa. (...) A sabedoria popular nos ensina, enfim, que uma coisa pode ser verdadeira, conquanto não seja bela nem santa nem boa. Esses, porém, não passam dos casos mais elementares da luta que opõe os deuses das diferentes ordens e dos diferentes valores.

Ignoro como se poderia encontrar base para decidir ‘cientificamente’ o problema do valor da cultura francesa face à cultura alemã; aí, também, diferentes deuses se combatem e, sem dúvida, por todo o sempre.²⁵

Para que o alcance desses raciocínios fique ainda mais claro, digamos apenas que essa conferência era pronunciada em Munique em novembro de 1917 – quando a Europa estava imersa numa guerra em que os “valores” das culturas francesa e alemã se enfrentavam com fuzis e armas químicas nas trincheiras, enquanto a primeira revolução proletária vitoriosa se desenvolvia no outro extremo do front de batalha, carregando a bandeira da paz entre os povos.

Desse modo, e como se vê em quase todos os principais escritos dos anos finais de vida de Weber, são concepções antagônicas, cada qual com seu próprio deus e demônio, e a pretensa “neutralidade” de seu método científico consiste em não julgar essas disputas²⁶, e afirmar que perante a ciência pura, a priori, nenhuma delas sobrepuja, muito menos exclui, as demais.

²⁵ Idem, p. 41-42.

²⁶ Ao contrário da caricatura neopositivista divulgada por um Talcott Parsons, e que hoje já foi bastante criticada, entre outros, por Michael Löwy (cf. “As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen”, esp. p. 47). Como explicita o próprio Weber: “Já dissemos que não existe ciência inteiramente isenta de pressupostos e dissemos também que ciência alguma tem condição de provar seu valor a quem lhe rejeite os pressupostos”. Cf. “Ciência como vocação”, cit., p. 49.

Nos termos das convicções mais profundas de cada pessoa, uma dessas éticas assumirá as feições do diabo, a outra as feições divinas e cada indivíduo terá de decidir, de seu próprio ponto de vista, o que, para ele, é deus e o que é o diabo.²⁷

O próprio Weber é perfeitamente claro ao afirmar, finalmente:

As opiniões que, neste momento, lhes exponho têm por base, em verdade, a condição fundamental seguinte: a vida, enquanto encerra em si mesma um sentido e enquanto se compreende por si mesma, só conhece o combate eterno que os deuses travam entre si ou – evitando a metáfora – só conhece a incompatibilidade das atitudes últimas possíveis, a impossibilidade de dirimir seus conflitos e, conseqüentemente, a necessidade de se decidir em prol de um ou de outro.²⁸

Importante frisar, portanto, que a disputa entre os diferentes “deuses e demônios” na esfera valorativa *não é um relativismo*. Ou em outras palavras: é uma luta pelo que é mais sagrado; as distintas ordens de valores não são equivalentes e muito menos intercambiáveis. A esse respeito, devemos dizer que Weber pode ter influenciado, e seguramente influenciou de fato o pensamento que nos habituamos a denominar “pós-moderno”, mas seu contexto é fundamentalmente outro, assim como outro é seu sentido imanente.

Aliás, de acordo com Marianne, o próprio Max se encarregou de desmentir por adiantado esse tipo de interpretação. Segundo ela “Weber rejeita a interpretação desse ponto de vista como ‘relativismo’, considerando-o uma ‘crassa compreensão errada’”²⁹

Tanto as interpretações em chave “positivista”, quanto em chave “relativista” erram o alvo, ao tentar atribuir uma coerência plena ao método weberiano, que este

²⁷ Max Weber, “A ciência como vocação”, cit., p. 42.

²⁸ Idem, p. 47.

²⁹ Marianne Weber, op. cit., p. 389. Infelizmente, no entanto, depois que a interpretação de Weber em chave “positivista” difundida por Talcott Parsons foi rejeitada por toda parte, a interpretação “pós-moderna” tentou se afirmar uma e outra vez. Um exemplo temos em Stephen Kalberg, “Max Weber: uma introdução”, onde se fala da suposta contribuição de Weber para nos ensinar a “relativizar valores e crenças”, e assim por diante.

simplesmente não possuía. Assim como a divisão rígida entre ciência e política proposta por Weber, e cuja desconstrução permeia nossa pesquisa, também as próprias exigências metodológicas que Weber faz à ciência em si tem uma parcela inextirpável de incoerência constitutiva. Para ficar no que vimos com relação a sua metodologia: por um lado, ela pressupõe a existência de inúmeras concepções de mundo e busca oferecer um padrão científico capaz de colocar-se à parte de suas disputas. De outro ela afirma que só é possível fazer ciência estando investido de *uma* concepção, com seu deus e seu demônio, já que o critério para decidir sobre qual explicação é amais adequada para tal ou qual fenômeno está na própria subjetividade do pesquisador.

Essas contradições do pensamento weberiano estão na base da multiplicidade de interpretações a que deu origem, mas nem por isso fazem dele um pensador mais consistente. Do ponto de vista marxista, tanto Michal Löwy em seu “As aventuras de Karl Marx...” como Perry Anderson em “Zona de compromisso”, entre outros, já exploraram o tema de maneira substancial.

Outra forma de tentar iluminar esse “duplo aspecto” da concepção epistemológica weberiana talvez seja mostrar como ela foi capaz de gerar avaliações díspares em figuras tão emblemáticas da filosofia burguesa do século XX quanto E. Husserl e M. Heidegger.

Com efeito, num interessante estudo de Domenico Losurdo que iremos utilizar mais à frente na sequência desta exposição, encontramos a seguinte controvérsia acerca do ponto específico que estamos tratando aqui. O contexto é a discussão entre Husserl e Heidegger sobre o balanço da modernidade como movimento histórico de conjunto. Em meio a uma série de pontos polêmicos – Husserl se coloca do lado da modernidade e das ideias iluministas, enquanto Heidegger condena a ambas – surge a referência a Weber. Comentando a obra de Husserl sobre “A crise das ciências europeias”, Losurdo afirma que “aos olhos do filósofo, a vitória do nazismo não podia ser compreendida sem a decapitação epistemológica que havia feito Weber do discurso relativo a valores”³⁰.

O mesmo Losurdo, que já havia apresentado a crítica heideggeriana à categoria de “invalorabilidade” (*Wertfreiheit*) cunhada por Weber, e que Heidegger denuncia por

³⁰ Domenico Losurdo, “La comunidad, la muerte, Occidente. Heidegger y la ‘ideología de la guerra’”, p. 283.

delimitar uma região do pensamento subtraída ao "conflito"; nota então que a crítica endereçada por Husserl vai em sentido exatamente oposto: para ele, aquela categoria weberiana restringe arbitrariamente a esfera da universalidade e da objetividade. Dessa restrição resultaria, então, a exclusão do discurso sobre os valores, "com consequências políticas desastrosas"³¹

Não podemos, de todo modo, seguir desenvolvendo esse debate, que foi incluído aqui apenas a título ilustrativo. Passemos agora a outro aspecto importante do pensamento de Weber, relacionado à solução que ele oferece, ou não, ao problema da relação entre materialismo e idealismo na explicação histórica, e em particular em sua análise do capitalismo.

Weber e a “racionalidade” capitalista

Vimos que, segundo Cohn “o recurso aos tipos ideais é indispensável”, desde que se aceite os pontos de vista weberianos sobre a concentração da análise na “ação individual” e no “caráter inesgotável e indeterminado da multiplicidade de eventos” que constitui a realidade empírica. Cohn sintetiza dizendo que os tipos ideais são “imprescindíveis (...) para introduzir uma certa ordem em segmentos da realidade no plano analítico”, e arremata com a afirmação de que, para Weber, não existe “qualquer modalidade de determinação objetiva de uma esfera do real por outra”.

Porém, mesmo essa posição ideológica “indeterminista” que já criticamos através da exposição de Cohn, é apenas um argumento polêmico contra o materialismo, fadado a ser complementado pela acentuação de uma determinação inversa (idealista). Como observa Lukács, a indeterminação e a interdependência abstrata, defendidas por Weber, “não se sustentam em pé”:

os raciocínios de Max Weber vão sempre encaminhados a atribuir aos fenômenos ideológicos (religiosos), com força cada vez maior, um desenvolvimento ‘imane’nte’, nascido de sua própria entranha, e esta tendência

³¹ Idem.

acaba se impondo sempre, de tal modo que tais fenômenos afirmam, ao final, sua prioridade causal sobre todo o processo.³²

Encontramos uma página de Perry Anderson que afirma uma tese ligeiramente diferente, mas que nos parece bastante esclarecedora acerca do mesmo tema. Após falar sobre a “dificuldade mais geral de Weber em acertar o relacionamento entre os elementos ‘ideais’ e ‘materiais’ de sua teoria social”, P. Anderson argumenta que o equilíbrio ou conexão real entre ambos “é raramente, se tanto, enfrentado”. Ao contrário disto, no pensamento de Weber é tipicamente o elemento “ideal” que “adquire uma predominância tácita pelo volume formal de sua elaboração”. No entanto, ainda segundo Anderson, essa mesma predominância tácita é “subitamente interrompida por lembretes descompromissados do peso do segundo”, lembretes esses que ocorrem, com frequência, do modo “mais brutal”.³³

De nossa parte, acreditamos que os escritos de Max Weber se permitem uma ampla margem de oscilação entre todos esses procedimentos, ou seja: ora Weber nega metodologicamente todo tipo de determinação (como vimos em Cohn, e como destacam em geral os comentaristas que aproximam Weber de Nietzsche); ora ele adota “tacitamente”, para usar o termo de P. Anderson, uma espécie de “determinação idealista”, aspecto também indicado acima por G. Lukács; ora, ainda, ele se reserva a capacidade de manobra para introduzir, muitas vezes de maneira brusca como assinalado por Anderson, um elemento decisivo de determinação materialista. No livro mais recente de Michael Löwy, que já mencionamos, o autor dá várias indicações de teses “materialistas” contidas na explicação histórica de Weber do surgimento do capitalismo, ao passo em que mostra, de maneira bastante contundente, a vacuidade dos poucos argumentos realmente ali empenhados por Weber para tentar fazer uma refutação frontal do materialismo histórico³⁴.

Voltando à argumentação de Lukács, na obra de Weber:

³² Georg Lukács, *El asalto a la razón*, p. 487.

³³ Perry Anderson, “Zona de Compromisso”, p. 104.

³⁴ Cf. Michael Löwy, “A jaula de aço. Max Weber e o marxismo weberiano”, cap. I, especialmente p. 24-29.

se deseconomiza e ‘espiritualiza’ a essência do capitalismo. Se apresenta como a essência do capitalismo a racionalização da vida econômico-social, a possibilidade racional de calcular todos os fenômenos. Max Weber esboça uma história universal das religiões, para demonstrar que só o protestantismo (e, dentro dele, principalmente, as seitas) possuía a ideologia favorável a esta racionalização e capaz de estimulá-la, ao passo que as demais religiões orientais e antigas criaram éticas econômicas que representavam um entorpecimento para a racionalização da vida diária.³⁵

Ao diluir o processo histórico efetivo de passagem de um a outro modo de produção no chamado “processo de racionalização”, Weber perde a relação entre o desenvolvimento das forças produtivas e as formas de organização social. Podemos aceitar que o modo de produção capitalista seja apenas uma etapa no longo curso desse desenvolvimento (“racionalização”), mas isso não significa que o capitalismo possa ser identificado como apenas um “aspecto” do processo.

Outro aspecto central da metodologia de Weber, que já vimos em ação mas sobre o qual ainda não nos desbruçamos, reside na maneira pela qual, assim como o tipo ideal substituiu as categorias materialistas, as conexões causais dão lugar às analogias. Em outras palavras, da mesma forma como o método de Weber abdica da tentativa científica de apreender as próprias coisas, do mesmo modo ele desdenha da possibilidade de estabelecer a conexão entre os fatos ou fenômenos de acordo com como ela é na realidade. É como se de repente tais conexões deixassem de existir, como se a tarefa de restabelecê-las por meio do pensamento fosse pura arbitrariedade ou fanatismo. Portanto, vejamos bem, a verdadeira “racionalidade” científica estaria em aceitar essa impossibilidade e... substituir o objetivo inicial pelo de buscar apenas as conexões entre conceitos, os quais, como aprendemos, são puramente subjetivos e “unilateralmente concebidos”. Ou ainda, retomando o que obtivemos de Weber pessoa: “o domínio do trabalho científico não tem por base as conexões ‘objetivas’ entre as ‘coisas’, mas as conexões conceituais entre os problemas”.

No entanto, isso não significa que Weber saia por aí simplesmente usando seu método onipotente de maneira indiscriminada e sem fins “objetivos”. Pelo contrário, ele o faz de

³⁵ Idem, p. 489.

modo comedido o suficiente para ocultar o *quantum* de arbitrariedade eles mesmo preparou para o seu uso, e com objetivos que magnifiquem o proveito que o “cientista” pode tirar de semelhante pesquisa. No caso dos seus objetivos apologéticos do capitalismo, que ele alcança tão bem quanto os disfarça – e justamente por isso – a coisa se dá da maneira mais elegante e, conforme veremos pelo exemplo de alguns dos seus admiradores no campo da esquerda intelectual, bem sucedida. Pois como assinala Lukács, em Weber,

com base nessas analogias, se estabelece a ampla plataforma de uma crítica da cultura que jamais entra nos problemas fundamentais do capitalismo, que dá plena vazão ao descontentamento com a cultura capitalista, porém que, apesar disso, concebe a racionalização capitalista como um ‘destino’ (Rathenau), o que, apesar de toda a crítica, equivale a justificar o capitalismo como algo necessário e inescapável.³⁶

Vale dizer, uma “crítica da cultura” que *neutraliza* o descontentamento com o capitalismo, pois lhe “dá vazão” ao passo que “justifica” aquele que seria o seu alvo; e isso na medida em que, como bem analisa Lukács, é uma crítica que se cuida de entrar jamais nos problemas fundamentais do capitalismo. Uma eficiente construção teórica, portanto, que seguiu exercendo essa curiosa função ao longo de todo o século XX, e ao que parece ao menos pelo livro de mais recente de Michael Löwy, talvez continue exercendo seu poder nesse início de século XXI.

E isso não apenas obstaculizando a via de diversos intelectuais e de inúmeros estudantes “críticos” para o marxismo, mas introduzindo na obra de um setor de autoconsiderados marxistas, na forma daquele “marxismo weberiano” que é louvado por Löwy, elementos decisivos de *idealismo* filosófico, *pessimismo* histórico, e assim por diante.

Em outras palavras, e adiantando uma conclusão que veremos após analisar os emblemáticos casos de Tragtenberg e de Löwy, a eficácia da apologia weberiana do capitalismo está em ser ele senão um dos primeiros, ao menos um dos mais competentes pensadores em realizar aquela inversão apologética, mediante a qual a justificação do capitalismo se faz não pela sua exaltação pura e simples, mas pelo contrário, por meio

³⁶ Idem, p. 490.

de encaminhar as (aparentemente) mais duras críticas a ele irremediavelmente a bicos sem saída. Questão que não apenas impressiona muitos leitores desavisados, mas que se encontra na base da interpretação equívoca dada à obra weberiana por alguns de seus maiores conhecedores entre os intelectuais de esquerda brasileiros.

Senão, vejamos como Tragtenberg se refere a nosso autor:

Uma sociedade plenamente racionalizada imporá ao homem uma nova escravidão, que o reduzirá a um impotente parafuso de uma máquina virtualmente indestrutível. A angústia sentida por Max Weber ante o triunfo final do princípio da racionalização só poderá ser explicada por sua vinculação profunda a um ideal de liberdade e ao valor atribuído ao homem, como sujeito de relações de produção, sejam elas quais forem.³⁷

Como vemos, Tragtenberg, que estava muito longe de ser um apologista da ordem dominante como sim era Max Weber, parece *projetar* sua própria angústia para um Weber, de tal modo que ela não apenas exige explicação, mas a encontra numa “vinculação profunda”, que volta tanto “a um ideal de liberdade” quanto “ao valor atribuído ao homem como sujeito de relações de produção”.

Não nos parece fácil identificar esses valores nos posicionamentos de Weber já aduzidos até aqui, e a tarefa irá apenas se mostrar ainda mais difícil com o que ainda temos pela frente.

Mas cuidado: não pensemos com isso que se trate de um mero problema de desconhecimento por parte de Tragtenberg. Por mais que talvez possa lher ter faltado acesso a esse ou aquele texto de Weber, como já dissemos se trata de um grande conhecedor de sua obra, como fica claro em seus estudos a respeito.

³⁷ Maurício Tragtenberg, “Apresentação – Max Weber e a revolução russa”. Em: Max Weber, Estudos Políticos. Rússia 1905 e 1917. Rio de Janeiro, Azougue Editorial, 2005, p. 10. E noutro trecho: “Pode-se perguntar o que levava Max Weber, recém-saído da grave crise nervosa que entre 1897 e 1902 o condenara à inação e a interromper seus estudos, a dedicar-se à aprendizagem do russo e a folhear durante meses e meses a imprensa diária russa. O que o levava, conforme testemunho de sua esposa e biógrafa, Marianne Weber, ‘a acompanhar durante meses, numa tensão febril, o drama russo de 1905’? O interesse que Max Weber demonstrava pelo processo político russo ia além da simples fascinação do atual, estava ligado a valores que ele reputava essenciais: o destino da Alemanha e o destino da liberdade.” Idem, p. 7-8.

Trata-se de um problema muito mais complexo, para o qual não temos uma resposta definitiva, já que a relação ambivalente de Tragtenberg com respeito a Weber, passa por cima do conhecimento de ao menos alguns aspectos decisivos de seu posicionamento histórico. Assim, Tragtenberg pode dizer que, resgatando um trecho do discurso inaugural em Freiburg que já citamos:

As convicções políticas de Max Weber, na sua gênese, constituíram-se num amálgama de nacionalismo alemão orientado para uma política de poder, como se manifestara nos fins do século XIX, e de fidelidade ao liberalismo democrático. “Faço parte da burguesia”, dizia ele por ocasião de sua conferência inaugural na Universidade de Friburgo em 1895. “É assim que eu me sinto, criado segundo concepções e ideais burgueses”³⁸.

No entanto, parece que essas colocações não possuem para Tragtenberg o mesmo peso que assumem para nós. Falar de que o pensador alemão possuía convicções nacionalistas orientadas para uma política de poder, no contexto da etapa imperialista e da primeira guerra mundial, não lhe parece um aspecto decisivo do personagem, mas algo secundário, ou quando muito, elemento de uma espécie de “dualismo”. Assim, o mesmo Tragtenberg que cita colocações weberianas como essas (e seguramente conhecia muitas outras), ainda acalenta uma ideia favorável com respeito a ele.

De fato, Tragtenberg identifica um “dualismo” em Weber, e afirma: “De um lado, Weber articula seu discurso como político alemão, preocupado com o poder da Alemanha nos negócios mundiais; de outro, como cientista, contempla as coisas *sub specie aeternitatis*”³⁹. Já vimos o quanto a segunda parte da sentença é, pelo menos, inexata. Mas o que nos preocupa é a insistência em ver sempre Weber por esse prisma *dualista*.

Dizemos isso porquanto, ao mesmo tempo em que critica o que denomina como “neokantismo” de Weber, com sua rígida divisão entre vida e pensamento (ou entre

³⁸ Idem, p. 8

³⁹ Idem, p. 11.

ciência e política), Tragtenberg não é inteiramente consequente com essa mesma crítica, ao reduzir o momento de unidade existente entre esses polos de sua atividade.

Desse modo, como vai aos poucos ficando mais claro, é graças ao esforço de Tragtenberg, muito mais do que aos méritos próprios, que a dimensão *trágica* intrínseca à figura de Weber ganha esse acento “libertário” inusitado, e que foi capaz de atrair alguma simpatia até mesmo de certos intelectuais socialistas, ou pelo menos de neutralizar o combate aberto que suas posições exigiriam em nossa opinião.

Aliás, não é casual que as confusões “autonomistas” de Tragtenberg o tenham aproximado de Weber⁴⁰. Ao eliminar o ponto de vista de classe, e aceitar a visão da história baseada num confronto abstrato entre a “burocratização” e a “liberdade individual”, as contradições do ponto de vista imperialista de Weber se transformam nessa dualidade, a qual, finalmente, abre espaço para um ambíguo sentimento de identificação com o pensador alemão.

É assim que nosso pesquisador autodidata, emendando seu juízo anterior sobre Weber, faz eco de uma opinião de Jaspers: “Sabemos, pelo testemunho de Karl Jaspers, que Weber durante sua vida toda permanecera fiel à sua concepção dos direitos inalienáveis do homem e da dignidade humana”.

Veremos, no capítulo seguinte desta pesquisa, que a “concepção dos direitos inalienáveis do homem e da dignidade humana” está longe de desempenhar um papel tão importante em seu pensamento como o que dá a entender esta colocação. Aliás, é interessante que Tragtenberg tenha que recorrer ao “testemunho de Karl Jaspers” para

⁴⁰ Vejamos como Tragtenberg se refere à revolução russa: “Em novembro de 1917, dá-se a queda do Governo Provisório e a passagem do poder às mãos de um pequeno grupo de intelectuais extremistas, apoiados por segmentos do proletariado industrial e do Exército, e não do campesinato, contrariamente às expectativas de Weber” (idem, p. 36-37). E: “Nem mesmo os bolcheviques, que chegam tardiamente para controlar as forças de contestação, mobilizando-as para seus próprios fins, dirigem a revolução; na verdade, são dirigidos por ela. O gênio político de Lênin consistiu em atribuir à necessidade o aspecto de uma escolha”. (idem, p. 43)

tentar emprestar consistência à tese de um Weber fiel a uma “dignidade humana inalienável”...⁴¹

É evidente que a questão só poderá ser decidida a partir da análise de colocações que resultem maximamente contundentes, num sentido ou no outro, proferidas pelo próprio Max Weber. No entanto, um breve comentário sobre a fonte do testemunho assimilado tão prontamente por Tragtenberg pode ser útil já nesse ponto.

Nesse sentido, é digno de nota o fato de que Karl Jaspers seja um filósofo alemão de grande influência, sobretudo na primeira metade do século XX, e que embora não tenha chegado a aderir ao nazismo como fez seu amigo e colaborador Martin Heidegger, se aproximou consideravelmente daquele movimento ultrarreacionário, conforme a contundente investigação desenvolvida por Domenico Losurdo deixa claramente estabelecido. Ali, entre outras coisas, vemos como Jaspers exaltava, em pleno ano de 1932, a maneira como em Weber “a vida e a potência do povo alemão” constituíam o valor supremo; ao mesmo tempo em que denunciava “a situação espiritual do tempo” em que o Estado perdeu todo “destino autêntico”, e na qual “o homem de Estado é responsável ante a massa volúvel, e não perante Deus”⁴² 43

Assim, retornamos à visão oferecida por Lukács, que nos parece muito mais integral e dialética, mais próxima à realidade de Weber, em que pese o fato de que o filósofo húngaro nunca ter negado a simpatia pessoal que nutria pelo acadêmico alemão⁴⁴, quando diz que ele:

compartilha com os demais imperialistas alemães a ideia da missão política universal (colonizadora) dos ‘povos senhoriais’. Porém se distingue deles em

⁴¹ Idem, p. 8. No mesmo sentido, na introdução ao volume da coleção “Os Pensadores” dedicado a Weber, Tragtenberg se refere a ele como “um humanista”. Cf. Max Weber, São Paulo, Abril Cultural, 1980, p. VI.

⁴² Entre diversas outras citações colhidas por Losurdo, de não menor impacto. Os trechos citados podem ser encontrados em “La comunidad, la muerte, Occidente”, respectivamente à p. 184 e p. 48.

⁴³

⁴⁴ Cf. Georg Lukács, Pensamento vivido, São Paulo/Viçosa, Ad Hominem/UFV, 1999, p. 39. Ver também: Edison Salles, “Lukács e o stalinismo”, em: Revista Iskra, no. 1, 2008.

que, não apenas não idealiza, mas, pelo contrário, critica violenta e apaixonadamente o estado de coisas vigente na Alemanha sob o regime do pseudoparlamentarismo.⁴⁵

⁴⁵ Lukács, *El asalto a la razón*, cit., p. 492.

CAP. II – WEBER: GUERRA E IMPERIALISMO

Da metodologia à política

Passemos agora ao problema de como a metodologia do tipo ideal se aplica ao caso específico em tela, isto é, à noção weberiana de “imperialismo”, e como se relaciona a seus posicionamentos imperialistas práticos. Como se deduz da crítica que deixamos apenas mencionada à separação “neokantiana” de Weber entre “política” e “ciência”, as discussões conceituais e as tomadas de posição de nosso autor mantêm entre si laços muito mais sólidos do que ele gostaria de admitir.

Para isso, partamos de analisar a conceituação abstrata de “Economia e Sociedade”. Na seção 4 do capítulo VII “Comunidades Políticas”, que trata dos “fundamentos econômicos do ‘imperialismo’”, vemos, por exemplo:

Oportunidades de lucro no ‘exterior’ político, sobretudo em territórios política e economicamente ‘em desenvolvimento’, isto é, nos quais estão sendo introduzidas as formas de organização especificamente modernas das ‘empresas’ públicas e privadas, voltam a surgir, hoje, crescentemente na forma de ‘encomendas estatais’ de armas, de construções ferroviárias e outras obras realizadas pela comunidade política ou entregues a empresas dotadas de monopólios, de organizações e concessões tributárias, mercantis e industriais monopolizadoras ou de empréstimos ao Estado. O predomínio de tais oportunidades de lucro vai aumentando, à custa dos lucros que podem ser obtidos mediante a troca comum de bens privados, com a importância crescente da economia pública como forma de cobertura das necessidades.

Ou seja, o enlaçamento da economia de grandes monopólios ligados ao Estado carrega em si a tendência à busca dessas oportunidades no “exterior”, e sobretudo em territórios mais atrasados comparativamente ao do país sede daqueles monopólios. O aumento da importância das “encomendas estatais”, notadamente de armas e ferrovias, vai de braços dados com essa busca de “exteriorização” do capital.

Vejamos como segue o raciocínio:

Já que a garantia mais segura para o monopólio dessas oportunidades de lucro ligadas à economia pública do território estrangeiro, a favor dos membros da comunidade política própria, é a ocupação política ou pelo menos a sujeição do poder político estrangeiro na forma de um ‘protetorado’ ou outras formas semelhantes, esta tendência ‘imperialista’ da expansão ocupa cada vez mais o lugar da pacifista que apenas aspira à ‘liberdade mercantil’. (...) A reanimação universal do capitalismo ‘imperialista’, que desde sempre constitui a forma normal em que a política reage aos interesses capitalistas, e junto com ele a forte tendência à expansão política, não é, portanto, nenhum produto casual, e para o futuro previsível cabe prognosticar-lhe um desenvolvimento favorável.⁴⁶

Aqui as tais “oportunidades no exterior” já aparecem como melhor “garantidas” pela via da ocupação direta ou indireta. Trata-se de uma tendência “imperialista”, que ganha o lugar da antiga, “pacifista”. Weber irá afirmar que essa tendência existiu “em todos os tempos”, mas já reconhece que sua influência “hoje” não é “casual”, e que tende a aumentar ainda mais no futuro. Um pouco mais à frente, no mesmo texto, encontramos:

O capitalismo imperialista, sobretudo o capitalismo explorador colonial na base da violência direta e trabalho forçado, tem oferecido, em geral, em todos os tempos, as melhores oportunidades de lucro, muito melhores do que as que oferece, normalmente, a fabricação industrial de produtos para a exportação, destinados a ser trocados, pacificamente, com os membros de outras comunidades políticas.⁴⁷

Em outro trecho do mesmo livro – obra “científica” por excelência –, Weber esboça uma definição que depois aparece tal e qual em sua justificativa para o engajamento alemão na guerra:

Todas as formações políticas são de força⁴⁸. Mas a natureza e o grau da aplicação da força ou da ameaça desta, dirigidos para fora, contra outras formações similares, desempenham um papel específico para a estrutura e o destino das comunidades políticas. Nem toda formação política é no mesmo grau ‘expansiva’, no sentido de aspirar a um poder dirigido para fora, isto é, a dispositivos para a usurpação do poder

⁴⁶ Max Weber, “Economia e sociedade”, v. II, p.169-170.

⁴⁷ Idem, p. 169. Aqui, como nas demais citações, os destaques em negritos são nossos.

Os itálicos são do original.

⁴⁸ Argumento que remete diretamente à conferência “Política como vocação”, em particular ao trecho em que Weber alude a Trotski em Brest-Litovski como referência para essa definição. Cf. Weber, “Ciência e política, duas vocações”.

político sobre outros territórios e comunidades, seja em forma de incorporação, seja em forma de dependência.

(...) As formações políticas, em seu comportamento dirigido para fora, podem apresentar, portanto, tendências mais ‘autonomistas’ ou mais ‘expansivas’, e este comportamento pode mudar.⁴⁹

Cada formação política possui, de acordo com esse raciocínio, o seu modo específico de ser, algumas mais “expansivas”, outras menos; umas “aspiram a um poder dirigido para fora”, outras não, e assim por diante. É claro que Weber não precisa ir tão longe quanto afirmar que existam formações políticas que, pelo contrário, “aspirem a ser usurpadas” por outras comunidades. Mas, como bem cabe a uma obra científica cujo interesse e função são aqueles ditados pelo arbítrio do pesquisador Weber, podemos supor que essa naturalização das “diferenças de comportamento” entre as formações políticas não seja casual.

Na sequência do raciocínio vemos coisas ainda mais interessantes. É que ali começa a entrar em ação aquele dispositivo metodológico das puras analogias, que comentamos no capítulo anterior. Segue Weber:

Desde logo, toda formação política prefere, naturalmente, a vizinhança de formações políticas fracas às fortes. (...) Costuma-se, hoje, referir-se àquelas comunidades políticas que, em certo momento, se apresentam como portadoras do prestígio de poder como ‘grandes potências’. Dentro de toda coexistência de comunidades políticas, algumas poucas, como ‘grandes potências’, costumam atribuir a si mesmas e usurpar um interesse especial nos processos políticos e econômicos de um grande âmbito, que hoje abrange quase sempre toda a área do planeta. Na Antiguidade helênica, o ‘rei’ isto é, o rei dos persas, apesar de sua derrota, era a grande potência universalmente reconhecida. A ele dirigiu-se Esparta, para impor ao mundo helênico, sob sua sanção, a paz real (paz de Antálcidas).⁵⁰

Uma bela analogia com o mundo do helenismo antigo, para coroar a definição de que, “naturalmente”, algumas comunidades políticas se tornam “grandes potências”, e que

⁴⁹ Idem, p. 162.

⁵⁰ Idem, p. 163.

elas costumam “atribuir a si” e “usurpar” segundo seus interesses, fenômeno que hoje costuma abranger o planeta inteiro.

Continuando o raciocínio, encontramos imediatamente outra analogia:

A expansão ultramarina de Roma, na medida em que está economicamente condicionada, mostra – pela primeira vez na história de forma tão marcante e, ao mesmo tempo, em escala tão gigantesca – traços que, desde então, semelhantes em seus elementos fundamentais, apresentam-se sempre de novo, até hoje. São próprios de um tipo específico, apesar de não se distinguir claramente de outros tipos de relações capitalistas – ou melhor: oferecem-lhe condições de existência – que denominaremos capitalismo imperialista.

Trata-se dos interesses capitalistas de arrendatários de impostos, credores do Estado, fornecedores ao Estado, capitalistas do comércio exterior e coloniais estatalmente privilegiados.⁵¹

E assim por diante. Como vemos, a justaposição de exemplos históricos ocupa o lugar da argumentação histórica, e com isso tem-se o agudo resultado apologético de tornar os mecanismos por trás do imperialismo como tendências “naturais”, existentes em todas as sociedades passadas e futuras:

Essa situação dificilmente se alteraria, em princípio, se, por um momento, como experiência de pensamento, imaginássemos as diversas comunidades políticas como associações com ‘socialismo estatal’, isto é, que cobrem o máximo de suas necessidades econômicas em regime de economia pública. Cada uma dessas associações políticas com economia pública procuraria adquirir, na troca ‘internacional’, aqueles bens indispensáveis que seu território não produz (a Alemanha, por exemplo, algodão) pelo preço mais barato possível daquelas associações que têm o monopólio natural de possuir estes bens e tratariam de explorá-los. E não há nenhuma probabilidade de que a violência, onde constitui o caminho mais fácil para chegar a condições de troca favoráveis, não seja empregada.

⁵¹ Idem, p. 168.

Dessa forma, surgiria um dever tributário não-formal, mas efetivo, da parte mais fraca; e não há, aliás, razão alguma por que as comunidades mais fortes com regime de socialismo estatal deveriam deixar escapar a oportunidade de extorquir, a favor de seus membros, tributos explícitos das comunidades mais fracas, **prática universal no passado remoto**.⁵²

Deixaremos de lado, por ora, o quanto o momento final do trecho parece antever o tipo de relação econômica que o “socialismo estatal” stalinista impôs entre a URSS e o Leste Europeu a partir do fim da segunda guerra mundial. Digamos apenas que este é somente mais um caso particular do caráter “profético” que as observações de Weber sobre o socialismo parecem adquirir, quando confrontadas com a realidade da degeneração do Estado criado na Rússia pela primeira revolução socialista vitoriosa. A questão, que não poderemos desenvolver em profundidade no escopo desta pesquisa, mas à qual voltaremos brevemente num capítulo posterior, começa a ser respondida quando observamos que Weber atribui a supostos problemas *intrínsecos* a toda perspectiva socialista, alguns dos traços mais marcantes da *derrota* daquela perspectiva. Retornaremos ao tema mais adiante.

Engatando novamente pelo fio principal de nossa análise, observemos como o conjunto do pensamento formulado nas passagens citadas é realmente esclarecedor do uso ideológico que faz Weber dos seus tipos ideais. Com a sobriedade de quem “faz ciência”, Weber transpõe de pronto, sem qualquer análise estrutural do processo histórico, as características presentes do imperialismo moderno para um “imaginário” sistema de “Estados socialistas”!

Sintetizando o argumento, poderíamos dizer então que o procedimento básico de sua metodologia científica consiste em recolher características gerais dos fenômenos em tipos e depois compará-los com os momentos históricos mais distintos – de modo que o “capitalismo” possa ser remetido às mais antigas comunidades humanas, e o mesmo para o “imperialismo” ou até para o “capitalismo imperialista”.

⁵² Idem, p. 170.

Já ressaltamos como essa maneira arbitrária de construir conceitos permite cancelar as contradições do real. Porém queremos agora iluminar esse outro aspecto decisivo do “método”: É que, ao transformar os elementos fundamentais de nossa época em “aspectos” observáveis em outros períodos históricos, mesmo os mais recuados no tempo, consegue-se ainda, na verdade, suprimir todo conteúdo histórico aos mesmos.

É a isso que nos referimos, no capítulo anterior, com a menção às analogias que tomam o lugar das conexões reais, etc. Salta aos olhos que, apesar de reconhecer que as tendências imperialistas eram particularmente atuais em seu próprio tempo (ele usa a palavra “hoje”), Weber pode passar da Grécia a Roma, e desta à “imaginária” associação com socialismo estatal, deixando tudo isso no lugar do que seria uma análise minimamente aprofundada do seu presente histórico. A diferença com os estudos rigorosos da economia imperialista de Hilferding ou de Lenin, no campo marxista, ou mesmo de Hobson, no campo burguês, não poderia ser maior.

Assim, as características mais odiosas do presente podem ser tratadas, com uma erudição verdadeiramente ímpar, como características recorrentes e inelimináveis das sociedades humanas. Além disso, como se tal não fosse o bastante para “naturalizar” e “legitimar” a ordem capitalista, o mesmo procedimento serve a Weber para desqualificar toda tentativa de superar tais questões, e lhe permite atribuir, da maneira mais ligeira, a um eventual futuro socialista a mera reprodução desses mesmos “aspectos” – quando não, inclusive, uma “reprodução ampliada” deles.

E isso cumpre um papel decisivo para que Weber possa assumir, de forma cínica, a defesa de seus pontos de vista valorativos no quadro da estrutura de interesses burguesa imperialista, num linguajar que pouco difere daquele usado na obra “científica”.

Weber e a guerra imperialista

Da leitura dos escritos específicos sobre a questão da guerra, em consonância com o que discutimos até aqui, surge uma e outra vez a figura de uma espécie de “estrategista” político: a posição adequada ao interesse nacional alemão diante de cada uma das

questões envolvidas na guerra é discutida por Weber à luz do desenvolvimento histórico e da estrutura de interesses (nacionais) constituída naquele quadro histórico.

Os dois textos fundamentais que pretendemos analisar nesta parte são emblemáticos nesse sentido. O primeiro, “A política externa de Bismarck e o presente”, publicado no natal de 1915, constitui uma primeira forma encontrada por Weber para realizar uma intervenção pública audaz acerca da discussão aberta sobre os objetivos de guerra da Alemanha, contornando a censura interna que naquele momento proibia as manifestações públicas a respeito. O segundo texto, “A Alemanha entre as potências mundiais europeias”, publicado em novembro de 1916, é a versão reelaborada de um discurso pronunciado por Weber em 27 de outubro do mesmo ano, em Munique, numa assembleia pública do Partido Popular Progressista (*Fortschrittlichen Volkspartei*), sobre “A posição da Alemanha na política mundial”, e os traços discursivos se espalham, de fato, por todo o artigo.

Nestes textos, assim como em diversos outros escritos e discursos reunidos no volume *Zur Politik im Weltkrieg* das obras completas de Weber organizadas por Mommsen, a posição alemã frente a cada uma das grandes potências é examinada por Weber, e nesse exame ele expressamente define quais as linhas de amizade, de neutralidade e de confronto que devem ser traçadas.

Weber critica duramente os que confundem a política interna com a política externa, chama a atenção para o sem sentido de basear posições em política externa em simpatias de tipo ideológico (do tipo: apoiar a Inglaterra por liberalismo, ou apoiar a Rússia por conservadorismo), e prossegue:

Homens que imiscuem suas antipatias de política interna em nossa política para a guerra e a paz, não são para mim políticos nacionais, e não pode haver qualquer conversa sobre unificação interna com eles. Apenas nossa situação internacional particular e nossos interesses externos devem determinar nossa política externa. Quais são então esses nossos interesses externos e qual é nossa situação particular? Sobre isso desejo falar, e para isso aplicarei, de maneira fria e acadêmica, apenas o pensamento político, e não o sentimento.⁵³

⁵³ Idem, p. 163.

Weber não se limita a fazer comentários parciais, ou a empregar sua retórica e erudição para o esforço ideológico de mobilização para a guerra. Além disso tudo, ele também busca contribuir para a elaboração de uma espécie de “estratégia de guerra”, em que seu pleno domínio da situação histórica pudesse auxiliar a encontrar os objetivos e os meios mais adequados para a política de guerra alemã. No caso, a linha fundamental, que pode parecer a primeira vista banal, mas que contrasta fortemente com o curso efetivamente tomado pelo Estado-maior, consiste na estratégia de concentrar a guerra na frente oriental contra o império russo, e buscar a neutralidade ou um entendimento com Inglaterra e França. Busca mostrar aos alemães que a nova etapa imperialista – os termos não são dele, mas clara distinção de uma nova etapa, sim – coloca a necessidade para a Alemanha de conquistar uma ampliação de sua esfera de influência, em particular para os seus produtos e os seus capitais, muito mais do que perseguir uma política (“vã”) de anexações.⁵⁴

Assim, em diversos pontos, Weber adverte contra a colocação pela Alemanha de objetivos de guerra que não pudessem se sustentar a longo prazo. De nada adiantaria forçar seus contendores a uma paz “cujo principal resultado seria: que as botas da Alemanha estivessem sobre os pés de cada homem na Europa”⁵⁵.

Weber recorre mesmo a Bismarck, uma e outra vez, para alertar contra a “ vaidade nacional” como fonte de políticas irrealistas.⁵⁶

Nossos interesses exteriores são determinados, em considerável medida, de maneira puramente geográfica. Nós somos uma potência. Para toda potência, a vizinhança de outras potências constitui um obstáculo na liberdade de suas resoluções políticas, pois ela deve tomá-las em consideração. (...) Nosso destino quis que apenas a Alemanha fizesse fronteira imediata com três grandes potências por terra, ainda por cima as mais

⁵⁴ Importantes posicionamentos táticos de Weber durante a guerra expressam o mesmo ponto de vista fundamental; exemplos disso são: sua intervenção contra o emprego de submarinos, e a posição sobre a Bélgica após a ocupação alemã.

⁵⁵ Max Weber, “Bismarcks Außenpolitik und die Gegenwart” [“A política externa de Bismarck e o presente”], *Zur Politik im Weltkrieg*, cit., p. 90.

⁵⁶ Cf. idem, p. 90 e seguintes.

fortes perto de nós e, além disso, com a maior potência marítima, e portanto estivesse no caminho delas. Nenhum outro país do mundo está nessa situação.⁵⁷

Lembremos, antes de mais nada, e pelo bem da coesão de nosso argumento, de como em “Economia e Sociedade” Weber falava que é preferível estar mais perto das comunidades políticas fracas.

Porém, mais importante, queremos chamar a atenção do leitor para a palavra “destino”, na parte final do excerto citado. Esse mesmo *destino* que é aqui usado apenas para constatar, logo fará também as suas exigências. Mas sigamos antes a retórica direta weberiana. Que consequências extrai ele do que acabou de afirmar?

Segue-se disso, em primeiro lugar, a necessidade de uma defesa particularmente forte. Mesmo o pacifista mais extremo entre nós aceita esse fato sem discutir. Mas também se segue disso que devemos conduzir nossa política em consonância com nossa posição geográfica. Que significa isso? Em primeiro lugar, que nós – como diria Bismarck – não devemos fazer política quebrando janelas, ou seja, que não devemos, a fim de extravasar nossos sentimentos, atrair inimizades sobre nós, ou desejar aqueles objetos pelos quais não podemos ou não queremos empregar nossos meios de força.⁵⁸

Weber se queixava daqueles que esqueciam que “mesmo a melhor diplomacia não pode fazer alcançar nada quando a política de uma nação está orientada incorretamente”.⁵⁹

E essa política incorretamente orientada está relacionada diretamente à “política sentimental”, como o resto da passagem desenvolve. Para entender por que Weber irá dedicar tanta atenção a esse problema da mistura entre política e sentimentalismo, é preciso ter em mente a euforia nacional então imperante na Alemanha, especialmente após os primeiros êxitos na guerra em 1915 e 1916. Do contraste com essa atmosfera, da qual Weber compartilhava apenas até ao ponto de não perder de vista os interesses históricos do *Reich* alemão, advém a insistência na necessária “sobriedade” ao escolher os objetivos concretos de guerra que o Estado-maior deveria perseguir. Segue então Weber:

⁵⁷ Max Weber, “Deutschland unter den europäischen Weltmächten”, cit., p. 163.

⁵⁸ Idem, 164.

⁵⁹ Idem.

Isso significa, além disso, que nós devemos perseguir uma política objetiva, e não uma política do ódio. **Eu não falo contra ódio e raiva enquanto tais. Não se pode viver a verdadeira grandeza, se não se é capaz de odiar o infame. O ódio alemão, uma vez firmemente enraizado, é duradouro.** Certamente seria tolo da parte da Inglaterra, se ela, através da manutenção da sua política atual contra nós, criasse um inimigo mortal de cem anos. Pois então isso só pode tornar impossível para a nossa política, sob tais circunstâncias, desviar-se disso. Mas isso é coisa para a Inglaterra. Seria de todo modo tolo de nossa parte, se quiséssemos delimitar nossos objetivos políticos não de acordo com pontos de vista políticos, mas segundo o sentimento de ódio, mesmo que tão compreensível.

Weber recorre também nesse ponto à autoridade política e moral do legado do chanceler de ferro:

Se abrimos os ‘Pensamentos e Lembranças’ de Bismarck (...) encontramos também o alerta contra uma política da ‘ vaidade’, e que ela nos induzisse a tentar negar as condições geográficas de nossa existência real. Isso é válido ainda hoje. Pois o que nós menos devemos fazer, em nossa posição geográfica, é buscar uma política vaidosa de conquistador.⁶⁰

Essa era a questão primordial para qualquer chance de êxito na guerra: a definição de objetivos de guerra os mais precisos e realistas que fosse possível. No mesmo sentido, Weber formula a questão:

Toda política de entendimento após a guerra deve partir de nossos interesses objetivos. Quais são eles então? O que está entre nós e nossos inimigos – após o descarte toda questão sentimental e de vaidade?⁶¹

Weber clama pelo abandono da “política da vaidade” (*Eitelkeit*) em favor de uma política do “comércio crescente” (*schweigenden Handels*), e ironiza a falta de objetividade com que os alemães formulavam seus interesses imperialistas:

Se se compara a expansão colonial da Alemanha com a dos outros Estados no mesmo período de tempo, ela se mostra então risivelmente modesta. Pense-se, no entanto, no barulho que acompanhou entre nós essa modesta expansão, como se se tratasse de

⁶⁰ Idem, p. 167.

⁶¹ Idem, p. 171.

encampar a metade do globo, – e compare-se com isso o silencioso crescimento dos demais, então a questão se torna, do ponto de vista político, profundamente vergonhosa para nós.⁶²

Aqui atingimos um ponto importante da argumentação weberiana. Em primeiro lugar, porque a irritação com o excessivo “barulho” dos alemães é uma constante, e concretiza uma das suas principais críticas aos políticos, intelectuais, à imprensa e à própria diplomacia alemãs. Em segundo lugar, porquanto mostra a importância que ele atribuía à questão da adequada divisão do mundo entre as potências – questão que mais à frente ele tratará de minimizar quando se tratar de buscar uma motivação moral mais elevada para a guerra, mas que nunca perderá realmente de vista. Na segunda parte deste trabalho, mostraremos como Trotski, seguindo também nisso a Lenin e a toda a *ala esquerda* da II Internacional (cf. abaixo, cap. IV), tratava de denunciar incansavelmente que a real questão em jogo na guerra era precisamente essa⁶³, a da repartição do mundo entre as potências imperialistas e entre seus monopólios, independente de se a retórica guerreira das burguesias tentasse encobrir esses objetivos concretos com fraseologia mais ou menos patética.

Por outro lado, aquela questão sobre a desproporção entre o “barulho” da política externa alemã e sua eficácia se repete em diversos escritos de Weber, incluindo o célebre artigo “Parlamento e governo em uma Alemanha reordenada”. Ali Weber percorre uma série de incidentes políticos e diplomáticos, como as “crises” com o Japão e a China (que culminaram em declarações de guerra contra a Alemanha, respectivamente, em 1914 e 1917) ou o “fiasco” alemão por ocasião do conflito entre França e Marrocos no início do século. Em todos os casos, mesmo quando as posições políticas publicizadas pudessem estar, em si mesmas, corretas, o fato de sua publicidade jogou francamente contra os interesses alemães e conduziu a derrotas, inimizades desnecessárias, etc.⁶⁴

⁶² Idem, p. 165.

⁶³ A exemplo do que também fará Trotski nos preparativos para a segunda guerra mundial.

⁶⁴ Cf. “Escritos políticos”, especialmente p. 254-256. Weber mostra, aliás, que mesmo quando se tratou de comentários positivos a respeito de aliados, tais procedimentos causaram sérios embaraços, como exemplifica o caso do ministro do exterior austro-húngaro em 1906

No mesmo contexto, nos chama a atenção a sem-cerimônia com que Weber trata a questão dos possíveis acordos "desperdiçados" da Alemanha com a França e a Inglaterra para uma partilha "mais pacífica" do Norte africano e da África do Sul:

Irresponsável e sem equivalente na política de todos os grandes Estados, porém, foi sobretudo o comportamento dos nossos estadistas em todos esses casos. (...) [O]s políticos dirigentes permitiram que o aparecimento *público* da pessoa do monarca inviabilizasse um entendimento objetivo com a Inglaterra sobre os interesses de ambos na África do Sul, e com a França, sobre os interesses na África do Norte, porque a nossa posição parecia estabelecida à maneira de uma questão de *honra* – para ter que ser abandonada por fim, apesar de tudo. Derrotas diplomáticas embaraçosas, que ainda hoje ardem na alma de todo alemão, e um prejuízo grave e permanente dos nossos interesses foram a consequência inevitável.⁶⁵

Passagens como essa são também um alerta para os que acreditam que a visão do "pluralismo de valores" weberiana poderia oferecer qualquer coisa de positivo para os povos oprimidos do continente africano, ou seus herdeiros culturais espalhados pelo mundo.

Aliás, esse nos parece um ensejo particularmente propício para recuperar algo do que dizíamos, no capítulo passado, sobre a maneira por assim dizer "ingênua" com que Weber é tratado por Tragtenberg.

Vale citar uma nova referência deste àquele, para recordamos o tom de seus comentários. Assim, diz Tragtenberg, no texto já citado: "Durante esse período, embora severo com o regime dos Hohenzollern, Weber jamais dá as costas a seu país, mesmo que a ação alemã viole suas mais profundas convicções humanitárias".

Porém, em que pesem as "convicções humanitárias" encontradas por Maurício Tragtenberg em Weber, não encontramos nem naqueles escritos "científicos", nem nesses "políticos", qualquer vestígio de pesar pelo destino dos povos coloniais implicados nos raciocínios weberianos. Enfim, deixamos que o leitor tire suas próprias conclusões.

⁶⁵ Idem, p. 258-259. Interessante notar que a célebre discussão das disciplinas de Ciência Política sobre a distinção weberiana entre a ética do funcionário público e a ética do político dirigente aparece relacionada a este tema substantivo, que é cuidadosamente "esquecido" em favor da tipologia dos diferentes tipos de responsabilidade pública.

Depois dessa breve digressão, podemos retornar à oposição entre “política vaidosa” e “política objetiva” para a guerra.

Weber critica o modo como se fantasiou sobre o “fim do império mundial inglês” como objetivo de guerra, como

se o domínio mundial inglês repousasse sobre coisas como o canal de Suez e congêneres, e não muito mais na comunidade nacional dos anglo-saxões, a qual agora povoou diversos continentes, às vezes inteiramente, às vezes de modo parcial, de maneira que para nós se tornou impossível persegui-la.⁶⁶

Nesse sentido devemos entender que a posição nacionalista consequente de Weber se coloque a cada passo em confronto como pangermanismo do tipo da *Alldeutschen Verband*, que se encontravam entre os mais barulhentos e exaltados, ainda que uma boa parte da opinião pública os acompanhasse.

Contrariamente a tais visões, que levavam alguns a formular os objetivos de guerra como a anexação de toda a Bélgica e do norte da França – proposta considerada como “incrivelmente tola”–, Weber delineia sua visão “objetiva” da situação alemã no continente:

Em primeiro lugar, segue-se de nossa posição geográfica a necessidade de uma política de alianças de amplo alcance. Hoje nenhuma potência mundial, nem mesmo a Rússia ou a Inglaterra, pode descartar as alianças para política mundial. Nós ainda menos que as outras. Defender a nós mesmos num mundo de inimigos é algo que podemos fazer também sozinhos. Tomar parte no mundo, não.

Recordamos aqui da distinção feita a propósito de Bismarck. Já não se trata mais apenas de unificar e defender, mas sim de *expandir* e *ganhar influência*:

⁶⁶ Idem, p. 166.

Existe já uma limitação absoluta para a nossa liberdade de escolha até hoje: a França. Ela pôde ser tomada em conta por todo adversário nosso, e nunca por nós. Toda nossa posição internacional desde 1871 esteve determinada por isso. Uma nova dificuldade, que não queremos esconder, acrescentou-se agora: a explosão da tríplice aliança, cujo sentido último nas últimas décadas foi a manutenção da liberdade de escolha. **Desde então se reforçou muito a necessidade, para o conjunto de nossa política, de ter de escolher entre as duas maiores potências mundiais: Inglaterra e Rússia.** Não necessariamente na forma de uma aliança – que nós devemos selar apenas a partir de vantagens muito bem pesadas. Mas sim na forma de um entendimento.⁶⁷

Cabe esclarecer que onde fala sobre a explosão da tríplice aliança, Weber se refere à perda da Itália como aliada (mais à frente vamos explicar em que circunstâncias). O fundamental a reter desse trecho é a proposta inequívoca, avançada por Weber, de algo que representaria uma guinada violenta em toda a política até então perseguida pelo Estado-maior alemão. Weber fala em “escolher” entre a Inglaterra e a Rússia, mas para quem acompanha seu modo de pensar, a questão é tão clara quanto um chamamento de guerra: “Todos contra a Rússia!”.

Para desdobrar essa questão, Weber recorre a exemplos históricos então relativamente recentes, da época de Bismarck, que reforçam as mudanças no quadro de interesses alemães.

O legado de Bismarck e a mudança de época

No artigo citado sobre a política externa de Bismarck, Weber inicia seu raciocínio tratando da política de alianças bismarckiana, que consistia essencialmente na aliança tríplice entre Alemanha, Áustria-Hungria e Itália. Já aí, dá conta da mudança de época que se operou nas décadas anteriores:

⁶⁷ Idem, p. 169-170.

Essa característica da aliança tríplice segue em linhas gerais a política em todo sentido ‘conservadora’ de Bismarck. Ela não era de nenhum modo uma política de uma ‘Alemanha maior’. (...) E aí se encontra a fraqueza da tríplice aliança, naquilo que do ponto de vista da manutenção da paz era a sua virtude: seu caráter puramente defensivo.⁶⁸

Ou seja, entre a época de Weber e a de Bismarck operou-se aquela mudança que transformou a virtude em fraqueza. Veremos nos próximos capítulos como os marxistas da ala esquerda da II Internacional, à qual pertencia Trotski, reconheciam precisamente essa mudança como a clivagem de épocas dentro da história do capitalismo. Por enquanto, basta reter que ela traz consigo toda uma mudança fundamental em questões de política externa e interna. Podemos dizer que mesmo para Weber, que como sabemos rejeita o marxismo e nunca se refere ao imperialismo como *etapa* particular do capitalismo, a aceitação implícita dessa viragem histórica não é menos contundente. O complemento disso é que, em suas palavras, “o ideal de um reino o mais autossuficiente possível é para nós agora uma evidente utopia”⁶⁹.

De igual maneira, a política burguesa por mãos de Junker (outra definição para o sentido histórico do bismarckismo) já não servia. Era preciso uma burguesia consciente não só da sua posição geográfica, mas também e fundamentalmente, da sua posição histórica. Weber buscava essa consciência histórica da burguesia, ou ao menos contribuir para alcançá-la.

Tudo isso implicava, em primeiro lugar, que a aliança direta com a Áustria-Hungria tinha que ser repensada em outros termos, e que deveriam ser revistas as posições de Bismarck frente à Inglaterra e à França. Quanto ao primeiro termo, o empenho de

⁶⁸ Max Weber, “Bismarcks Außenpolitik und die Gegenwart”, cit., p. 72. De passagem, Weber lamenta que a aliança tenha se rompido, e que na Itália a “política das ruas” tenha se imposto por sobre os interesses nacionais italianos – manifestações de massa de maio 1915 pela entrada na guerra ao lado da Entente encabeçada por Inglaterra e França.

⁶⁹ Idem, p. 74.

Weber é clarificar ao máximo que a natureza da aliança é tal que seu significado militar é, de longe, mais importante que o seu significado econômico direto⁷⁰.

Com relação ao segundo, começando pela Inglaterra, a ideia de

uma aliança nunca ocorreu a Bismarck, porque a tradição de então da política inglesa rejeitava alianças sólidas, em parte porque era proibido, em um regime de partidos, amarrar o futuro governo do partido opositor, **em parte de acordo com a política da mão livre que então prevalecia, a qual era considerada no interesse do famoso ‘equilíbrio das forças’**.⁷¹

Situação totalmente modificada, pois, no dizer de Weber:

Quando mais tarde a política inglesa se tornou madura para alianças, isso se deu devido ao medo de nós e para voltar-se contra nós. (...) A política bismarckiana não podia prever esse desenvolvimento, e partia da premissa de que nós devíamos contar certamente com a neutralidade da Inglaterra, pelo menos no caso de um enfrentamento com a Rússia.⁷²

Reconhecendo a mudança, Weber dá ainda razão a Bismarck em sua linha permanente de não provocar a Inglaterra, como no caso de sua negativa aos projetos de construção de uma frota alemã, e busca trazer esse imperativo para o novo momento histórico.

A política de Bismarck com relação à França após 1870 é analisada sob o mesmo prisma, de modo que Weber conclui que:

Ela era totalmente compreensível como política continental. Como política mundial, porém, ela teve também algumas consequências preocupantes. É sabido do que nós reclamamos nos últimos tempos, e com motivo: de que **a França e outras potências simplesmente nos ignoraram na questão da divisão das esferas de interesse. Tanto**

⁷⁰ Já no contexto da guerra, a preocupação de Weber é, precisamente, de que a evolução das relações militares se dê numa direção em que a resposta a um “comando de guerra” possa ser tão unificada “como se se tratasse de destacamentos de um único exército”. Cf. Max Weber, “Deutschland unter den europäischen Weltmächten”, cit., p. 184.

⁷¹ Max Weber, “Bismarcks Außenpolitik und die Gegenwart”, cit., p. 74-75.

⁷² Idem, p. 75.

a Inglaterra em sua política sul-africana, como a França em sua política norte-africana.⁷³

Questão que pode ser vista ainda mais claramente quando Weber se lamenta de que:

Nossa esparsa expansão colonial veio completamente atrasada e permaneceu exígua em forma e volume. Basta comparar as grandes extensões coloniais que outros Estados como a Rússia, a Inglaterra, a França, a Bélgica, anexaram no período da última geração, com as nossas próprias aquisições, para ver que essa política colonial não era capaz de despertar a inveja de ninguém.⁷⁴

No entanto, em seu programa de como alterar essa situação, vemos como Weber se esforça para desacreditar a ideia de um confronto com os inimigos ocidentais da Alemanha, advogando por uma estratégia clara de enfrentamento com a Rússia, em prol da qual seria importante, inclusive, contar com o maior grau possível de neutralidade por parte de Inglaterra e França.

Como diz Weber:

Nós não precisamos (...) de nenhuma conquista do mundo, mas sim uma esfera de interesse ajustada, como outros países também possuem, sem que alguém seja ameaçado com isso. Agora, após a guerra a questão belga se interpôs entre nós. A razão da guerra não foi a ocupação da Bélgica, disso nós sabemos. Mas que haja um acordo sobre a Bélgica, será condição para uma disputa duradoura. A ocupação prolongada da Bélgica por nós, em conjunção com nossa frota, significa para a Inglaterra a necessidade de, além da maior frota, manter também um exército terrestre muito grande, e isso explica a tenacidade da guerra.⁷⁵

Nessa disputa com a Rússia, a questão dos “pequenos povos” do Leste europeu ocupava um lugar de enorme relevância.

⁷³ Idem, p. 77-78. Já vimos essa mesma questão, transformada em polêmica de política interna contra os funcionários políticos do regime, no texto escrito ao fim da guerra, “Parlamento e governo na Alemanha reorganizada”.

⁷⁴ Idem, p. 73.

⁷⁵ Max Weber, “Deutschland unter den europäischen Weltmächten”, cit., p. 176

Os povos do Leste e a Rússia

Ao contrário de toda “política de vaidade” grosseiramente expansionista, é justamente a defesa da “autonomia” dos pequenos povos contra o expansionismo pan-russo que constitui um dos argumentos decisivos mediante os quais Weber procura atrair os povos do Leste. Poderíamos dizer que se trata, para Weber, de buscar naquela região uma linha de “hegemonia” ou consenso. Este é um dos temas onde aparece de maneira mais decisiva a distinção entre a política de sentimento e a política efetiva (realista) como fundamento da posição weberiana, e um elemento recorrente em sua argumentação.

A posição recíproca dos alemães e dos povos de cultura eslava ocidental deveria ser alterada completamente pelas consequências políticas da guerra (...). Em primeiro lugar, ficou demonstrado agora para esses povos que existe afinal um poder que, frente à ameaça de transformá-los todos em povos estrangeiros russos, está em situação de, em união com eles, garantir sua independência nacional contra a Rússia.⁷⁶

Isso é importante, pois em nossa visão há aí muito mais do que um simples “canto de sereia” para tentar atrair a simpatia desses povos para o lado alemão, ainda que este elemento obviamente não esteja ausente. É que do ponto de vista do desenvolvimento imperialista da Alemanha, em contraste como atraso russo, coloca-se de fato uma assimetria na maneira como essas duas potências estimavam seus objetivos políticos diante dos pequenos países. Se no caso do império russo a anexação territorial parecia o caminho lógico de seus interesses, no caso alemão esta não era necessária e, mais ainda, não constituía um verdadeiro objetivo estratégico. Na base desta diferença se encontram as características fundamentais da época imperialista que então emergia e que se manifesta de maneira particularmente aguda na análise do pensamento político weberiano.

⁷⁶ Max Weber, “Bismarcks Außenpolitik und die Gegenwart”, cit., p. 86-87.

Prossigamos com Weber:

Um dos fundamentos do seu comportamento até hoje [dos pequenos povos – E. S.] esteve na crença fatalista na inevitabilidade de um desenvolvimento ilimitado do poder russo. A esse respeito surge o fato, suficiente para lhes trazer segurança, de que não têm que temer uma opressão alemã no lugar da russa. Nossos interesses permitem e postulam a sua incondicional autonomia cultural sobre a base da adequada delimitação de esferas de atuação nacional segundo um ponto de vista puramente político, e isso significa: com supressão de toda vaidade nacional de nossa parte.⁷⁷

Weber desenvolve uma interessante argumentação sobre as “tarefas culturais” da Alemanha perante esses povos, a qual cumpre um claro papel de “legitimação” do eventual domínio alemão sobre toda a região (por isso insiste em que sempre foi contrário à política de opressão cultural-linguística, por exemplo, dos prussianos com relação aos poloneses). Vejamos como essas questões se articulam em seu pensamento:

Toda cultura está ligada ao elemento nacional, e assim permanece (...). Porém o Estado não precisa necessariamente ser um ‘Estado nacional’, no sentido de que ele oriente seus interesses últimos nos interesses de uma única nacionalidade predominante em seu seio. Ele pode servir os interesses culturais de várias nacionalidades, inclusive de acordo com os interesses bem compreendidos de sua nacionalidade predominante. De acordo com as tarefas modificadas dos dias atuais, é do interesse cultural da nacionalidade alemã clamar para que nosso Estado assuma crescentemente esta tarefa. (...) Então o mundo poderá reconhecer com maior clareza do que hoje, por quem os ‘interesses das pequenas nacionalidades’, suprimidos pelos nossos inimigos, como os dos indianos, egípcios, norte-africanos, persas, caucasianos, polonesas, bielo-russos, letões, finlandeses, de Malta, Gibraltar, dodecanos, etc., são defendidos, encontram consideração e apoio.⁷⁸

A mesma questão que aparece na seguinte passagem do discurso de 1916:

⁷⁷ Idem, p. 87.

⁷⁸ Idem, p. 91-92.

Toda política para além de nossa fronteira oriental é, mesmo enquanto seja uma Realpolitik, irremediavelmente política eslavo-ocidental, e não política nacional alemã. (...) Caso nós perseguíssemos no Leste uma política nacional alemã, então nós transformaríamos os 15 milhões de eslavos que ali habitam em inimigos mortais e em partidários da Rússia, para todo o sempre.⁷⁹

Em particular, Weber aponta que são essas considerações que devem guiar a atitude da aliança entre os dois impérios, alemão e austro-húngaro, frente à Sérvia e à Polônia: assim como toda disposição sobre a primeira deve ser guiada de acordo com as demandas da Áustria e da Hungria, do mesmo modo toda disposição acerca da Polônia conquistada deve estar conforme “ao que o nosso interesse vital demandar”⁸⁰.

O que não deixa de ser um interessante modo de raciocinar, e deveras persuasivo, já que aqui se diz algo sobre “proteger” tais povos como os poloneses, enquanto logo ali também se falam coisas como “conforme nosso interesse vital”, “conquista” e em “autonomia sob nosso controle militar”, e assim por diante.

Em outro trecho, Weber faz referência à velha “política de línguas” prussiana, da qual discordava; ao mesmo tempo, justifica a sua posição contra a imigração polonesa, mais radical até do que a da extrema direita que tantas vezes critica:

me voltei contra o sistema da mão barata, a redução dos salários através do emprego de trabalhadores estrangeiros, e abandonei a Alldeutschen Verband porque ela colocava o interesse dos grandes proprietários de terras pela força de trabalho mais barata dos eslavos por sobre o interesse da nacionalidade.

E agrega, bem no sentido realista que já ressaltamos: “Da política de línguas tola e ineficaz dos *Alldeutsche* eu nunca compartilhei”⁸¹.

⁷⁹ Max Weber, “Deutschland unter den europäischen Weltmächten”, cit., p. 181-182.

⁸⁰ Idem, p. 185. De particular interesse é também a sequência do raciocínio, em que Weber discute o fato de que um setor da população polonesa “desejaria uma incorporação à Áustria”. Questão que, segundo esclarece Weber, “somente seria possível se entre nós e a Áustria-Hungria se formasse uma União de Estados permanente e indestrutível”. No mesmo sentido, Weber esclarece como uma “autonomia” da Polônia sob controle militar alemão poderia ser concedida. Cf. no mesmo texto, p. 186 e 187.

⁸¹ Idem, p. 187.

Vale notar que, ao contrário daquilo que o tom diplomaticamente adotado aqui por Weber para tentar agradar eventuais ouvintes estrangeiros, sua divergência com os pangermanistas nem sempre foi em favor dos poloneses. Ao contrário, o motivo de sua cisão com a *Alldeutsche Verband*, nos anos 1890, foi oposto: a saber, a política pouco consequente aos olhos de Weber que a União propunha na questão dos trabalhadores agrícolas poloneses. Weber critica seus até então correligionários por ceder aos meros interesses econômicos dos latifundiários, sem colocar os “interesses vitais alemães” acima destes; numa palavra, Weber denuncia que a União “*nunca* defendeu a exclusão dos poloneses”⁸²

De todo modo, o essencial é que “agora, no entanto, a situação se modificou completamente – interna e externamente –, como eu prognostiquei aos colegas influenciados pelos *Alldeutsche* antes da guerra”⁸³.

E essa modificação significa que, agora nas condições de guerra, é preciso assimilar os poloneses ao Estado alemão, e não mais “excluí-los”:

No plano interno, deve ter lugar um entendimento com os poloneses que cumpriram com o seu dever assim como todos os outros. Para além de nossas fronteiras, porém, nós não podemos, tanto na Polônia como no Leste em geral, perseguir uma política pangermânica, depois de essa guerra ter ocorrido. **Pois é o nosso destino, que essa guerra tenha desenrolado a questão dos eslavos ocidentais, e que nós no Leste tenhamos que ser os libertadores das pequenas nações, mesmo ali onde nós não o teríamos desejado.**⁸⁴

O trecho final da citação, que destacamos, é eloquente em apontar como até mesmo essa questionável tarefa de libertação é encarada apenas de modo pragmático (“devemos libertar mesmo ali onde não desejaríamos”).

Com base nessa política para os povos do Leste, Weber se aproxima agora das contradições entre a Alemanha e a Rússia. Nesse sentido, na comparação entre os dois textos que analisamos aqui, chama a atenção o percurso da argumentação geral, pois é

⁸² Marianne cita a carta de afastamento enviada por Weber. Op. cit., p. 157-158.

⁸³ Idem, p. 188.

⁸⁴ Idem.

essencialmente o mesmo em ambos. Com algumas diferenças: já no texto de 1915, a ênfase de Weber diz respeito à diferença qualitativa entre o tipo de antagonismo que separava a Alemanha de seus oponentes ocidentais, e o que a separava da Rússia:

Enquanto a Inglaterra pode ameaçar a integridade de nosso comércio e nossas possessões ultramarinas, e a França a do nosso território, **a Rússia é a única potência que, em caso de vitória, estaria em condições de ameaçar a própria sobrevivência da nacionalidade alemã e da autonomia política alemã, assim como da polonesa. É possível prever que esse deva ser cada vez mais o caso no futuro.**⁸⁵

No discurso de 1916, no entanto, a questão é radicalizada e se torna diretamente um problema de escala universal:

Além disso: a ameaça vinda do Leste, em consequência do aumento populacional da Rússia, irá crescer no futuro. Este não é o caso no Oeste. **E acima de tudo: a ameaça vinda da Rússia é a única que se dirige diretamente contra nossa existência como potência nacional. A Inglaterra pode prejudicar nosso comércio marítimo, - já o nosso comércio exterior de conjunto, apenas através de uma coalizão como a de agora. A França pode nos arrancar um pedaço de terra. Uma Rússia vitoriosa pode negar nossa independência.** (...) Em todo caso, portanto: um entendimento com a Rússia não é fácil. Ele é possível, falando claramente, apenas no caso de que a Rússia se desinteresse, pelo menos, das questões sérvia e polonesa. Pois ambas são questões de vida ou morte para a Áustria e para nós. E é possível apenas mediante garantias duradouras, pois a ameaça é duradoura, e mediante garantias muito firmes, pois ela está em crescimento. (...) **Mais uma última coisa: a Rússia não ameaça somente nossa posição estatal, mas toda a nossa cultura e, por extensão, a cultura mundial, na medida em que ela esteja constituída como agora.** (...) **Sob um ponto de vista histórico universal os pontos em disputa atuais no Oeste, por causa da Bélgica, aparecem como bagatelas em**

⁸⁵ Max Weber, "Bismarcks Außenpolitik und die Gegenwart", cit., p. 85.

comparação com os desenvolvimentos no Leste, que significam decisões de alcance mundial.⁸⁶

O sentido histórico da guerra

Dessa breve leitura dos escritos de Weber sobre a guerra, alguns elementos poderiam, portanto, ser sintetizados.

Em primeiro lugar, o recurso a Bismarck aparece em geral com a dupla função de investir a posição defendida por Weber de um inegável argumento de autoridade, e de oferecer exemplos de separação do verdadeiro interesse nacional (estratégico) dos interesses parciais (do capitalista individual)⁸⁷ ou apenas ilusórios (como no caso da direita ultranacionalista e sua “política sentimental”).

Aqui se manifesta, novamente e em outro plano, tudo o que dissemos antes, infelizmente de forma demasiado lapidar, sobre a distinção que fazia Weber, no plano da política interna alemã, em matéria de missão histórica e de vontade de poder, entre a nova burguesia de um lado e, do outro, a velha aristocracia Junker. Do mesmo modo que em seu elogio das virtudes morais dos Junkers Weber não deixa de reconhecer que a sua dominação pertence a uma fase histórica passada (e toda a teorização de Weber sobre os tipos de dominação, as formas de organização da vida econômica, etc, nada mais é do que uma descrição – apologética, mesmo quando trágica – do processo

⁸⁶ Max Weber, “Deutschland unter den europäischen Weltmächten”, cit., p. 180-181. Outro trecho anterior do mesmo discurso desenvolve essa questão, apoiando-se numa definição feita por um social-democrata austríaco: “E, finalmente, encontra-se um elemento econômico em nossa posição perante a Rússia que simplesmente não existe com respeito às potências ocidentais: o imperialismo populacional [Volksimperialismus] da Rússia, como chamou um social-democrata austríaco: a tendência expansionista devida à fome de terras do campesinato russo. A qual é consequência do estágio cultural, que em algum momento vai desaparecer, porém temporariamente ainda deve crescer”. Idem, p. 173.

⁸⁷ Separação vital para a elaboração de uma política adequada, por exemplo sobre a questão belga: “Que interesse temos nós agora, após a invasão, na Bélgica?”, e responde que do ponto de vista econômico não vê nenhum, “sempre que entendamos o interesse econômico do ponto de vista nacional, e não como um interesse de lucro de empresários individuais”. Idem, p. 177.

histórico que conduziu a essa sucessão de mudanças que culmina com a moderna, racional, burocrática e legalista ordem burguesa); desse mesmo modo, dizíamos, é possível compreender a invocação do exemplo histórico de Bismarck, para defender uma posição de política externa oposta à dele.

Tanto quando estabelece a comparação com o tempo de Bismarck, ressaltando os elementos comuns e sobretudo as mudanças profundas ocorridas⁸⁸ (num prazo histórico inclusive curto, se formos notar o detalhe), como quando analisa a conjuntura concreta da guerra e sinaliza uma linha mestra de atuação, vemos como Weber manifesta um profundo senso histórico de que nova estrutura compõe o mundo de então. Suas frases sobre os conflitos de interesses eternos e inconciliáveis, sobre concepções de mundo cada qual com seu próprio deus e seu próprio demônio, não poderiam estar mais longe de ser meras metáforas.⁸⁹

A ideia da existência de um número limitado de grandes potências lutando inexoravelmente pela ampliação de suas respectivas esferas de domínio aparece claramente, não aqui e ali, mas ao longo de toda a argumentação weberiana; a noção de que o mundo é um espaço limitado, de que a própria existência de uma potência representa uma ameaça para as outras, etc. São todas ideias fortes e inequívocas.

Por outro lado, existe uma forte articulação entre este posicionamento “estrategista” e suas posições de política interna.

⁸⁸ “Se em tantos pontos singulares e na situação de conjunto a maioria dos pressupostos da política bismarckiana foram tão amplamente deslocados; algumas das suas máximas gerais poderiam, no entanto, manter validade duradoura para a política concreta alemã.” Max Weber, “Bismarcks Außenpolitik und die Gegenwart”, cit., p. 89.

⁸⁹ Nesse ponto, a visão de Lukács é sugestiva em sua conversa com Leo Kofler: “Tome a sociologia política de Max Weber. Considere, em “A Política como Vocação”, a sua doutrina segundo a qual vários deuses dominam o mundo. Ela esconde o fato de que Max Weber, na sociedade de seu tempo, não podia chegar a um conceito unívoco de razão na forma do ‘se é isto... então será aquilo’, e por isso ficou preso à luta entre as diversas forças que não queria racionalizar. De fato, uma racionalização teria conduzido a consequências inaceitáveis para ele. Max Weber recorre, então, por assim dizer, à ideia mítica dos deuses que na realidade lutam uns contra os outros. Poder-se-ia dizer – e creio que podemos dizê-lo tranquilamente – que neste ponto o irracionalismo envolve também o sistema conceitual de Max Weber”. Cf. Hans Heinz Holz, Leo Kofler e Wolfgang Abendroth, *Conversando com Lukács*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1969, p.46.

A esse respeito, ainda que não seja nosso tema principal, devemos notar que as consequências da concepção geral de Weber para a política interna e o embate de classes são muito mais graves do que alguns autores fazem supor – por exemplo, Michael Löwy, no seu conhecido estudo “As aventuras de Karl Marx...”, já citado, quando afirma que em Weber os confrontos de valores são muito mais entre nações do que entre classes⁹⁰. Ainda que pudéssemos indicar outros momentos de sua obra, é particularmente significativa, nesse sentido, aquela passagem final de sua última obra, “Economia e Sociedade”, já citada, e que ao contrário dos dois textos principais que tomamos aqui como referência de seus posicionamentos sobre a guerra, foi escrita já após a revolução russa de outubro de 1917, e em meio ao processo da revolução alemã:

O perigo político da democracia de massas reside, em primeiro lugar, na possibilidade de uma forte preponderância de elementos emocionais na política. (...) A cabeça clara e fria – e a política bem-sucedida, precisamente a democrática, se faz afinal com a cabeça – tende a predominar nas decisões responsáveis, na medida em que 1) é pequeno o número daqueles que participam das considerações prévias e 2) está claramente definida a responsabilidade de cada um deles, e reconhecida pelos liderados. A superioridade do Senado norte-americano diante da Casa dos Representantes, por exemplo, é essencialmente função do menor número de senadores; as melhores políticas do Parlamento inglês são produtos da responsabilidade claramente definida. Quando falha esta última, falha também o desempenho da dominação partidária, bem como qualquer outro. E no mesmo fundamento descansa a utilidade política das atividades dos partidos, realizadas por grupos de interessados políticos firmemente organizados.

Um trecho notável por seu elitismo político, que acompanha de perto o desenvolvido em “Parlamento e governo numa Alemanha reorganizada”. Sem nos determos no tema, assinalamos apenas que toda uma vertente da Ciência Política acadêmica do século XX irá desenvolver amplamente tais raciocínios. Em particular a ideia de que a boa política é realizada pelo “pequeno número”, seja por argumentos meramente técnicos, seja por argumentos de cunho valorativo⁹¹.. Sigamos ainda com Weber:

⁹⁰ Michael Löwy, op. cit., p. 34.

⁹¹ Cf. a obra do economista austríaco Joseph Schumpeter, por um lado, e a dos politólogos italianos G. Mosca e V. Pareto, por outro, para ver o início dessa tradição de pensamento nos anos 1920.

Por outro lado, um fator completamente irracional, do ponto de vista da política estatal, é dado pelas ‘massas’ não-organizadas: a democracia da rua. Esta é mais poderosa em países com um Parlamento impotente ou politicamente desacreditado, e isto significa sobretudo: na ausência de partidos racionalmente organizados. Na Alemanha, abstraindo-se da inexistência da cultura latina do café, e do temperamento, mais sério, organizações como os sindicatos, mas também como o Partido Social-democrata, constituem um contrapeso muito importante ao atual domínio irracional da rua, típico de nações puramente plebiscitárias. Para defender-se contra golpes, sabotagem e outros desvios, que acontecem em todos os países – na Alemanha, com frequência menor que nos outros –, todo governo, mesmo o mais democrático e mais socialista, teria que aplicar a lei de emergência, para não correr o risco de enfrentar as mesmas consequências que, em seu tempo, enfrentou a Rússia. **Mas as orgulhosas tradições dos povos politicamente maduros e infensos à covardia conseguiram sempre de novo confirmar-se, mantendo a cabeça fria e, apesar de combater a violência pela violência, procurando em seguida, de maneira puramente objetiva, dissolver a tensão manifestada naquele desvio, sobretudo restabelecendo imediatamente as garantias da ordem liberal e não se deixando desconcertar, em suas decisões políticas, por incidentes deste tipo.**⁹²

Nesse trecho notável, escolhido para dar fecho a seu tratado póstumo, temos combinados, num único raciocínio, a ideia de que é preciso “combater pela violência” a “democracia da rua”, e o elogio à socialdemocracia alemã como garantidora da ordem e “contrapeso muito importante” aos desígnios “irracionais” das massas. Tal *afinidade eletiva* entre Weber e a socialdemocracia alemã (notadamente em sua ala direita, como analisaremos nos capítulos seguintes) é material digno de um estudo específico. Não poderemos, no entanto, enveredar por esse caminho mais do que as esparsas indicações que percorrem este texto. Deixamos aqui apenas assinalado o tema, por sua relevância com respeito à segunda parte deste estudo, que em sua parte substantiva iniciará, precisamente, pela posição de Trotski diante da mesma socialdemocracia.

Retornando ao tema central que nos ocupa no momento, não seria demais reproduzir a parte conclusiva do discurso de Weber na assembleia do *Fortschrittlichen*

⁹² Max Weber, *Economia e sociedade*, cit., v. II, p. 579-580.

Volkspartei, onde seu reconhecimento da estrutura de interesses antagônicos imperialistas aparece de uma vez por todas:

Agora, é evidente: nós também somos uma potência. E que nós o sejamos, constitui o último e decisivo motivo da guerra. (...) Somente nos pequenos Estados, onde a maioria dos cidadãos ainda se conhece mutuamente, ou poderia se conhecer (...), apenas ali a verdadeira democracia, apenas ali também a verdadeira aristocracia repousando sobre a confiança pessoal e a liderança pessoal, são possíveis em geral. Nos Estados de massas ambas se alteram até ficarem irreconhecíveis: a burocracia no lugar da administração eleita ou voluntária do povo, o exército treinado no lugar da guarda popular, são ambos inevitáveis. Esse é o destino inescapável dos povos organizados em Estado de massas. (...) Por que nós mesmos nos colocamos sob o feitiço dessa fatalidade política? Por vaidade não. Mas sim devido a nossa responsabilidade perante a história. Não é dos suíços, dos dinamarqueses, dos holandeses, dos noruegueses, que a posterioridade irá exigir prestação de contas sobre a composição das culturas da Terra. Não é com eles que ela iria ralhar se na metade ocidental de nosso planeta não existisse mais nada além da convenção anglo-saxã e a burocracia russa. E com razão. Pois nem os suíços, nem os holandeses ou os dinamarqueses, poderiam evitar isso. Porém nós sim. Um povo de 70 milhões no meio de tais potências conquistadoras do mundo possui o dever de se tornar uma potência estatal. Nós tínhamos que nos tornar uma potência e tínhamos, para poder influir na decisão sobre o futuro da Terra, que nos lançar nessa guerra. Nós teríamos que fazê-lo, mesmo quando temêssemos sucumbir.

Pois nos teria trazido vergonha perante o mundo de hoje e o de amanhã, se nos evadísssemos desse dever covarde e tranquilamente. A honra de nossa nacionalidade o exige. De honra, e não da modificação do mapa mundial ou do lucro econômico – isso nós não desejamos esquecer – é do que se trata na guerra alemã.⁹³

De honra se trata!

Lembrando o que vimos na parte metodológica, com Gabriel Cohn

A importância analítica do conceito de dominação é tanto maior em Weber quanto mais fortemente ele rejeita o conceito alternativo, de determinação; pois são essas as categorias que realmente se opõem no seu pensamento e não, como alguns parecem supor, as de dominação/conflito por um lado, e consenso/harmonia por outro, visto que

⁹³ Max Weber, “Deutschland unter den europäischen Weltmächten”, cit., p. 191-192.

esses dois pares, longe de serem intrinsecamente incompatíveis, podem ser vinculados entre si pela ideia de legitimação.⁹⁴

E em outro trecho significativo:

E isso implica que, se nada é determinado intrinsecamente, somente resta a capacidade efetiva de dominação e de exercício do poder por alguns para dar forma aos eventos, em cada caso particular. Dadas as premissas weberianas da multiplicidade de valores equivalentes, da ausência de determinação objetiva dos fenômenos e da escassez de recursos materiais e simbólicos valorizados, é inevitável que a dominação ocupe posição central em seu esquema. Em termos das ideias expostas acima, pode-se dizer que a dominação é a figura concreta assumida pelo ‘destino’ na história, visto que é o processo responsável pela persistência de linhas de ação e de sentidos e, portanto, pela imposição de uma certa ordem (sempre singular e apenas possível) aos fenômenos.⁹⁵

A “missão histórica” que leva um povo determinado a buscar impor os seus próprios valores, de maneira “senhorial” (Weber), isto é, violenta, despótica, aos demais povos do mundo, aparece então como é, ou seja, desprovida de todo adorno: afinal, essa missão nada mais é do que uma figuração do próprio interesse compartilhada por uma comunidade de homens capazes de dominar os demais e impor-lhes sua vontade.

Vale notar que Weber não se põe na missão de civilizador de selvagens, própria ao britânico e ao francês imperialistas do século XIX e anteriores. Aqui, ao mesmo tempo em que o próprio capitalismo, o próprio “desencantamento do mundo”, o próprio

⁹⁴ Gabriel Cohn, op. cit., 205. A sequência do raciocínio de Cohn é muito boa para pensar a crítica à incorporação eclética de Weber por alguns dos intelectuais marxistas ou progressistas mais importantes da tradição do pensamento social brasileiro: “É inegável que o caráter polêmico de sua obra contra Marx reforça sua ênfase sobre a categoria de dominação e, em consonância com isso, sobre o nível político-ideológico da análise. Mas isso não é suficiente para explicá-la nem, a rigor, necessário. Ela deriva logicamente das suas premissas. Claro que se poderia argumentar que as próprias premissas são antimarxistas.

“É inquestionável que são opostas às do materialismo histórico e que entre ambas não há, em princípio, conciliação possível, apesar dos esforços de um Merleau-Ponty para construir um ‘marxismo weberiano’, nas suas Aventuras da dialética. Mas, pessoalmente, não vejo como afirmar sem mais que elas foram concebidas e adotadas com esse fim específico em vista. Como de hábito, a história é mais complexa; Lukács que o diga”.

⁹⁵ Idem, p. 206.

desenvolvimento ocidental, são postos sob a mira da crítica; ao mesmo tempo, a dominação aparece como o que é: em outras palavras, a “missão histórica” não tem um conteúdo para além do próprio desejo de dominar transformado em valor fundamental de seus portadores. No máximo, como veremos, uma crítica de passagem às potências rivais, de resto característica: a “monotonia” das convenções anglo-saxônicas, o “tédio” da burocracia russa. Fora disso, nada.

Vemos, portanto, uma conexão entre aquela espécie de “individualismo metodológico” que vimos no capítulo precedente, e a ênfase analítica na categoria “dominação”, desembocando numa particular justificação da “lei do mais forte” que vemos aqui em ação.

Voltando, assim, ao tema da “honra” de que fala Weber, vemos que está umbilicalmente ligado tanto à forma do mapa mundial como aos interesses econômicos aparece logo na própria sequência do discurso:

É claro, não é somente essa responsabilidade o que está em questão agora na guerra. No último quarto do último trabalhador até entre os nossos netos seria sentido, se nós fôssemos derrotados. Essa restrição, essa necessidade, que durante a guerra foi lançada sobre centenas de milhares, essa mesma existência apertada seria então o destino duradouro da massa dos alemães. (...) Uma Alemanha economicamente arruinada devido à derrota na guerra lançaria as mercadorias alemãs como mercadorias baratas, e a força de trabalho alemã como *cules*⁹⁶ no mercado mundial, que seria o único ‘perigo alemão’, só que com os alemães na posição de párias. Isso depende para nós da vitória. (...) Que nós não somos um povo de sete, mas de setenta milhões, esse foi o nosso destino. Esse fato fundamenta aquela inescapável responsabilidade perante a história, da qual não poderíamos nos esquivar, nem se o quiséssemos. Isso é o que se deve ter sempre claro, quando se levanta hoje a questão do ‘sentido’ dessa guerra interminável. A força desse destino, que nós devemos viver, conduz a nação para o alto, sob o risco da queda e do abismo, pela estrada ascendente da honra e da glória, na qual não há retorno, no ar claro e pesado das obras da história mundial.⁹⁷

⁹⁶ Cules ou “coolies” eram os velhos trabalhadores ultraexplorados na China e outros países asiáticos colonizados.

⁹⁷ Max Weber, “Deutschland unter den europäischen Weltmächten”, cit., p. 193-194.

“Entre duas leis”

Finalizamos este capítulo com uma breve análise de um texto que resume as ideias acima, e agrega outra dimensão fundamental para apreender o poder persuasivo de sua retórica guerreira.

Weber escreveu, para uma publicação feminina chamada *Die Frau*, um pequeno texto em que resume, da maneira mais simples e acessível, o grosso das opiniões desenvolvidas nos discursos e artigos citados neste capítulo. O texto ficou conhecido como “Entre duas leis”, apesar de que tudo indica que não foi esse o título escolhido pelo autor. Na realidade, “entre duas leis” era o nome de outro texto, enviado por uma leitora da época, na forma de uma carta aberta ao editor da revista. Na carta, a leitora argumentava que, como cristã e como alemã, se sentia dividida “entre duas leis”. A pedido desse editor, Max Weber elaborou a sua resposta, que passamos a citar brevemente e comentar.

Weber começa argumentando que a discussão sobre o sentido “de nossa guerra” carecia de uma ênfase maior de um ponto de vista: “*nossa responsabilidade perante a história*”. O povo alemão, por ser um povo “maior”, e estar organizado como “potência”, possui “tarefas completamente distintas daquelas que cabem aos povos como os suíços, os dinamarqueses, os holandeses, os noruegueses”. Weber afasta a ideia de que esteja diminuindo o valor ou importância desses povos. Chega até a afirmar que essa sua condição de “pequenos povos” abre a eles “outras possibilidades culturais”. Mas se a Alemanha, ao contrário deles, cresceu para ser uma potência, então deve aceitar “aquelas posições sempre repetidas por Jakob Burckhardt⁹⁸ sobre o caráter diabólico do poder”.

Os alemães estavam obrigados a responder, “perante o tribunal da história”, caso a “cultura mundial do futuro” terminasse, devido a sua omissão, dividida entre, “de um lado, os regulamentos da burocracia russa, e de outro, as convenções da ‘society’ anglo-saxã, talvez com um toque de *raison* latina”.

⁹⁸ Não podemos aqui sequer esboçar uma análise do papel desempenhado por Burckhardt, historiador da arte e filósofo suíço, para o pensamento conservador dos séculos XIX e XX. Assinalamos apenas sua influência sobre o jovem Nietzsche e, provavelmente também por essa via, sobre Weber.

Weber passa então a repisar a ideia de que a guerra para a Alemanha não era uma escolha, mas sim uma decorrência natural da sua posição geográfica e da sua condição de potência, em sentido não muito distinto do que foi desenvolvido extensamente nos artigos principais que analisamos aqui. Porém, enfim, chegamos então à parte mais nova e interessante do texto, quando Weber vai encarar a discussão *moral* posta pela carta da leitora em crise de consciência.

Deve-se deixar, porém, o Evangelho fora dessas discussões – ou então: tomá-lo a sério⁹⁹. E nesse caso resta apenas a consequência de Tolstoi, nada mais. Quem, no entanto, recebe apenas um centavo de renda, que outros – direta ou indiretamente – têm que pagar, quem possui um utensílio qualquer ou consome um bem impregnado do suor do trabalho alheio, e não do próprio, nutre a sua existência a partir da engrenagem daquela impiedosa e desalmada luta econômica pela existência, que a fraseologia burguesa denomina como “trabalho cultural pacífico”. É uma outra forma da luta do homem com o homem, na qual não apenas milhões, mas centenas de milhões, ano após ano, de corpo e alma se entregam, afundam, ou levam uma vida que está na verdade infinitamente mais longe de qualquer “sentido” do que a posição de todos (...) que participam da guerra.¹⁰⁰

Weber é aqui implacável não apenas contra todo pacifismo, mas sobretudo contra toda possível crise de consciência cristã diante dos horrores da guerra. Parafraseando seu argumento: “quem quer renunciar à guerra, que renuncie também à cultura!”.

O recado é claro: se as leitoras da revista “Mulher” querem continuar levando uma vida de conforto, usufruindo de bens de consumo “produzidos com o suor do trabalho alheio”, e assim por diante, não podem se dar ao luxo de hesitar na defesa da guerra.

Weber retoma então seu argumento, levando até o final sua lógica interna:

A posição dos Evangelhos em relação a isso é absolutamente unívoca em seus pontos decisivos. Eles se encontram em oposição não exatamente à guerra – à qual não fazem nenhuma menção específica –, mas, em última instância, a todas as leis do mundo social, desde que ele pretenda ser *um mundo da “cultura” terrena*, isto é, da beleza, da

⁹⁹ Um pequeno erro de tradução nessa frase dificulta o entendimento, na versão brasileira incluída nos “Escritos políticos” de Weber. Por isso, preferimos apresentar nossa própria versão, mesmo reconhecendo que ela padece de uma cadência mais “truncada” do que a ali publicada.

¹⁰⁰ “Zwischen zwei Gesetzen”, incluído em “Zur Politik im Weltkrieg”.

dignidade, da honra e da grandeza da “criatura”. Quem não chega a essas conclusões – o próprio Tolstoi só o fez quando prestes a morrer – deve saber que está comprometido com as leis deste mundo, que por tempo indeterminado incluem a possibilidade e a inevitabilidade de guerras pelo poder¹⁰¹.

¹⁰¹ Weber, “Escritos políticos”, p. 101. Interessante notar duas referências de discussões de Max Weber em contextos anteriores, que obedecem a uma lógica muito similar à desenvolvida nesse pequeno texto notável. Nos referimos às discussões que o jovem Max estabeleceu com o pastor Channing, por um lado, e com sua própria mãe Helene, por outro; ambas estão descritas em Marianne Weber, *op. cit.*, p. 108-110, e p. 115, respectivamente.

CAP. III – LEON TROTSKI E RÚSSIA

Leon Trotski nasceu Lev D. Bronstein, na fronteira entre a Rússia e a Ucrânia em 1879, filho de um proprietário de terras, e morreu assassinado por um agente stalinista em Coyoacán, no México, em 1940.

Ao contrário do caso de Weber, não é preciso esforço algum para desvendar o aspecto político que percorre a vida de Trotski.

Estamos hoje muito longe, sob todos os pontos de vista, daquela situação dos anos 1950 em que Isaac Deutscher se comparava, em sua tarefa como biógrafo de Trotski, ao Carlyle que para escrever sobre a vida de Cromwell teve de arrancá-lo "de sob uma montanha de pesos mortos, calúnias e esquecimento"¹⁰².

Mesmo assim, o grau de conhecimento que se tem atualmente sobre a vida e a obra de Trotski segue imensamente abaixo do que aquilo que era mereceria.

Tendo já na juventude aderido ao marxismo revolucionário, e, portanto, à perspectiva internacional do proletariado, sua vida irá se desenvolver inteiramente de acordo com os diversos momentos da luta de classes, das revoluções, contrarrevoluções, das prisões e dos exílios que teve ocasião de viver.

Por isso, escrevendo sobre Trotski, nos sentimos também um pouco como Victor Serge, quando dizia: "Este livro conta a história de um homem e não da Revolução Russa. Acontece que o homem está a tal ponto inserido no acontecimento que é dele inseparável".¹⁰³

Porém antes de relatar brevemente sua trajetória política, esboçemos uma caracterização da Rússia em que nasceu e se forjou como pensador e político da classe trabalhadora.

A situação da Rússia no limiar da época imperialista

¹⁰² Isaac Deutscher, "O profeta desarmado", p. 13.

¹⁰³ Victor Serge, "Trotsky: vida e morte", p. 59.

Para se compreender a posição de Trotski dentro da política internacional é preciso compreender sua formação, e para compreender esta é preciso partir da situação histórica da Rússia em que ele se formou.

O caso da Rússia é ainda mais singular do que o alemão, na medida em que nos seja concedido colocar as coisas nesses termos. No período em que a Alemanha lograva sua unificação e experimentava um fortíssimo surto industrial, que lhe permitiu chegar aos umbrais do século vinte como o país de mais acentuado crescimento econômico na Europa, a Rússia encontrava-se num estágio muito mais atrasado. Em muitos aspectos, o império russo pouco se diferenciava do antigo regime feudal europeu, ao passo que seu regime monárquico conservava aolgo do velho “despotismo asiático”¹⁰⁴. Somente de maneira muito localizada é que a industrialização se implantava no solo russo. Mas nem por isso deixava de trazer consigo o germe da mudança, que ao tocar o rico solo russo deu origem a uma trajetória nacional que se mantém, até os dias de hoje, como única e avessa a analogias.

No capítulo dedicado às características do desenvolvimento da Rússia, em sua *História da Revolução Russa*, obra escrita por Trotski já em sua maturidade, muitos anos depois do período que ora analisamos, encontra-se um panorama geral capaz de apontar a combinação do atraso com o moderno como traço distintivo de toda a história russa até o início do século XX. Se, acompanhando seu raciocínio, tomamos as reformas iniciadas por Pedro, o Grande – a inícios do século dezoito – como referência inicial, veremos por exemplo que todo seu esforço por introduzir na Rússia elementos da técnica militar e manufatureira ocidental (em que se insere a própria edificação de São Petersburgo) culminou num agravamento do regime servil de organização do trabalho. A modernização do czarismo, sobre a base dos empréstimos tomados à Europa e do avanço armamentista, reforçou por sua vez o próprio czar enquanto obstáculo maior para uma verdadeira modernização da nação russa.

De uma maneira geral, pode-se compreender este desenvolvimento como a combinação do atraso generalizado e estendido no espaço com elementos de inovação concentrados em ações pontuais de modernização, sempre sob a pressão externa do

¹⁰⁴ Sobre as peculiaridades da formação social russa, cf. Trotski, *História da revolução russa*, especialmente a introdução e cap. I. Cf. também Lenin, *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*, entre outros. Para abordagens mais recentes, ver, por exemplo, Moshe Lewin, *O século soviético*.

desenvolvimento europeu. Vale a pena desenvolver um pouco mais essa perspectiva, cuja elaboração constitui uma das contribuições teóricas mais influentes de Trotski, dentro e fora do marxismo.

O desenvolvimento desigual e combinado

Aquilo que, mais tarde, acabaria conhecido como sendo a “teoria do desenvolvimento desigual e combinado” de Trotski, nada mais é do que uma elaboração mais acabada da análise dialética que o próprio Trotski fez da Rússia em que cresceu.

Essa teoria surgiu a Trotski da análise combinada do desenvolvimento histórico russo no quadro mais geral do desenvolvimento universal criado pelo capitalismo em ascensão. Vale a pena citar aqui as palavras do revolucionário russo:

O aspecto essencial e o mais constante de história da Rússia, é a lentidão da evolução do país, tendo como consequências uma economia atrasada, uma estrutura social primitiva, um nível de cultura inferior. (...) Um país atrasado assimila as conquistas materiais e ideológicas dos países avançados. Mas isso não significa que ela siga servilmente esses países reproduzindo todas as etapas de seu passado.

Ao contrário, na medida em que o capitalismo vai criando uma base de desenvolvimento das forças produtivas em que estas impõem uma interligação permanente entre os distintos países, vão desaparecendo as margens para que determinado país fique isolado em seu atraso.

O capitalismo, porém, marca um progresso sobre tais condições. Ele preparou e, num certo sentido, realizou a universalidade e a permanência do desenvolvimento da humanidade. Por aí está excluída a possibilidade da repetição das formas de desenvolvimento das diversas nações. Forçado a meter-se a reboque dos países avançados, um país atrasado não se conforma com a ordem de sucessão: o privilégio de uma situação historicamente atrasada – esse privilégio existe – autoriza um povo, ou mais exatamente, força-o a assimilar tudo antes dos prazos fixados, saltando uma série de etapas intermediárias.

Existe portanto uma certa “vantagem do atraso”, muito relativa e contraditória é certo, mas que permite que um país mais atrasado assimile diretamente os produtos do lento

desenvolvimento histórico de outros, sem passar exatamente por todas as fases intermediárias. Mais ou menos como os povos tribais que passam da zarabatana às armas de fogo, sem passar pelo sabre ou pela catapulta. O exemplo nos parece interessante, pois sugere imediatamente também que, não por ter assimilado determinada conquista econômica ou tecnológica de um outro povo, aquele que “saltou” uma etapa alcança o mesmo patamar do país copiado. Nas palavras de Trotski:

O desenvolvimento de uma nação historicamente atrasada conduz necessariamente a uma combinação original de diversas fases do processo histórico. A curva descrita toma no seu conjunto um carácter irregular, complexo, combinado. A possibilidade de saltar por cima dos graus intermediários, não é, compreende-se, completamente absoluta; ao fim das contas, ela está limitada pelas capacidades económicas e culturais do país.

A lei racional da história não tem nada em comum com os esquemas pedantes. A desigualdade do ritmo, que é a lei mais geral do processo histórico, manifesta-se com maior vigor e complexidade nos destinos dos países atrasados. Sob a força das necessidades exteriores, a vida retardatária é obrigada a avançar por saltos. Desta lei universal de desigualdade dos ritmos decorre uma outra lei que, falta de denominação mais apropriada, pode-se chamar *lei do desenvolvimento combinado*, no sentido da reaproximação das diversas etapas, da combinação de fases distintas, da amalgama de formas arcaicas com as mais modernas. Na falta desta lei, tomada, bem entendido, em todo o seu conteúdo material, é impossível compreender a história da Rússia, como, em geral, de todos os países chamados à civilização em segunda, terceira ou décima linha.¹⁰⁵

Isso que Trotski explica na sua “História da revolução russa”, escrita em 1930, se confirmou uma e outra vez após sua morte.

Permitimos a nós mesmos aqui uma pequena digressão. Mesmo se formos acompanhar o desenvolvimento das ideias que a intelectualidade brasileira produziu para tentar compreender o país, veremos que no que existe de melhor dessa elaboração, há por assim dizer uma lenta (e sempre incompleta) aproximação do método usado por Trotski

¹⁰⁵ L. Trotski, “A história da revolução russa” (introdução).

para compreender a formação social russa, e que ele mesmo já antecipava como necessário para entender o conjunto dos países atrasados, cada um com suas particularidades. Bem entendido, a teoria do desenvolvimento desigual e combinado está longe de ser um esquema geral, que se possa “aplicar” mecanicamente à história de tal ou qual país. Mas ela fornece, na articulação viva e dialética entre a lei do desenvolvimento desigual e o que Trotski chamou de “lei complementar” do desenvolvimento combinado, nessa articulação viva entre diferenciação e integração do desenvolvimento histórico, ela fornece a chave metodológica para escapar das discussões metafísicas sobre “a especificidade” brasileira¹⁰⁶; assim como na falácia que apresenta o nosso desenvolvimento nacional como uma lenta evolução para atingir o status dos países do chamado “Primeiro Mundo” capitalista, como costuma fazer a burguesia¹⁰⁷. É claro que as distintas correntes acadêmicas que beberam assim na fonte do pensamento de Trotski¹⁰⁸ só reconheceram muito parcialmente sua dívida para com aquele grande pensador revolucionário, e, o que é mais importante, é ainda mais evidente que não poderiam levar o seu método às mesmas conclusões políticas. Mas esses “pequenos reconhecimentos” da grandeza de Trotski são também um elogio ao poder da doutrina marxista e à visão histórica incomparável que a perspectiva de classe do proletariado oferecem.

Voltemos ao contexto da Rússia em que se desenvolveu Trotski.

Na virada do séc. XIX para o séc. XX, aquilo que foi discutido acima significava então a presença combinada de elementos díspares tais como o próprio czarismo, vastos resquícios de servidão no campo, uma aristocracia decadente, uma tímida burguesia liberal atrelada aos interesses do capital financeiro europeu ocidental, uma jovem e

¹⁰⁶ Referimo-nos às construções em que tal especificidade nacional é tomada em sentido absoluto, como, por exemplo, na lamentável tentativa de Jacob Gorender de estabelecer o “modo de produção colonial”.

¹⁰⁷ Não sabemos definir ao certo em que medida J. Chasin conhecia de primeira mão, ou se sentia influenciado, pelas análises trotskianas da Rússia, quando escreveu suas análises sobre o Brasil reunidas no volume “A miséria brasileira”. O certo é que elas já eram relativamente difundidas nos círculos da esquerda acadêmica e política, e até em parte fora deles. Por outro lado, ainda sentimos falta de conclusões mais afins às de Trotski nas análises chasinianas, que apesar das agudas críticas à nossa burguesia e à esquerda que lhe foi seguidista (PCB), parece “estancar” no nível da análise de Marx sobre as revoluções europeias de 1848.

¹⁰⁸ Por exemplo, a chamada “escola da dependência” de Ruy Mauro Marini e Fernando Henrique Cardoso, ou o “sentimento da dialética” desenvolvido por Paulo Eduardo Arantes.

concentrada classe operária, composta de camponeses que recém abandonavam as aldeias.

A classe operária russa

Dentro do desenvolvimento particular que marcava a realidade russa, um elemento de vital importância, sem o qual seria impossível entender tudo o que ali se passou nas primeiras décadas do século XX, é a conformação de sua classe operária. Com efeito, ao lado do apodrecimento do antigo regime, e da extrema covardia e egoísmo da burguesia russa, erguia-se a potência de uma classe operária jovem e concentrada:

Mas é precisamente no domínio da economia, como já foi dito, que a lei da evolução combinada se manifesta com mais vigor. Enquanto que a agricultura camponesa ficava a maior parte, até à revolução, quase ao nível do século XVII, a indústria russa, pela sua técnica e estrutura capitalista, encontrava ao nível dos países avançados, e mesmo, em certos aspectos, deixava-os para trás.

Trotsky cita como as pequenas empresas, cuja mão de obra não ultrapassava as cem pessoas, ocupavam em 191, 35% do efectivo total de operários industriais nos Estados Unidos, enquanto que na Rússia a proporção era somente de 17,8%. Já as empresas gigantes, que ocupavam mais de mil operários cada uma, empregavam nos Estados Unidos somente 17,8% do total de operários, enquanto que na Rússia essa proporção era de 41,4%.

No entanto, Trotsky tem o cuidado de reafirmar que, “esse fato não contesta o carácter atrasado, dá somente o seu complemento dialético”. O que fica evidente, sempre que lembrarmos que, ao mesmo tempo, o proletariado russo, jovem e resoluto, não constituía mais que uma pequena minoria da nação. As reservas de sua potência revolucionária “encontravam-se fora de seu próprio seio: no campesinato, que vivia numa semi-servidão, e nas nacionalidades oprimidas”.

O marxismo russo

Para ele, desde sua juventude, a revolução não pode ser vista como um “fim distante”, mas sim como um “método prático” com o qual o proletariado encara sua missão histórica emancipadora.

A tradição marxista russa irá surgir a partir de elementos que vinham das tradições populistas, *narodniki*¹⁰⁹, e irá se desenvolver em primeiro em combate contra elas, justamente em oposição ao tipo de perspectiva *utópica* que ela representava¹¹⁰.

Ao mesmo tempo, o fato de se apoiar num movimento revolucionário anterior, com todas as suas limitações, foi seguramente um ponto de apoio e um fermento a mais para que o marxismo russo das primeiras gerações apresentasse o dinamismo teórico e prático que teve.

A originalidade do pensamento de Trotski não poderia ter surgido de um terreno menos movediço que o da sociedade russa deste período, tampouco sem as duríssimas polêmicas que tinham lugar no seio da socialdemocracia russa no período. A atividade intelectual e política de Trotski remonta aos anos que precederam a primeira revolução russa, época em que o revolucionário contava pouco mais de vinte anos e desdobrava-se entre prisões, fugas e exílios, como aliás toda uma geração de marxistas russos em luta contra o czarismo.

Trotski adota as bandeiras do marxismo nos primeiros anos do século XX. Já em 1902, desempenha um papel fundamental na edição do principal órgão da socialdemocracia russa, o jornal *Iskra*, periódico editado por Lenin em Viena e que

¹⁰⁹ *Narodniki*: literalmente, *populistas*. Na Rússia, especialmente no século dezenove, os *narodniki* eram revolucionários utópicos, que vislumbravam a possibilidade de um desenvolvimento russo por separado do conjunto dos outros países. Eles acreditavam que a Rússia poderia passar diretamente do regime de comunas agrárias para o comunismo, sem passar pela fase capitalista e sem previamente alcançar um patamar elevado de desenvolvimento das forças produtivas. Sua estratégia baseava-se fundamentalmente em atos de terrorismo individual – razão pela qual sofreram duros ataques dos marxistas.

¹¹⁰ Por sua vez, a vitória em toda a linha dos marxistas (bolcheviques) teve um enorme reflexo nos círculos intelectuais citados. A experiência concreta da revolução dividiu estes círculos, e nos extremos dessa divisão houve desde adesões ao fascismo que então nascia como corrente política, até casos como o de Lukács, que passou da apologia do terrorismo individual dos *narodniki* para a defesa teórica e mesmo filosófica do bolchevismo, materializada em primeiro termo em sua *História e Consciência de Classe*.

chegava à Rússia por redes de ligações clandestinas, para ali servir de orientação para os militantes socialdemocratas (na época, todos os marxistas se denominavam assim). Na cisão do POSDR em 1903, por ocasião do seu segundo Congresso, fica com a minoria contrária às concepções de organização centralizada defendida Lenin, vistas então como uma espécie de “jacobinismo” fora de lugar¹¹¹. A partir daí até a Revolução Russa de 1917, adota uma posição flutuante e conciliadora entre os bolcheviques de Lenin e os mencheviques de Martov. Com uma concepção própria da dinâmica que adotaria a marcha da revolução na Rússia – embrião do que viria a ser depois a “teoria da revolução permanente” –, Trotski nesse período ataca tanto as posições bolcheviques – revolução democrática liderada pelo proletariado e pelos camponeses – como as mencheviques – revolução democrática liderada pela burguesia liberal. Isolado em sua posição de que a revolução não poderia deter-se nas tarefas democrático-burguesas, mas teria de estender-se até transformar-se diretamente em revolução socialista; e ostentando uma posição ingênua em relação à necessidade de um partido revolucionário centralizado e disciplinado, Trotski durante todo este período sustentará posições conciliadoras em relação à disputa fracional entre bolcheviques e mencheviques, e apenas no transcurso de 1917 irá aderir de fato à concepção leninista de organização.

“Três concepções da revolução russa”

Surgem assim as “três concepções da revolução russa”: para os mencheviques, dado o atraso do país, seria necessário que a burguesia russa encabeçasse uma revolução de tipo liberal, que substituísse o regime de poder pessoal do Czar por uma república constitucional, garantindo liberdades políticas para o povo (incluindo a classe operária) e possibilitando um desenvolvimento capitalista “normal” para o país, que o aproximasse dos países capitalistas europeus. Para os mencheviques, o papel do proletariado na revolução era secundário, o de uma força auxiliar aos partidos da

¹¹¹ “Jacobinismo” em alusão ao partido dos jacobinos, ala radical da pequena burguesia na revolução francesa, da qual o líder máximo foi Robespierre. Não temos tempo de analisar aqui, mas há uma interessante descrição feita por Weber sobre a cisão da socialdemocracia russa em 1903. Cf. “Escritos políticos”, p 60

burguesia (“Kadete” era o principal, pela sigla em russo). Durante a revolução de 1905, os mencheviques chegaram a condenar abertamente todas as medidas de radicalização que os trabalhadores tomavam espontaneamente, pois segundo o dogma menchevique, qualquer radicalização operária poderia (e iria de fato) amedrontar a burguesia.

Já os bolcheviques, liderados por Lenin, condenavam essa tese como uma mostra do mais vulgar oportunismo político. Para eles, a classe operária não podia sacrificar sua independência de classe em prol de uma aliança com a burguesia, e ao contrário de frear sua iniciativa para não amedrontar os capitalistas, o que ela devia fazer é buscar uma política audaz para arrancar os camponeses da influência da grande burguesia, estabelecendo uma aliança operário-camponesa que impusesse um cunho radical à revolução democrática, indo muito além do que a covardia e o reacionarismo burguês estavam dispostos. Contudo, para Lenin, partindo do fato de que o campesinato possui reivindicações democráticas (em primeiro lugar, a divisão das terras) porém não pode ser base para as transformações socialistas (já que o que o camponês busca é ter sua própria pequena propriedade privada, e não a abolição da propriedade com a coletivização das terras e demais meios de produção), então para Lenin a revolução deveria parar numa espécie de estágio intermediário, que ele chamava de “ditadura democrática do proletariado e do campesinato”.

Trotsky, por sua vez, concordava com Lenin e os bolcheviques sobre o caráter oportunista dos mencheviques, que seriam levados a cumprir um papel cada vez mais reacionário em sua busca pela conciliação de classes com os burgueses. Também concordava que a tarefa fundamental da revolução russa, seu verdadeiro ponto de partida, era a reforma agrária e que para isso os operários tinham que arrancar os camponeses da influência burguesa. Porém Trotsky ia mais longe quanto às consequências políticas que a hegemonia operária iria impor ao curso posterior da revolução. Para Trotsky, o proletariado, ao tomar para si a resolução das demandas democráticas da revolução e acaudilhar as massas camponesas com essa finalidade, ao fazer isso, ele também se vê obrigado a pôr em prática as suas próprias demandas enquanto classe, e por isso mesmo, a ultrapassar o limite estreito da propriedade privada da burguesia. Isso significa que, desde o momento em que a classe operária assume o papel de dirigente da revolução democrática (ou “democrático-burguesa”, o que é o mesmo), desde então deixa de existir uma barreira estanque entre revolução democrático-burguesa e revolução operária e socialista. Isto é, a revolução parte de

demandas democráticas, mas em seu entrelaçamento interno vai colocando cada vez mais abertamente o programa socialista na ordem do dia. Vale notar que essa conclusão, que à primeira vista chocou a todos, mas depois de 1917 mostrou sua verdadeira genialidade, foi esboçada pela primeira vez por Trotski no final de 1904, antes mesmo que estourasse a revolução de 1905 depois do domingo sangrento de 9 de janeiro, embora só a elabore plenamente no ano seguinte, ou seja, em 1906, já na prisão após a derrota da revolução.

Veremos a seguir, falando do ano de 1917, o alcance dessa visão. No entanto, nem tudo estava correto na perspectiva trotskiana; na verdade, havia um parafuso solto, sem o qual nenhuma previsão sua teria se realizado. É que o partido revolucionário centralizado, separado organizativamente das frações conciliadoras da socialdemocracia, tal como proposto por Lenin e rejeitado pelo jovem Trotski, se mostraria a peça chave para que a revolução russa triunfasse segundo a perspectiva geral da revolução permanente.

Trotski possuía, assim aliado ao agudo senso analítico marxista, uma grande sensibilidade para lidar com as massas nos momentos revolucionários, e sentir seu pulso. Sobre essa última característica de Trotski, Victor Serge descreve: “Muitas vezes, parece ser seu porta-voz, seu instrumento consciente, com pleno consentimento. É um condutor de massas? Sem dúvida. Mas ele só o é porque compreende as massas, porque traduz suas aspirações, sua vontade, numa linguagem de ideias e de ação.”¹¹².

No entanto, ainda faltavam a Trotski as experiências da guerra imperialista e da nova revolução russa, que se iniciou em fevereiro de 1917, para dar origem ao revolucionário maduro que se tornou companheiro e depois herdeiro político do legado de Lenin. Só mais tarde, tendo adotado firmemente o ponto de vista de Lenin sobre esta questão, ocupará posições centrais na preparação da insurreição armada em outubro, e torna-se a maior autoridade militar soviética a partir da construção do Exército Vermelho.

Esse reparo é importante, pois o texto que iremos analisar em maior detalhe, a seguir, foi escrito em 1914; por assim dizer, na fase de *transição* entre o jovem Trotski, de antes da guerra, e o Trotski maduro que emergiu depois da revolução de 1917, ou mais

¹¹² Victor Serge, op. cit. p. 60.

ainda, depois da morte de Lenin e dos combates contra a degeneração burocrática da revolução.

De fato, com a derrota da onda revolucionária internacional que se seguiu à revolução de outubro, o conseqüente isolamento da revolução russa, e com o atraso econômico e cultural do país cobrando implacavelmente o seu preço com o aumento da burocratização no interior do Estado soviético e no Partido Comunista, Trotski se vê cada vez mais isolado pela fração governante, encabeçada por Stalin e seus diversos aliados circunstanciais. A doença e morte de Lenin em 1923-1924, com quem pretendia formar um bloco para combater o “burocratismo”, desferiu ainda um duro golpe contra as possibilidades de vitória de Trotski nesse combate desigual.

Mesmo assim, sem reduzir jamais as causas da derrota às disputas pessoais no interior da direção do partido (que antes de ser a “sua” derrota pessoal, era a derrota da própria revolução afogada por seu “Termidor”¹¹³) Trotski irá seguir aquele combate, agora como um obstinado leninista, dentro e fora da URSS, até seu assassinato em 1940 por um agente enviado por Stalin. Nosso estudo, no entanto, teve de resistir à tentação de acompanhar todas as etapas principais desse desenvolvimento, e irá circunscrever-se ao período em torno da primeira guerra mundial.

.....

¹¹³ Sobre a questão do Termidor na Rússia, ver: Trotski, “Estado operário, Termidor e bonapartismo”, disponível em www.marxists.org, entre outros.

CAP. IV – TROTSKI E A PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL

O primeiro texto que iremos analisar, e aquele com relação ao qual o faremos da maneira mais exaustiva, é o longo artigo escrito por Trotski em 1914, ainda poucos meses após a eclosão da primeira guerra. É interessante porque, ao contrário de vários outros escritos seus que, a despeito de sua relevância teórica e histórica, ficaram fora do recorte da pesquisa, neste caso o confronto que podemos estabelecer com os posicionamentos de Weber não é apenas teórico, mas concreto, político, *histórico* no sentido mais direto do termo.

O texto – “A guerra e a Internacional”, de 1914 – inicia com uma análise do quadro histórico geral do capitalismo e sua relação com a guerra.

A etapa imperialista e a guerra mundial

A primeira definição que encontramos ecoa um pensamento que irá se repetir diversas vezes no curso das análises de Trotski sobre o desenvolvimento do capitalismo de seu tempo:

As forças produtivas que o capitalismo desenvolveu ultrapassaram os limites do estado.

O estado nacional, a forma política atual, é demasiado estreito para a exploração dessas forças produtivas. E por isso, a tendência natural de nosso sistema econômico é buscar romper os limites do estado. O globo inteiro, a terra e o mar, a superfície e também a plataforma submarina, se converteram em um grande domínio econômico, cujas diversas partes estão reunidas inseparavelmente entre si.¹¹⁴

Segue Trotski, desenvolvendo a ideia anterior:

Este trabalho foi realizado pelo capitalismo. Mas ao fazê-lo, os estados capitalistas foram arrastados à luta pelo predomínio do mundo que o sistema econômico capitalista empreendeu em proveito dos interesses da burguesia de cada país. O que a política imperialista demonstrou, antes de tudo, é que o velho estado nacional criado nas revoluções e guerras de 1785-1815, 1848-1859, 1864-1866 e 1870, sobreviveu, e é hoje um obstáculo intolerável para o desenvolvimento econômico.

¹¹⁴ “A guerra e a Internacional”, disponível em www.marxists.org. A tradução livre desse texto, que utilizaremos extensamente, foi realizada a partir de diversas fontes e coletivamente, e submetida a nossa revisão, já que não pudemos chegar ao original.

Para Trotski, a guerra deflagrada em 1914 está diretamente ligada à chegada de novos tempos, tempos de mudanças profundas.

A rigor, a eclosão da guerra marca para Trotski, como para toda a geração de marxistas que viria a fundar a III Internacional em 1919, um divisor de águas na história do capitalismo. O término da partilha do mundo entre os monopólios e entre as nações imperialistas, a luta de armas na mão por uma nova partilha, registram o salto de qualidade que condensou todas as mudanças ocorridas na estrutura da economia capitalista, dando lugar a uma nova fase histórica deste modo de produção: aquilo que convencionou chamar-se entre os marxistas de *etapa imperialista do capitalismo*, ou mais simplesmente “época imperialista”.

Esta estaria marcada por um conjunto de transformações paralelas e interconectadas:

Podemos resumir esse processo da seguinte forma.

Com o contínuo processo de expansão mundial do capitalismo, que se estende para todos os continentes ao longo do século XIX, chega-se a um ponto em que este se consolida como um sistema internacional que recobre todo o globo.

Em escala mundial, chega um ponto em que o regime de livre concorrência entre as empresas, e a existência de espaços “virgens” para onde o capitalismo pudesse ainda se expandir, eram os elementos dominantes desse “capitalismo em franca expansão” que vigorou ao longo do século dezenove, e que teve seu ápice em seu último quarto – precisamente a época em que se dava a unificação tardia da Alemanha, pelo alto ou por *via prussiana*, como vimos no capítulo inicial deste trabalho, questão que contraditoriamente também a “beneficiou” em certo sentido com a vantagem de industrializar-se em grande escala num momento de máximo impulso progressista para as forças produtivas desatadas pelo sistema capitalista. (Essa maneira de colocar a questão já está influenciada pela contribuição teórica de Trotski, em particular aquilo que ele, falando sobre a Rússia, chamou de “vantagem do atraso”. Voltaremos a isso)

Nas palavras de Lenin:

Se fosse necessário dar uma definição o mais breve possível do imperialismo, dever-se-ia dizer que o imperialismo é a fase monopolista do capitalismo. Essa definição compreenderia o principal, pois, por um lado, o capital financeiro é o capital bancário de alguns grandes bancos monopolistas fundido com o capital das associações monopolistas de industriais, e, por outro lado, a partilha do mundo é a transição da política colonial que se estende sem obstáculos às regiões ainda não apropriadas por nenhuma potência capitalista para a política colonial de posse monopolista dos territórios do globo já inteiramente repartido.

Ou seja, numa primeira definição, “o mais breve possível”, o essencial a destacar seria o predomínio dos monopólios e o fim da repartição dos territórios do globo entre tais monopólios. Porém o próprio Lenin agrega, adensando sua definição:

Mas as definições excessivamente breves, se bem que cômodas, pois contêm o principal, são insuficientes, já que é necessário extrair delas especialmente traços muito importantes do que é preciso definir. Por isso, sem esquecer o caráter condicional e relativo de todas as definições em geral, que nunca podem abranger, em todos os seus aspectos, as múltiplas relações de um fenômeno no seu completo desenvolvimento, convém dar uma definição do imperialismo que inclua os cinco traços fundamentais seguintes: 1) a concentração da produção e do capital levada a um grau tão elevado de desenvolvimento que criou os monopólios, os quais desempenham um papel decisivo na vida econômica; 2) a fusão do capital bancário com o capital industrial e a criação, baseada nesse "capital financeiro" da oligarquia financeira; 3) a exportação de capitais, diferentemente da exportação de mercadorias, adquire uma importância particularmente grande; 4) a formação de associações internacionais monopolistas de capitalistas, que partilham o mundo entre si, e 5) o termo da partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas mais importantes.¹¹⁵

Lenin estabelece aqui, portanto, um conjunto de características básicas que distinguem a etapa imperialista da anterior.

O imperialismo surge, assim, do próprio desenvolvimento do capitalismo. Após atingir um ápice do seu desenvolvimento “orgânico”, progressista (apenas relativa ou contraditoriamente “progressista”, como sempre é o desenvolvimento capitalista) das forças produtivas sob o sistema do capital, temos um momento em que ocorre uma

¹¹⁵ Todas as citações de Lenin são de sua obra “Imperialismo, fase superior do capitalismo”.

espécie de *saturação* desse processo: o mercado capitalista, com sua divisão extraordinariamente desigual do trabalho entre os diversos países, passa a englobar o mundo todo, ao passo que a livre concorrência entre os capitais dá lugar à concentração cada vez maior do capital e à formação de grandes monopólios, que abarcam ramos inteiros da produção, e que tendem a dividir entre si aquele mercado *finito*. Surge daí uma nova escala para a competição capitalista, que longe de se fazer mais suave, prepara colisões ainda mais violentas, tanto entre os monopólios, quanto entre os distintos Estados nacionais que lhes servem de base.

Com isso o capitalismo atinge a época de sua primeira grande crise histórica – já não apenas econômica, mas política e social, cujo emblema é, precisamente, a Primeira Guerra Mundial. Já era o sinal de que o capitalismo havia entrado em sua fase historicamente declinante, a época imperialista. Essa era ao mesmo tempo a “etapa superior” do capitalismo, e ao mesmo tempo o início de sua decadência histórica. [Há uma grande literatura tratando desses temas, que não poderemos sequer esboçar aqui]

Essa fase de mudanças dramáticas na própria estrutura do capitalismo anunciou choques violentos na esfera da economia, das relações entre os Estados, e na luta de classes: as grandes crises econômicas, as guerras, e as revoluções. Essa foi, precisamente, a maneira como, mais tarde, a III Internacional fundada por Lenin e Trotski em 1919 viria a definir da maneira mais concisa o caráter da etapa imperialista: como a época de crises, guerras e revoluções.

Novamente com Lenin, dessa vez nos prefácios escritos após o triunfo de outubro de 1917, quando podia então abandonar a linguagem por cifras e dizer as coisas abertamente:

Como vimos, o imperialismo é, pela sua essência econômica, o capitalismo monopolista. Isto determina já o lugar histórico do imperialismo, pois o monopólio, que nasce única e precisamente da livre concorrência, é a transição do capitalismo para uma estrutura econômica e social mais elevada. [a “linguagem de Esopo”, usada no capítulo final da obra, publicada em 1916]

O imperialismo é a véspera da revolução social do proletariado. Isto foi confirmado à escala mundial desde 1917. [do Prefácio às edições francesa e alemã, julho de 1920]

Vale a pena comparar tais definições de Lenin com elementos extraídos de um escrito de Trotski de 1928, que ajudam a complementar os contornos principais da nova época imperialista. Ao contrário das definições que tomamos de Lenin, as quais, como vimos, possuíam ostensivamente um foco quase exclusivo sobre os aspectos *econômicos* e *objetivos* das mudanças representadas pelo imperialismo, as definições apresentadas por Trotski, no curso de debates realizados mais de dez anos depois, têm o mérito de enfocar o entrelaçamento entre os fatores objetivos e subjetivos daquelas mesmas mudanças:

(...) é correto pôr em relevo a época que o mundo viveu, e em particular a Europa, de 1871 a 1914, ou, ao menos, até 1905, período em que as contradições se acumularam no marco da paz armada do ponto de vista internacional, e nas relações entre as classes, no interior da Europa, quase sem sair dos limites da luta legal. Então surgiu, desenvolveu-se e se petrificou a Segunda Internacional, cuja missão histórica progressista termina com o começo da guerra imperialista.¹¹⁶

É o que Lenin tem em mente, quando afirma:

Mais adiante veremos como se pode e deve definir de outro modo o imperialismo, se tivermos em conta não só os conceitos fundamentais puramente econômicos (aos quais se limita a definição que demos), mas também o lugar histórico que esta fase do capitalismo ocupa relativamente ao capitalismo em geral, ou a relação entre o imperialismo e as duas tendências fundamentais do movimento operário.

As duas tendências fundamentais do movimento operário, ou seja, as duas alas em que se dividiu a socialdemocracia europeia. Completando o que Lenin não podia dizer aqui devido à censura czarista: a tendência capituladora, “social-chauvinista” das alas direita e centro, e a tendência revolucionária representada pela sua ala esquerda. A seguir veremos isso em mais detalhe.

Voltando à análise sobre a relação entre a guerra imperialista e os estados nacionais, Trotski sintetiza o raciocínio com o qual abrimos este capítulo, da seguinte maneira:

¹¹⁶ Leon Trotski, “Stalin, o grande organizador de derrotas. A Terceira Internacional depois de Lenin”, parte II, cap 1.

A presente guerra é no fundo uma sublevação das forças produtivas contra a forma política da nação e do estado. E isso significa o declínio do estado nacional como uma unidade econômica independente.

Para Trotski, o declínio dos estados nacionais não era um aspecto isolado no curso do mesmo desenvolvimento capitalista que lhes deu origem. Pelo contrário, é um sinal inequívoco de que o capitalismo enquanto modo de produção da vida social, após expandir para todo o globo, entrava em seu conjunto numa fase análoga de declínio histórico:

A guerra proclama a queda do estado nacional ao mesmo tempo que a queda do sistema capitalista de economia. Por meio do estado nacional o capitalismo tem revolucionado completamente o sistema econômico do mundo. Dividiu toda a terra entre as oligarquias dos grandes poderes, ao redor dos quais estavam agrupados os estados satélites e as pequenas nações que viviam à margem das rivalidades dos grandes. O desenvolvimento futuro da economia mundial sobre a base capitalista significa uma luta sem trégua por novos campos de exploração capitalista, os quais devem ser obtidos de uma mesma fonte: a terra. A rivalidade econômica, sob a bandeira do militarismo, é acompanhada pelo roubo e a destruição, os quais violam os princípios mais elementares da economia humana. A produção mundial se insurge não somente contra a confusão produzida pelas divisões nacionais e de estado, senão também contra a organização econômica capitalista, convertida hoje em um grande caos de desorganização.

A guerra de 1914 é a mais colossal queda na história de um sistema econômico destruído pelas suas próprias contradições internas

A posição da Alemanha

Essa profunda mudança no papel histórico dos Estados nacionais adquire um caráter especialmente marcante na Alemanha, dada sua unificação e industrialização tardias, com todas as consequências do caso.

Vale retomar a síntese que Trotski estabelece sobre o processo de formação da Alemanha imperialista, e sobre como ela influi em sua posição na Europa:

A Alemanha começa seu desenvolvimento capitalista sobre uma base nacional, e com a destruição da hegemonia continental da França no ano 1870-1871. Agora que o

desenvolvimento da indústria alemã sobre uma base nacional a converteu no primeiro poder capitalista do mundo, se encontra em colisão com a hegemonia da Inglaterra no curso de seu desenvolvimento ulterior. A completa e ilimitada dominação do continente europeu parece para Alemanha o indispensável requisito do declínio de sua inimiga mundial. Por isso, o primeiro que a Alemanha imperialista inscreve em seu programa é a criação de uma liga de nações da Europa central: Alemanha, Áustria-Hungria, a península balcânica e a Turquia, Holanda, os países escandinavos, Suíça, Itália e, se fosse possível, as debilitadas França, Espanha e Portugal, servirão para construir uma união econômica e militar, uma grande Alemanha sob a hegemonia do atual estado alemão.

Este programa, que foi elaborado cuidadosamente pelos economistas, políticos, juristas e diplomatas do imperialismo alemão e levado à realidade pelos seus estrategistas, é a prova mais clara e a mais eloquente expressão do fato de que o capitalismo se estendeu para além dos seus limites de estado nacional e se sente limitado de maneira intolerável dentro de suas fronteiras.

Resta dizer apenas que, em termos gerais, Weber poderia bem ser incluído nessa elaboração política e ideológica coletiva, apesar de que sua busca específica não era tanto pelo domínio absoluto, mas sim por uma espécie de hegemonia compartilhada, como vimos com algum detalhe na primeira parte deste estudo.

Seguindo com Trotski:

A Áustria-Hungria é indispensável para a Alemanha, para a classe governante na Alemanha, tal como nós a conhecemos. Quando a classe governante dos Junker jogou a França nos braços do czarismo como consequência da anexação forçada da Alsácia-Lorena, e sistematicamente complicava suas relações com a Inglaterra pelo rápido crescimento de suas forças navais; quando recusava aproveitar todas as ocasiões para estabelecer acordos com as democracias ocidentais, porque esses acordos implicariam a democratização da Alemanha, compreende-se que esta classe governante se vê obrigada a buscar ajuda na monarquia austro-húngara, tomando-a como uma fonte de reserva de forças militares contra os inimigos no leste e no oeste¹¹⁷

¹¹⁷ Cf. acima a política defendida por Weber, no segundo capítulo deste trabalho.

O problema dos “pequenos povos” e sua abordagem internacionalista

A abordagem do problema dos pequenos povos europeus por Trotski parte de reconhecer os efeitos da guerra como um galvanizador dos elementos de atraso deixados por seu desenvolvimento histórico.

Para os países da Europa economicamente atrasados, a guerra traz concomitantemente, em primeiro lugar, problemas primários de origem histórica, problemas de democracia e de unidade nacional. Isso é o que ocorre em grande medida no caso do povo russo, da Áustria-Hungria e da península balcânica.

Mas essas tardias questões históricas, que foram legadas à época atual como uma herança do passado, não alteram o caráter essencial dos acontecimentos. Não são as aspirações dos sérvios, polacos, romenos e finlandeses que mobilizaram 25 milhões de soldados, levando-os aos campos de batalha, mas os interesses imperialistas da burguesia das grandes potências. É o imperialismo que modificou completamente o status quo europeu mantido durante 25 anos, e que levantou velhos problemas que a revolução burguesa demonstrou não poder resolver.

É possível ver, ao longo de todo o trecho citado, uma forte analogia com as premissas que Trotski usou para elaborar sua teoria da revolução permanente, e uma base razoável para uma primeira generalização daquilo que Trotski, até então, havia formulado apenas com relação à Rússia, quanto ao nexo interno das relações de classe na revolução. No entanto, a teoria da revolução permanente, tal como formulada por Trotski e brevemente esboçada no capítulo anterior, era ainda nesses anos concebida pelo jovem revolucionário como uma elaboração circunscrita à Rússia.

Apesar de se basear, já em sua primeira formulação como teoria em 1906¹¹⁸, numa perspectiva histórica universal, que partia do balanço histórico do diferente papel que a burguesia dos diversos países foi adotando nas revoluções contra o Antigo Regime, à medida que o capitalismo ia se consolidando e com ele, a classe operária como

¹¹⁸ Cf. “Balanço e Perspectivas”, disponível em www.marxists.org/portugues/trotsky/1906/balanco/index.htm

antagonista do poder burguês; apesar disso, dizíamos, o pensamento de Trotski culminava com a análise da derrota da revolução de 1905 na Rússia, e suas conclusões se limitavam a esse país.

É certo que Trotski partia ali do abismo que separava o papel histórico da burguesia e da pequena-burguesia na revolução francesa de 1789 com relação já ao seu papel no 1848 alemão, buscando extrair todas as consequências da reversão do papel histórico da burguesia em sentido reacionário, que ele via bem que só iria se agravar dali por diante. Porém com relação ao que isso significava com respeito às novas tarefas históricas que tal viragem assignava à classe operária, sua conclusão ainda se limitava à Rússia, onde as contradições do desenvolvimento capitalista fizeram com que, a despeito do enorme atraso econômico, político e cultural do país, a situação da indústria garantia, como vimos no capítulo anterior, níveis de concentração operária sem paralelo no mundo. Apenas muito mais tarde, a partir das experiências de revoluções derrotadas em outros países ainda mais atrasados do que a Rússia, em particular a revolução chinesa de 1925-1927, Trotski iria *generalizar* sua teoria, sem com isso significar que ele proclamasse a possibilidade de que a classe operária tomasse o poder em qualquer país, independentemente de sua força social e política¹¹⁹.

No período da guerra mundial de 1914-1918, a teoria da revolução permanente era ainda apenas uma forma heterodoxa de colocar o problema da revolução *na Rússia*. Dadas as limitações que a própria experiência histórica oferecia, o prognóstico de Trotski sobre a dinâmica interna da revolução russa já era, por si só, uma antecipação genial. O problema da revolução nos países coloniais e semicoloniais não havia ainda sido encarado seriamente por ele, o que vale também para todo o marxismo da II Internacional. Mesmo no que diz respeito aos países atrasados do continente europeu, a análise de Trotski se limitava a identificar a falência histórica da burguesia desses países para resolver “seus próprios problemas”, e o papel da guerra como acelerador das contradições desse desenvolvimento.

¹¹⁹ Interpretação forçada e idealista de suas teses, infelizmente ainda hoje razoavelmente difundida. Cf. a esse respeito, por exemplo, as teses finais do livro “A revolução permanente”.

Voltando ao texto, Trotski ali afirma que são “os interesses imperialistas da burguesia das grandes potências” os responsáveis pela guerra, e não “as aspirações dos sérvios, polacos, romenos e finlandeses”. Não podemos deixar de notar o paralelismo com o texto de Weber que citamos na primeira parte, onde ele dizia que “não é dos suíços, dos dinamarqueses, dos holandeses, dos noruegueses, que a posterioridade irá exigir prestação de contas”, e que “sendo um povo de 70 milhões”, os alemão “tinham que se tornar uma potência e se lançar na guerra”, para poder influir sobre o futuro. O que em Weber é apologia, em Trotski é denúncia, e isso responde diretamente à oposição entre seus respectivos posicionamentos de classe. E no entanto, a posição das alas majoritárias da socialdemocracia, denunciadas no artigo ora citado, foi acompanhar a generosidade das “promessas de libertação” ao estilo weberiano. Nas palavras de Trotski:

Mas seguramente nós temos ainda menos razão para apoiar os direitos puramente dinásticos dos Habsburgo e os interesses imperiais das gangues de capitalistas feudais, contra a luta nacional dos sérvios. Sobretudo, a socialdemocracia austro-húngara, que invoca agora as bênçãos sobre a espada dos Habsburgo para a liberação dos polacos, ucranianos, finlandeses e russos, deve, antes de mais nada, esclarecer suas ideias sobre a questão sérvia, a qual tem ficado tão nublada e sem esperança. O problema para resolver, entretanto, não se limita somente ao destino de dez milhões de sérvios. O choque das nações europeias novamente reatualizou a questão balcânica.

Ou seja, Trotski vai desmascarando como, junto com a capitulação “prática” da socialdemocracia dos países centrais a seus governos, surge a capitulação *ideológica*. De modo que os partidos operários que deveriam denunciar os argumentos falaciosos usados pelos governos imperialistas para justificar sua guerra, passam a tomar como seus tais argumentos, dando assim uma “missão libertadora” a dinastias tão reacionárias quanto a que governava o império austro-húngaro.

A socialdemocracia pode assim se irmanar com as posições de um Weber, quando buscava oferecer a tais povos o “poder protetor” da Alemanha, como potência supostamente mais benfazeja, ou culturalmente mais interessante. No extremo oposto de

semelhante atitude, Trotski adota perante esses povos a posição de que “nenhum povo precisar esperar que outros o libertem”¹²⁰:

Mas a questão não se resolve com fixar a responsabilidade histórica. Amanhã, em um mês, em um ano ou mais, a guerra levará ao primeiro plano a resolução dos destinos dos povos balcânicos e da Áustria-Hungria, e o proletariado terá sua resposta para este problema.

Trotski reconhece, portanto, o “xadrez” particular que constitui a situação dos pequenos países na guerra. Porém analisa a situação em termos que colocam nas mãos do proletariado internacional a tarefa de dar uma solução progressista a tais encruzilhadas históricas. Nesse sentido, vemos novamente que ao pensar o problema da guerra mundial, Trotski parece estar já no limiar daquela generalização da revolução permanente, mas em todo caso, por sorte ou azar, não dá ainda esse passo decisivo. De todo modo, está claro que, para ele, a tarefa dos pequenos países é lutar por seu desenvolvimento independente, e não escolher a “melhor potência” com a qual se alinhar:

Todo o mecanismo dos partidos políticos na Bulgária está construído para permitir avançar em meio às duas combinações europeias sem estar obrigada a entrar em nenhuma delas, a menos que decida fazê-lo por decisão própria. A Romênia se uniu à aliança austro-alemã e a Sérvia desde 1903 se uniu à Rússia, porque uma estava ameaçada diretamente pela Rússia e a outra pela Áustria.

Quanto mais independentes estejam os povos do sudeste da Europa com relação à Áustria-Hungria, mais efetivamente serão capazes de proteger sua independência contra o czarismo [grifo nosso]

Quis a história que semelhante federação não surgisse contra o czarismo, mas sim no contexto do final da segunda guerra mundial, como uma federação contra os efeitos do pacto do stalinismo com as demais potências vencedoras (EUA e Inglaterra), que condenaria a região a uma reconstrução capitalista sob domínio de burguesias que haviam fugido e colaborado com os inimigos nazi-fascistas, dando origem à Iugoslávia

¹²⁰ Cf. a esse respeito: Trotski, *A revolução permanente*, em particular a introdução e as “teses” finais.

do marechal Tito. Tema este que novamente extrapola os limites de nossa pesquisa, razão para a qual retornaremos ao fio principal do pensamento de Trotski.

Esse raciocínio ganha ainda maior desenvolvimento, por exemplo quando Trotski afirma que a dominação da Áustria é o principal foco das contradições nos Bálcãs:

A mera existência da Áustria-Hungria, essa Turquia da Europa central, obstrui o caminho ao natural desejo dos povos do sudeste; obriga-os a bater-se constantemente uns contra outros, e a buscar ajuda de fora convertendo-se assim em instrumentos das dominações políticas das grandes potências. Somente em meio de semelhante caos era possível para a diplomacia do czar tecer uma trama cujo último elo era Constantinopla, sendo uma federação dos estados balcânicos econômica e militar a única barreira invencível para se interpor à ambição do czarismo

Com relação ao tipo de discurso “paternalista” com relação aos pequenos povos que vimos em um Weber, e que, como veremos, era assimilado em seus próprios termos pelos setores majoritários da socialdemocracia europeia, Trotski apresenta a Rússia e a Áustria como o grande “desmentido” das frases democráticas:

E se a socialdemocracia alemã se resigna ante a ruína da França considerando-a como um castigo por sua aliança com o czarismo, então nós devemos aplicar o mesmo critério à aliança austro-alemã. E se a aliança das duas democracias ocidentais com um czarismo despótico dá um desmentido à imprensa francesa e inglesa quando apresentam a guerra como uma libertação, então não é igualmente arrogante, para não dizer mais, para a socialdemocracia alemã alçar a bandeira da liberdade sobre o exército dos Hohenzollern, o exército que está se batendo não só contra o czarismo e seus aliados, mas também pela defesa da monarquia dos Habsburgo?

As evidentes linhas de continuidade da política da socialdemocracia alemã assim denunciada com relação à retórica weberiana, que analisamos em detalhe nos capítulos anteriores, são outras tantas evidências do nível da sua traição histórica aos interesses do proletariado e ao programa internacionalista do marxismo.

Ou seja, explicitando o caminho percorrido pelo pensamento de Trotski no artigo até aqui: primeiro, ele recupera os traços fundamentais do funcionamento do capitalismo como sistema mundial, como sendo o quadro fundamental que explica a eclosão da guerra imperialista; dali, parte para uma breve análise da situação da potência mais dinâmica em desenvolvimento capitalista, e que é o verdadeiro pivô da guerra, a Alemanha; em seguida se desloca para o foco inicial do conflito bélico, os Bálcãs, relacionando-os com a situação do conjunto dos pequenos povos europeus em face da competição entre as grandes potências, que como já vimos constitui a verdadeira trama da guerra, apesar das dissimulações diplomáticas. E então, o que temos? O papel desempenhado pela socialdemocracia internacional, partindo em primeiro lugar do principal e mais poderoso centro, a *socialdemocracia alemã*, que é precisamente o de ajudar sua burguesia no esforço de guerra e legimitar as falsificações da sua diplomacia. Isso que surge já nas rápidas pinceladas com que Trotski compõe o quadro de conjunto da guerra, se tornará a seguir o foco principal do texto. A análise é tão importante que lançaremos mão do auxílio de outras elaborações trotskianas posteriores para ajudar a desdobrá-la em todos os seus pormenores e conseqüências teóricas e políticas.

A socialdemocracia alemã e seu papel na II Internacional

Como terminamos dizendo, aquilo que foi desenvolvido no tópico anterior antecipa, por assim dizer, grande parte do que virá a seguir: o papel que as organizações representativas dos trabalhadores nos distintos países tiveram na política da guerra. Temos que ter em mente que, ao contrário por exemplo dos dias atuais, existia então uma grande organização internacional da classe operária, a II Internacional fundada em 1889 sob a supervisão de F. Engels. Além disso, aquele de todos os pontos de vista podia ser considerado o seu “centro”, a socialdemocracia alemã, possuía um caráter efetivamente *de massas*, ao passo em que ainda reivindicava o marxismo como sua doutrina oficial.

O laço histórico que une a socialdemocracia russa com a alemã é assim pintado por Trotski:

Estamos unidos por muitos laços à socialdemocracia alemã. Todos nós passamos pela escola socialista alemã, e aprendemos lições tanto de seus êxitos como de seus equívocos. A socialdemocracia alemã foi para nós não só um partido da Internacional, foi o partido por excelência. Sempre temos conservado e fortalecido o laço fraterno que nos une com a socialdemocracia austro-húngara. Por outra parte, sempre sentimos orgulho pelo fato de ter cooperado para ganhar o direito político na Áustria e por despertar tendências revolucionárias na classe trabalhadora alemã. Isso custou mais do que uma gota de sangue. Aceitamos sem vacilar a ajuda moral e material de nosso velho irmão, que lutou pelos mesmos fins que os nossos do outro lado de nossa fronteira ocidental.

Trotsky assinala, assim, não apenas o laço vital que unia os revolucionários russos a seus irmãos alemães e austríacos, mas o papel de modelo e referência que esses possuíram até a guerra. Para Trotsky, a capitulação da socialdemocracia alemã possui significação histórica e internacional:

Se, por um lado, Trotsky irá retomar em muitos dos seus escritos posteriores as profundas razões históricas para essa capitulação, fugindo de qualquer interpretação idealista ou restrita à denúncia das “personalidades” que estavam à cabeça da socialdemocracia; por outro lado, não irá diminuir em nada o espanto que tal viragem política causou nos representantes da ala esquerda, que se manteve fiel ao internacionalismo.

Assim, é com vivas cores que irá retratar a terrível guinada política da socialdemocracia alemã e austríaca. A importância do tema justifica uma longa citação:

Um mês mais tarde, em 28 de julho, quando a ameaça havia alcançado o ponto culminante para provocar a terrível guerra, o órgão principal da socialdemocracia alemã escrevia nos mesmos e definitivos termos: “como atuará o proletariado alemão frente a um paroxismo tão sem sentido?”, se perguntava; e ele mesmo respondia: “O proletariado alemão não está interessado no mais mínimo da conservação do caos nacional da Áustria”. Pelo contrário. A Alemanha democrática está mais interessada na destruição que na conservação da Áustria-Hungria.

Ou seja, até poucas semanas antes de estourar o conflito, o órgão oficial da socialdemocracia alemã ainda parecia manter-se fiel às resoluções anteriores da II Internacional em caso de guerra. O que não é um detalhe, pois particularmente na Conferência da Basileia de 1912, a Internacional se comprometia a não aceitar as pressões patrióticas que ameaçavam dividir os trabalhadores europeus.

Trotsky desenvolve a seguir as consequências que poderiam ser esperadas da manutenção firme pela socialdemocracia de seus compromissos internacionalistas:

Uma dissolução da Áustria-Hungria significaria para a Alemanha um ganho de uma população educada de doze milhões e de uma capital de primeira linha como Viena. A Itália completaria sua unidade nacional e deixaria de cumprir o papel de fator importante como sempre tem sido na Tríplice Aliança. Uma Polônia, uma Hungria, uma Boêmia independentes e uma federação balcânica, incluindo a Romênia, com dez milhões de habitantes na fronteira russa, seria um poderoso baluarte contra o czarismo. E o mais importante: uma Alemanha democrática com uma população de 75 milhões de habitantes alemães, poderia facilmente, sem os Hohenzollern e os governantes Junker, chegar a um acordo com a França e a Inglaterra, poderiam isolar o czarismo e condenar sua política internacional e nacional a uma completa impotência. Uma política dirigida com este objetivo seria verdadeiramente uma política de libertação para o povo russo e também para o da Áustria-Hungria. **Mas tal política requer uma condição essencial e preliminar, ou seja, o povo alemão, em vez de encarregar aos Hohenzollern que libertem outras nações, teria que livrar-se ele mesmo dos Hohenzollern.** [grifo nosso]

Assim, com o pressuposto de que o proletariado alemão adotasse uma política independente, todo o mapa das relações internacionais europeias poderia se modificar completamente. A independência de uma série de países subjugados, assim como o enfraquecimento de todas as dinastias, em particular do czarismo, seriam os resultados mais prováveis.

Além disso, a passagem destacada acima mostra que, se bem é verdade que Trotski não fez totalmente seu o lema de Lenin sobre “transformar a guerra imperialista em guerra civil”, sua perspectiva não diferia desta em matéria de princípios¹²¹.

Contudo, o que se deu a partir da política da socialdemocracia alemã e austríaca foi o oposto de tudo isso. Assim, a citação segue, mostrando a inadvertida mudança na política socialdemocrata:

A atitude da socialdemocracia alemã e austro-húngara nesta guerra está em flagrante contradição com semelhantes desejos. No momento presente parece convencida da necessidade de conservar e fortalecer a monarquia de Habsburgo no interesse da Alemanha ou da nação alemã. É a partir deste antidemocrático ponto de vista (que enche de vergonha a todo socialista internacional consciente), que o *Wiener Arbeiter Zeitung* definia o significado histórico da presente guerra, quando declarava: “É principalmente uma guerra (dos aliados) contra o espírito germânico.”

Uma frase que, com vimos, bem poderia ter saído da pena de um Max Weber, ou mesmo de outro ideólogo burguês qualquer. Sigamos com a citação:

“Se a diplomacia procedeu bem, se isso tinha que ocorrer, somente o tempo pode dizer. Agora está em jogo o destino da nação alemã! Não se pode ter sobre isso nenhuma dúvida ou vacilação! O povo alemão está unido em uma férra e inflexível determinação para não deixar-se subjugar, e nem a morte nem o demônio conseguirão fazê-lo ceder”... e tudo o mais por este estilo (*Wiener Arbeiter Zeitung*, 5 de agosto). Não queremos ofender o gosto literário e artístico do leitor continuando essa citação. Nada se diz aqui sobre a missão emancipadora para outras nações. Aqui, o objeto da guerra é conservar e assegurar a “humanidade alemã”..

Aqui já não é preciso argumentar para mostrar que quem fala é a voz do ufanismo nacionalista; o que no caso de um partido que fala em nome dos trabalhadores não é senão uma capitulação vergonhosa. Mais do que uma simples semelhança, o trecho nos remete a uma unidade de fato “férrea” de entendimento com respeito ao que encontramos em Weber.

Trotski cita a seguir a declaração oficial da bancada socialdemocrata em que defende os créditos de guerra:

¹²¹ Cf. Robert Service, *Trotsky*, entre outros.

“A questão para nós está, por ora, em prevenir o perigo (o despotismo russo) e assegurar a cultura e a independência de nosso país. Cumpriremos nossa palavra e levaremos a cabo o que temos prometido sempre. Na hora do perigo não deixaremos a nossa pátria no atoleiro. Guiados por esses princípios, nós votamos os créditos de guerra.”

Essa foi a declaração da fração socialdemocrata alemã lida por Haase na sessão do Reichstag de 4 de agosto.

A luta contra o czar russo como justificativa para a traição ao internacionalismo

Como é sabido, Trotski, assim como Lenin, adotou uma política “derrotista” com relação à participação da Rússia na guerra. Porém o que isso significava exatamente? O raciocínio de Trotski, iniciando precisamente por perguntar sobre os benefícios que uma derrota do czarismo russo poderia trazer à causa socialista, é bastante interessante para adensar nossa compreensão do tipo de “derrotismo” que ele propagandeava:

Porém, o que temos a respeito do czarismo? Não significa a vitória austro-alemã, a derrota do czarismo? Os benéficos resultados da derrota do czarismo, não excederiam grandemente aos benefícios que resultariam do desmembramento da Áustria-Hungria?

Os socialdemocratas alemães e austríacos ponderam muito esta questão ao raciocinar do modo como pensam sobre a guerra. O esmagamento de um pequeno país neutro, a ruína da França... Tudo isso está justificado pela necessidade de combater o czarismo. Haase dá como razão para votar os créditos de guerra a necessidade de “defender-se contra o perigo do despotismo russo”. Bernstein retrocede a Marx e Engels e busca velhos textos para seu grito de guerra:

“Ajustemos as contas com a Rússia!”

No entanto, como veremos, a adoção do ponto de vista segundo o qual a derrota do próprio país na guerra seria um “mal menor” diante das exigências da luta de classes – e não é outro o significado do “derrotismo” pregado por Lenin, e que Trotski tomará como seu – não significa transformar tal derrota num objetivo político autônomo, justificável por si mesmo. Se fosse esse o caso, então todo inimigo do czarismo na guerra passaria automaticamente a ser um “aliado”; sabemos que nada poderia estar mais distante da perspectiva marxista internacionalista. Não surpreende, portanto, que Trotski rejeite firmemente qualquer política semelhante, destilando ironia contra os socialdemocratas que se limitavam a ecoar o discurso oficial burguês das potências centrais contra a Rússia:

Südekum, pouco satisfeito com o resultado de sua missão na Itália, diz que o que os italianos têm de criticável é não compreender o czarismo¹²². E quando a socialdemocracia de Viena e Budapeste se alinhou às fileiras dos Habsburgo em sua “guerra santa” contra os sérvios que lutavam por sua unidade nacional, sacrificavam, segundo diziam, sua honra socialista à necessidade de combater o czarismo.

E os socialdemocratas não estão sozinhos nesse ponto. Toda a imprensa burguesa alemã não deseja outra coisa, nesse momento, senão o aniquilamento da autocracia russa, a qual oprime os povos da Rússia e ameaça a liberdade da Europa

Trotski cita um artigo do jornal da socialdemocracia alemã “Vorwärts”, da véspera mesma da aprovação dos créditos de guerra (precisamente de 03/08/1914), para melhor evidenciar a abrupta guinada de seu posicionamento perante a guerra:

“Nada foi tão desagradável para esses agitadores nacionalistas, os russos verdadeiros e os pan-eslavistas, como as notícias da grande demonstração pela paz da socialdemocracia alemã. E como teriam se regozijado se o caso contrário tivesse se produzido, se lhes tivesse sido possível dizer: ‘Vejam ali como os socialdemocratas alemães vão à frente daqueles que incitam a guerra contra a Rússia!’ E o paizinho em São Petersburgo teria respirado profundamente e com alívio dizendo: ‘essas são as notícias que eu necessito ouvir. Agora a coluna cervical de meu mais perigoso inimigo,

¹²² Lembremos que a Itália entrou na guerra alinhada com os “aliados” contra a Alemanha, para desgosto de Weber que incluiu seus lamentos a respeito em seus comentários sobre a necessidade de repudiar a influência da “política das ruas” na definição da política nacional – foi a pressão das massas nas ruas que terminou de inclinar a balança da política italiana para o lado dos “aliados”, contra a expectativa alemã que a contava entre seus próprios amigos desde o tempo de Bismarck.

a revolução russa, está partida. A solidariedade internacional do proletariado está quebrada... Agora posso desencadear a besta do nacionalismo. Estou salvo'.”

Isso escrevia o *Vorwärts* depois que a Alemanha já havia declarado a guerra à Rússia.

Essas palavras caracterizam a valorosa e honrada atitude do proletariado contra um beligerante patriotismo. O *Vorwärts* compreendeu claramente e estigmatizou inteligentemente a suja hipocrisia dos partidários do látigo, a classe governante da Alemanha, a qual de repente se deu conta de sua missão de libertar a Rússia do czarismo.

O *Vorwärts* chamava a atenção da classe trabalhadora sobre a confusão política que a imprensa burguesa queria realizar em sua consciência revolucionária.

E mais à frente, segue Trotski:

Este é o sentido do que o *Vorwärts* predicava a classe trabalhadora no dia 4 de agosto. E exatamente três semanas mais tarde o mesmo *Vorwärts* escrevia:

“Liberdade do moscovitismo (?), liberdade e independência para a Polônia e Finlândia, livre desenvolvimento para o grande povo russo, dissolução da contranatural aliança entre duas nações cultas e o czarismo bárbaro... Estes eram os desejos que animavam o povo alemão e os faziam estar pronto para qualquer sacrifício”... e inspirava também a sociocracia alemã e seu órgão principal.

Que ocorreu nestas três semanas para que o *Vorwärts* repudiasse seu ponto de vista inicial?

Nosso autor se detém para perguntar se havia ocorrido algo de inesperado no curso da guerra, que de algum modo pudesse justificar tal mudança de posição. No entanto, sua resposta vem em seguida, repleta de amarga ironia:

O que ocorreu? Nada de grande importância. O exército alemão estrangulou a Bélgica neutral, incendiou algumas populações belgas, destruiu Lovaina, cujos habitantes haviam tido a criminoso audácia de abrir fogo sobre os invasores, sem levar capacetes nem uniformes.

Nessas três semanas o exército levou a morte e a destruição dentro do território francês, e as tropas da sua aliada Austria-Hungria demonstravam aos golpes o amor da monarquia dos Habsburgo pelos sérvios no Sabe e em Drina.

Estes são os fatos que aparentemente convenceram o *Vorwärts* de que os Hohenzollern fazia a guerra pela liberdade das nações.

A Bélgica neutral foi arrasada e os democratas socialistas ficaram em silêncio. E Richard Fischer foi à Suíça como enviado especial do partido para explicar ao povo de um país neutro que a violação da neutralidade belga e a ruína de uma pequena nação era um fenômeno perfeitamente natural. Por que tanta agitação? Qualquer outro governo, no lugar do da Alemanha, teria feito o mesmo. E, é preciso dizer, a socialdemocracia não só se resignou a considerar a guerra como um trabalho de verdadeira ou suposta defesa nacional, mas também rodeou os Hohenzollern-Habsburgo de uma auréola de lutadores pela liberdade.

Que queda sem precedentes para um partido que durante cinquenta anos havia ensinado a classe trabalhadora alemã a considerar a seu governo como inimigo da liberdade e da democracia!

Antecedentes históricos na AIT (I Internacional)

A fim de demonstrar que a capitulação da socialdemocracia alemã não possuía qualquer precedente histórico, e que, contrariamente, toda a tradição revolucionária inaugurada por Marx e Engels estava do lado dos internacionalistas, Trotski retoma o exemplo da guerra franco-prussiana de 1870. Para melhor confrontar a firmeza que então tiveram os líderes socialdemocratas como A. Bebel e W. Liebknecht, com a pusilanimidade das declarações de 1914 que vimos acima, Trotski começa por citar diretamente as palavras de Bebel e Liebknecht ao renunciar a qualquer responsabilidade pela guerra:

Nós não podemos votar os créditos de guerra que pede o Reichstag porque isso seria dar um voto de confiança ao governo prussiano. Como opositores por princípio de todas as guerras dinásticas, como republicanos socialistas que somos e membros da Associação Internacional dos Trabalhadores que sem distinção de nacionalidade combate a todos os

opressores e trata de unir a todos os oprimidos em uma grande irmandade, não podemos nem direta nem indiretamente estar a favor da presente guerra.

Porém a análise de Trotski, partindo dessa contundente posição de princípios, não se detém ao mostrar o contraste entre as atitudes adotadas em 1870 e 1914. Pelo contrário, Trotski parte daí para mostrar que a queda política e moral da socialdemocracia é ainda maior do que poderia parecer inicialmente:

Mas a grande analogia entre a guerra franco-prussiana e a presente guerra é superficial e enganosa ao extremo. Deixemos de lado todas as relações internacionais. Esqueçamos que a guerra significa em primeiro lugar a destruição da Bélgica e que as principais forças da Alemanha foram empurradas não contra o czarismo, mas sim contra a França republicana. Esqueçamos também que o princípio da guerra foi o esmagamento da Sérvia, e que um dos principais objetivos consistiu em fortalecer e consolidar a arquirreacionária Áustria-Hungria.

Não nos ocuparemos extensamente do fato de se a socialdemocracia alemã desferiu um golpe na revolução russa, a qual dois anos antes da guerra havia se incendiado em meio de tão grande tormenta. Fecharemos nossos olhos a todos esses fatos como a socialdemocracia alemã fez em 4 de agosto, quando não viu que havia uma Bélgica no mundo, uma França, Inglaterra, Sérvia ou Áustria-Hungria.

A fim de isolar o argumento histórico que pretende demonstrar, que separa a atitude de W. Liebknecht e A. Bebel dos seus sucessores como representantes parlamentares da socialdemocracia alemã, Trotski se dispõe a suspender por um momento, ainda que apenas retoricamente, o conjunto do quadro das relações internacionais durante a guerra, para então perguntar apenas sobre a situação da Alemanha em cada um dos momentos históricos em confronto. Assim, segue ele:

Nós reconheceremos somente a existência da Alemanha.

Em 1870 era muito fácil estimar o significado histórico da guerra. “Se os prussianos ganham a centralização do poder do estado, avançará a centralização da classe trabalhadora alemã”. E agora? Qual poderá ser o resultado para a classe operária

alemã de uma vitória prussiana? A única expansão territorial que pode desejar a classe trabalhadora alemã, porque completaria a união nacional, é a união da Áustria alemã com a Alemanha. Qualquer outra expansão significaria outro passo em direção à transformação da Alemanha de um estado nacional a um estado de nacionalidades e a conseguinte introdução destas condições, o que faria mais difícil a luta de classes do proletariado.

Desse modo, Trotski mostra que a diferença, de fato imensa, entre 1870 e 1914, era simplesmente a da mudança de época para a fase imperialista do capitalismo. No caso específico da Alemanha, isso significava que Bebel e W. Liebknecht rejeitaram os créditos de guerra e negaram todo apoio político a seu governo, *apesar* do caráter ainda não totalmente regressivo da guerra que este pretendia travar – no sentido de que era uma guerra que favorecia a unificação nacional alemã. Os créditos de guerra aprovados pela fração socialdemocrata em 1914 eram para uma guerra puramente imperialista, de rapina, e a correta contextualização dos dois exemplos apenas aumenta a infâmia de Haase e companhia.

Essa comparação nos remete diretamente à tarefa de avaliar a guerra em seu sentido histórico mais profundo. É o que iremos fazer a seguir.

O caráter histórico da guerra

Trotski, seguindo Engels, e em consonância com o que estava então fazendo Lenin, escreve:

O que tem fundamental importância para nós os socialistas é o papel histórico dessa guerra. Conceituamos a guerra como promoção efetiva das forças produtivas e das organizações do estado e como aceleração da concentração das forças das classes trabalhadoras? Ou será verdade o contrário, que ela atua como um impedimento? Esta concepção materialista das guerras se encontra por cima de toda consideração formal ou externa, e dada sua natureza não guarda relação com as questões relativas à defesa ou à agressão.

Nesse preâmbulo para seu argumento principal, Trotski já esboça o fundamental: não se trata de analisar a guerra, qualquer que ela seja, a partir do ponto de vista superficial e

pueril de quem pergunta “quem atirou primeiro?”, ou coisas do gênero. Toda guerra deve ser inserida em seu contexto histórico mais global possível, em sua relação com o conjunto do encadeamento histórico, para que a partir desse ponto de vista possam vir à tona as diferentes posições dos beligerantes, de acordo com o papel histórico que cumprem do ponto de vista do desenvolvimento das forças produtivas e das relações de exploração ou de libertação que encerra a participação de cada um deles.

Isso permite adotar os termos sobre a posição ofensiva ou defensiva num sentido muito mais amplo do que o da terminologia militar, o que não deixa de ser uma inovação teórica cabal esboçada pelos marxistas. Seguindo o pensamento de Trotski citado:

Algumas vezes estas expressões formais designam com maior ou menor precisão o real significado da guerra. Quando Engels dizia que os alemães estavam na defensiva em 1870, no que menos pensava era nas imediatas circunstâncias políticas e diplomáticas. O fato determinante para ele era que a Alemanha lutava naquela guerra por sua unidade nacional, a qual era uma condição necessária para o desenvolvimento econômico do país e a consolidação socialista do proletariado. No mesmo sentido os povos cristãos dos Balcãs faziam a guerra de defesa contra os turcos, lutando pelo seu direito à autodeterminação nacional e contra o domínio estrangeiro

Desse ponto de vista, podemos dizer que a compreensão da guerra como continuação da política que a antecedeu (“a guerra é a política continuada” por outros meios”, diz a máxima), concepção desenvolvida inicialmente pelo general prussiano do século XIX Carl von Clausewitz, é aqui incorporada e desenvolvida pelos marxistas.¹²³:

Seguindo ainda o raciocínio de Trotski, que exemplifica o que disse acima com o exemplo prático da guerra franco prussiana de 1870:

Conhecemos agora muito bem as considerações militares e de política internacional que determinaram Bismarck a tomar a iniciativa na guerra. Entretanto, poderia ocorrer o contrário. Com grande previsão e energia, o governo de Napoleão III teria podido antecipar-se a Bismarck e começar a guerra uns anos antes, e isso teria modificado

¹²³ Carl von Clausewitz, *Da guerra*. É sabido que Lenin empreendeu, em meio à guerra mundial e em paralelo com seus estudos da Lógica de Hegel, a leitura de Clausewitz, e em ambos encontrou munição para sua política renovada de transformar a guerra imperialista em guerra civil. Cf. V. I. Lenin, *Cadernos filosóficos*.

radical e imediatamente o aspecto político dos acontecimentos, mas não teria modificado em nada a consideração política da guerra.

Resumindo, portanto, “defesa” e “ataque” na guerra devem ser entendidos em sentido histórico. A política do proletariado deve se mover sobretudo pelo caráter histórico da guerra, não pelos elementos contingentes das manobras políticas, diplomáticas ou militares. Extrapola nosso objeto, mas encontraríamos outras tantas aplicações brilhantes do mesmo princípio analítico nos escritos trotskianos acerca da segunda guerra mundial¹²⁴.

Voltando ao tema, é justamente porque o sentido histórico profundo da guerra é dissimulado e confundido pelas manobras conscientes dos diversos estados-maiores, que se torna uma tarefa fundamental dos socialistas desmascarar tais manobras. É o que Trotski propõe no texto de 1914, assim como foi o que ele realizou de maneira retumbante em Brest-Litovsk, em 1918¹²⁵.

A exposição das armadilhas, das trapaças e truques da diplomacia é uma das mais importantes funções da agitação socialista. Porém, sem importar até que ponto nosso êxito seja decisivo nesse sentido, está claro que a realidade que as intrigas diplomáticas ocultam nelas mesmas, não significa nada com relação ao papel histórico da guerra e de seus verdadeiros iniciadores. As inteligentes manobras de Bismarck forçaram Napoleão a declarar a guerra à Prússia, apesar de que a iniciativa tenha vindo do lado da Alemanha.

As justificativas de Kautsky

Em tudo o que foi dito anteriormente, ainda não avaliamos como ficou a posição daquele que era considerado o líder teórico dos marxistas alemães, Karl Kautsky.

¹²⁴ Cf. Leon Trotski, Guerra y revolución (compilação).

¹²⁵ Cf. as palavras amargas de Weber a respeito (acima).

Devemos lembrar, antes de tudo, que já desde a virada do século, portanto uma década e meia antes dos eventos que estamos analisando aqui, a socialdemocracia começou a delinear certas linhas de divisão interna que foram se tornando cada vez mais nítidas ao longo dos anos.

De um lado, uma ala direita, mais próxima da burguesia e da conciliação de classes, que chegava a propor substituir as ideias revolucionárias do marxismo pelas da “evolução pacífica” em direção ao socialismo, cujo expoente teórico era Eduard Bernstein (sim, o mesmo “amigo” de Max Weber, e não casualmente), e tinha sua base social entre os sindicalistas, parlamentares e um setor de funcionários do partido. De outro lado, Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht, entre outros, se destacaram como representantes da ala esquerda, que manteve sempre uma posição internacionalista e revolucionária intransigente, mesmo que recaído muitas vezes numa visão idealizada da espontaneidade operária e do potencial revolucionário da greve geral, e que tinha alguma influência, ainda que minoritária, entre os operários e intelectuais do partido. O “centro” político era, contudo, dirigido por Karl Kautsky, que mantinha a coesão do partido e combatia o que via como os “excessos” tanto da ala direita da esquerda. Até antes da guerra, parecia que o controle ideológico de Kautsky se revertia muito mais diretamente em liderança política do que de fato se mostrou verdade. Isso deve ser dito porque Kautsky, ao contrário dos representantes da ala direita, nunca chegou a ser um entusiasta do patriotismo de guerra. No entanto, tampouco usou sua autoridade intelectual para condenar e combater a atitude da maioria do partido. É por isso que a crítica mais aguda, tanto de Trotski quanto de Lenin¹²⁶ e de outros representantes da ala esquerda internacional, tendia sempre a se voltar contra ele.

No texto que viemos analisando, a menção a Kautsky aparece já quase no fim, mas nem por isso com menos importância.

De fato, Trotski cita as palavras Kautsky, para quem aparentemente “depois da guerra, tudo estaria bem”...

¹²⁶ A autoridade intelectual de que gozava Kautsky na socialdemocracia internacional até a época da guerra pode ser medida pelo fato de que o próprio Lenin, talvez o mais intransigente representante da ala esquerda internacional, nutriu por ele enorme admiração até a guerra. Por outro lado, podemos dizer que tanto Rosa Luxemburgo quanto Trotski se anteciparam em identificar os traços de *oportunistismo* (isto é, de tendências à capitulação e à conciliação com a burguesia) em Kautsky, muito antes de qualquer suspeita de Lenin a esse respeito.

Em seu discurso no Congresso de Essen, Kautsky apresentava um quadro terrível de um irmão levantando-se contra outro irmão em nome da "guerra de defesa", mas como argumento, não como uma possibilidade. Agora que este quadro se converteu numa realidade sangrenta, Kautsky trata de conseguir que nos resignemos a ele. Ele não vê a bancarrota da Internacional

“A diferença entre os socialistas alemães e franceses não deve ser buscada em seus critérios particulares, nem nos seus pontos de vista fundamentais, mas simplesmente na sua interpretação da situação atual, a qual, por sua vez, está condicionada pela diferença na sua posição geográfica (!). Por isso, esta diferença não pode ser vencida enquanto a guerra dure. Contudo, não é uma diferença de princípio, senão uma diferença que surge de uma situação particular e não tem porque durar depois que essa situação tenha cessado de existir". (*Neue Zeit*, 1915, Jg. 33, Bd., p. 73).

O impacto que significava ver essas palavras vindas de Kautsky é explícito:

Verdadeiramente, é amargo ler semelhantes linhas, mas duplamente amargo quando saem da pena de Kautsky. A Internacional sempre se opôs à guerra.

“E se, apesar dos esforços da socialdemocracia, tivéssemos uma guerra – diz Kautsky – então cada nação deve salvar sua pele o melhor que possa. Isso quer dizer que a socialdemocracia de cada país tem o mesmo direito e o mesmo dever de participar na defesa de seu povo, e nenhum deles pode fazer disso um motivo para dirigir censuras (!) a uns e outros” (*Neue Zeit*, Jg. 33, p. 7).

Num momento em que os operários dos distintos países europeus, inclusive aqueles que eram membros dos partidos que compunham a socialdemocracia internacional (II Internacional) se enfrentavam diretamente nas trincheiras, fuzil na mão, chega a ser incrível que Kautsky fale sobre a inconveniência de se fazer “censuras” mútuas entre os socialdemocratas “de cada país”.

Podemos imaginar como de fato era amargo para Trotski – e ainda mais para Lenin, que sempre se considerou muito mais próximo de Kautsky do que Trotski jamais foi – ver que aquele que se colocava até a véspera como baluarte do marxismo europeu, descia ao

nível de justificar a maior traição histórica que a classe trabalhadora internacional jamais havia visto por parte de seus representantes políticos.

A diferença entre um Max Weber, que apesar de certa delicadeza na linguagem, afirma despididamente seus objetivos, e a hipocrisia da socialdemocracia alemã, ganha destaque através das palavras de Trotski:

É uma covarde arrogância... esta maneira de falar do caráter puramente estratégico da guerra na frente ocidental. Quem leva isso em conta? Não serão certamente as classes governantes da Alemanha. Elas falam a linguagem da convicção e da força; chamam as coisas por seu nome verdadeiro; conhecem o que necessitam e sabem como lutar por isso.

A socialdemocracia nos diz que a guerra se faz pela causa da independência nacional. “Isso não é verdade”, responde Arthur Dix.

“Precisamente, assim como a alta política do último século – escreve Dix – devia seu caráter especialmente marcado à Ideia Nacional, assim os acontecimentos do mundo político neste século estão sob o emblema da Ideia imperialista. A ideia imperialista que está destinada a dar o ímpeto, o objetivo e o fim para alcançar o maior dos poderes (*Der Weltwirtschaftskrieg*, 1914, p. 3).”

Não é essa mesma “ideia imperialista” que encontramos anteriormente, animando os discursos de Max Weber?

A situação de capitulação total da socialdemocracia alemã à burguesia chegou ao ponto em que permitia a um representante da burguesia francesa fazer a seguinte análise:

“O Kaiser – escrevia ele – é o comandante em chefe... e por trás dele está toda a classe trabalhadora da Alemanha como um só homem...; os socialdemocratas de Bebel estão nas fileiras, seus dedos no gatilho, e eles também só pensam no bem-estar e prosperidade da pátria.

“Os dez bilhões de indenização de guerra que a França pagará serão uma grande ajuda para eles, maior que as quimeras socialistas com as quais se alimentavam no dia anterior” [palavras do comandante francês Driant]

Segue Trotski:

Os socialdemocratas nos dizem que a guerra é uma guerra de defesa. Mas Georg Irmer diz claramente:

“Ninguém deve dizer, como ocorre, que a nação alemã chegou demasiado tarde para rivalizar na economia mundial e no domínio do mundo... que o mundo está já dividido. Não foi dividida a terra muitas vezes em todas as épocas da história?” (*Los vom englischen Weltjoch*, 1914, p. 42).

Não se trata apenas de mérito literário individual, nem sequer de considerações abstratas sobre a retidão moral deste ou daquele personagem. O caráter equívoco, enganoso, hipócrita do discurso oficial da socialdemocracia está na contradição entre a classe que diz representar, na qual se apoia politicamente, e a política da classe antagonica, que é a que leva a cabo.

Infelizmente não podemos continuar seguindo passo a passo o contraste entre as análises de Trotski e o que vimos em Weber. Mais importante é voltar nossa atenção à perspectiva histórica mais profunda que se depreende da análise de Trotski, e que apenas ganhará maior profundidade em seus escritos posteriores, como veremos. Diz aqui Trotski:

Pois apesar de tudo isso, ainda o Vörrwarts nos diz que a guerra se faz pela independência da nação alemã e pela emancipação do povo russo. Que quer dizer isso? Naturalmente, nós não devemos considerar como lógica, ideias, verdade, onde não há nada disso. Isso é, simplesmente, uma úlcera de sentimentos de escravidão que arrebenta e lança seu pus sobre as páginas da imprensa dos trabalhadores. Claramente, vê-se que a classe oprimida que procede demasiado lentamente, quase inerte no caminho da liberdade, deve na hora final abandonar todas as suas esperanças e promessas nessa lama e nesse sangue antes que se levante em sua alma a pura e impecável voz da honra revolucionária.

CAP. V – GUERRA E REVOLUÇÃO

Como apontamos desde o início deste capítulo, existe na visão de Trotski uma relação íntima, embora não isenta de contradições internas, entre guerra e revolução. É chegado o momento de desenvolver um pouco mais este tema, crucial no conjunto do seu ponto de vista sobre o caráter de nossa época histórica, com os desafios e possibilidades com que defrontava a humanidade.

O único caminho pelo qual o proletariado pode fazer frente ao capitalismo imperialista é opondo a ele como programa prático do dia a organização socialista da economia mundial.

A guerra é o método pelo qual o capitalismo, no auge de seu desenvolvimento, busca a solução para suas insuperáveis contradições. A este método, o proletariado deve opor seu próprio método: o da revolução social¹²⁷.

Ou seja, independente do efeito paralisando ou regressivo que a declaração da guerra tenha sobre a classe trabalhadora no plano imediato, mais cedo ou mais tarde ela terá que combater a guerra com seus próprios métodos.

Neste capítulo, vamos empreender a análise de como se dá essa passagem, do momento de confusão e hipnose patriótica, para o momento de reviravolta e ofensiva revolucionária. Para isso, vamos dividir a análise em duas partes. Primeiro, identificando as razões que levaram a que, de todo o teatro de guerra europeu, apenas na Rússia aquela passagem tenha sido levada a cabo; em outras palavras, vamos entender o papel decisivo que a direção do proletariado, a socialdemocracia, desempenhou para que não houvesse resposta revolucionária à guerra. Depois, como segunda parte, vamos esboçar algumas lições estratégicas deixadas por Trotski sobre como a direção da classe operária deveria se comportar para poder vencer.

Começaremos reunindo aqui uma parte do material que, intencionalmente, saltamos no capítulo anterior, trazendo para cá as passagens do artigo analisado que diziam respeito

¹²⁷ Leon Trotski., “A guerra e a Internacional”, cit. Salvo menção em contrário, todas as próximas citações provêm ainda deste texto decisivo, cuja análise iniciamos no capítulo precedente.

ao nosso tema presente: a saber, a análise das causas da capitulação da socialdemocracia alemã e internacional, e as consequências que Trotski extrai daí.

As causas históricas da capitulação da socialdemocracia

Em primeiro lugar, a análise deve estabelecer a devida responsabilidade que carregava a seção alemã, no quadro da organização internacional da socialdemocracia.

A bancarrota da Segunda Internacional é um fato trágico, e seria cegueira ou covardia fechar os olhos diante dela. A posição adotada pelos franceses e por uma grande parte do socialismo inglês obedece em grande parte a essa queda, o mesmo que a posição da socialdemocracia alemã e austríaca. Se o presente trabalho se dirige principalmente à socialdemocracia alemã, é somente porque o partido alemão era mais forte, mais influente e, em princípio, o membro mais básico do mundo socialista. Sua capitulação histórica revela claramente as causas da queda da Segunda Internacional

Assim, a capitulação da seção mais poderosa e organizada do movimento internacional arrastou por assim dizer a maioria das outras seções para o mesmo caminho. Visto de outro modo, também podemos dizer que, as pressões que levaram a organização mais forte para a lama do oportunismo, teriam menores chances de serem resistidas pelas demais organizações, a menos que identifiquemos, como iremos identificar, outros fatores que, em determinados casos muito particulares, expliquem a possibilidade contrária.

Porém se isso não ocorreu, se o sinal para a mobilização militar foi também o sinal para a falência da Internacional, se os partidos nacionais do trabalho formaram parte nas fileiras de seus governos e de seus exércitos sem o menor protesto, é porque houve profundas causas para que isso ocorresse, porém causas comuns a toda a Internacional. Seria fútil buscar essas causas nas condições individuais e na insuficiência dos chefes e comitês de partido. As causas devem ser buscadas nas condições da época em que a Internacional socialista apareceu e se desenvolveu. Isso não quer dizer que a incapacidade dos chefes ou a surpreendente incompetência dos comitês executivos

possam ser sempre justificadas. Nada disso. Porém não são os fatores fundamentais. Tais fatores têm que ser buscados nas condições históricas de toda uma época.¹²⁸

Como vemos, sem eximir ninguém de suas responsabilidades políticas individuais, Trotski não incorre no erro de atribuir a estas o fator explicativo principal. Pelo contrário, ele irá procurar qual o processo social e histórico profundo que está na base daquela capitulação. Em certo sentido, sabemos que esse foi também seu procedimento quando da análise da degeneração da revolução russa, processo que jamais atribuiu à responsabilidade pessoal de Stalin ou de quem quer que seja. Quanto a isso, a presente análise é de fato um precedente teórico e metodológico valioso. Voltemos a seus termos substantivos. Diz Trotski, retomando sua análise sobre o papel histórico dos Estados nacionais, mas dando outro desdobramento a seu raciocínio:

Assim como os estados nacionais se converteram em um obstáculo para o desenvolvimento das forças produtivas, também os velhos partidos socialistas converteram-se no principal impedimento para o movimento revolucionário da classe trabalhadora. (...)

No mesmo sentido, e referindo-se pela primeira vez às seções da Internacional que não cederam à pressão imperialista, Trotski afirma:

Porém está claro que semelhante catástrofe não teria ocorrido se as condições para isso não tivessem sido preparadas previamente. O fato de que dois partidos jovens, o russo e o sérvio, fossem fiéis a seus deveres internacionais, não é uma confirmação da filosofia segundo a qual a lealdade aos princípios é uma expressão natural de pouca maturidade. Esse fato nos leva a **buscar as causas do colapso da Internacional naquelas condições de seu desenvolvimento que menos influência exerceram em seus membros jovens.** [grifo nosso]

Inversamente, as condições que menos influência exerceram sobre as seções menores e mais jovens, são aquelas que impactaram maximamente a seção principal. Por isso, Trotski conduz a análise diretamente à situação material da socialdemocracia alemã, cujo aparato é assim descrito:

A grande liga de trabalhadores da Alemanha se desenvolveu dentro da dependência direta do desenvolvimento da indústria nacional, adaptando-se ela mesma a seus êxitos

¹²⁸ L. Trotski, “Stalin: o grande organizador de derrotas”.

no interior e nos mercados estrangeiros, e controlando os preços de matérias primas e produtos manufaturados.

Localizados nos distritos políticos, para adaptar-se às leis eleitorais e estendendo seus tentáculos a todas as cidades e municípios rurais, a socialdemocracia levantou a estrutura única da organização política do proletariado alemão com suas muitas ramificações de hierarquia burocrática, seu milhão de membros contribuintes, seus quatro milhões de votantes, noventa e um diários e cinco gráficas do partido.

Os avanços obtidos no período anterior, ao longo de anos e décadas e no contexto de um ciclo expansivo capitalista, são depois convertidos em fatores da adaptação material da socialdemocracia alemã ao regime da “sua” burguesia:

E não pode haver a menor dúvida de que a questão da conservação da organização das finanças, das Casas do Povo e das gráficas, desempenhou um papel poderoso e uma parte importante na posição tomada pela fração no Reichstag ao explodir a guerra. “Se tivéssemos feito outra coisa, teríamos levado nossa organização e nossa imprensa à ruína”, foi o primeiro argumento que ouvi de um destacado camarada alemão.

Assim, tem origem não apenas no interior do partido com seu aparato, mas na própria camada superior da classe trabalhadora alemã, aquilo que Lenin chamava de “aristocracia operária”:

Porém com o crescimento da Alemanha em importância no mundo industrial, cresceu a dependência da maior parte da camada superior do proletariado alemão ao imperialismo alemão, não apenas material, mas também idealmente.

Vemos, por meio dessa análise, que Trotski busca as raízes históricas dos erros, desvios e traições, sem confundir isso com nenhum elemento de justificação. Depois, frente a suas consequências, por mais catastróficas e terríveis, não se deixa arrastar pela tentação de “passar a borracha” sobre tudo o que passou. Nesse movimento de seu raciocínio e atitude política, que irá se repetir diversas vezes ao longo de sua vida, encontramos uma grande coerência do pensamento e da atitude política de Trotski.

A II Internacional não existiu em vão. Cumpriu um grande trabalho cultural. Nunca houve algo igual na história. Educou e unificou as classes oprimidas. O proletariado não necessita agora de começar pelo início. Entra em um novo caminho, mas não com suas

mãos vazias. A época passada lhe legou um rico arsenal de ideias. Legou-lhe as armas da crítica. A nova época ensinará ao proletariado a combinar as velhas armas da crítica com a nova crítica das armas

Mesmo o Trotski de 1914, já não tão jovem do ponto de vista etário, mas ainda tão distante daquele da maturidade (especialmente dos anos 1930), já estava muito longe de resumir sua visão do processo histórico a uma ênfase unilateral no papel dos “sujeitos”, ou das “direções políticas”, como fatores totalmente autônomos com relação aos desenvolvimentos históricos de amplo alcance – ao contrário da acusação que tão amiúde lhe foi feita.

Com efeito, existe para Trotski uma correlação dinâmica entre os processos que se operam no âmbito “subjetivo” (da classe trabalhadora, ou das suas direções políticas, conforme o nível da análise) e os processos “objetivos” mais gerais. Extrapola os limites deste estudo, mas não poderíamos deixar de assinalar que atingimos conclusão semelhante quando da investigação acerca da análise trotskiana da “burocratização” da URSS¹²⁹.

Guerra, revolução e a arte da estratégia

Em outro trecho, Trotski inverte o seu raciocínio mais usual, afirmando que a guerra não só *exige* do proletariado que tome seu destino em suas próprias mãos, através da revolução social; com a mesma força, ela também o *empurra* nessa direção:

O capitalismo criou as condições materiais de um novo sistema econômico socialista. O imperialismo levou as nações capitalistas a esse caos histórico. A guerra de 1914 mostra o caminho para sair desse caos, impulsionando violentamente o proletariado no caminho da revolução.

¹²⁹ Cf., cit., “Burocacia e Socialismo em Weber e Trotski”, iniciação científica e artigo em: Revista Contracorrente.

Por outro lado, o revolucionário russo não estabelece qualquer relação linear ou contínua entre a guerra e a revolução. Apesar dos seus numerosos escritos em que afirma que tanto a revolução russa de 1905 foi fruto da guerra russo-japonesa, assim como a de 1917 foi resultado da guerra imperialista, Trotski afasta qualquer pensamento de que a guerra como tal pudesse ser proveitosa para a revolução, ou ainda “desejável” no interesse dela. Ao contrário, a natureza contraditória do nexos entre ambas está bem presente em seu raciocínio, que chega a surpreender o leitor familiarizado com aqueles outros textos:

Aqueles que acreditam que a guerra russo-japonesa provocou a revolução, nem conhecem nem compreendem os acontecimentos políticos e suas relações. A guerra não fez senão precipitar simplesmente o estouro da revolução; porém por esta mesma razão, também a debilitou. Pois se a revolução tivesse se desenvolvido como resultado do crescimento orgânico de forças interiores, teria ocorrido mais tarde, porém teria sido muito mais forte e mais sistemática. Por isso, a revolução não tem o menor interesse na guerra. Esta é a primeira consideração. A segunda é que enquanto a guerra russo-japonesa enfraquecia o czarismo, fortalecia por sua vez o militarismo japonês. A mesma consideração se aplica, em grau ainda maior, à guerra russo-alemã.

Bem entendido, a guerra russo-alemã a que se refere é a própria primeira guerra mundial, a guerra imperialista que, do ponto de vista russo, enfrentava o país fundamentalmente com a potência germânica.

Vemos que, nessa segunda consideração estabelecida por Trotski, já não é mais o ponto de vista específico russo o que está em questão, mas antes o inverso. Ou seja: coerente com seu ponto de vista rigorosamente internacionalista, Trotski analisa as consequências da guerra não apenas no interesse da revolução na Rússia, mas no do conjunto dos países envolvidos. Que tal ou qual desfecho da guerra pudesse ser mais favorável para que os trabalhadores russos tomassem o poder em seu país, isso não bastava para avaliar os resultados da guerra. Na verdade, mesmo a perspectiva de que a guerra desencadeasse uma revolução vitoriosa em solo russo, possibilidade tratada pela esmagadora maioria dos seus contemporâneos como longínqua ou mesmo utópica, era ainda para Trotski, embora palpável, demasiado insuficiente e estreita.

Dessa forma, analisando o cenário após uma possível vitória alemã, Trotski pondera não apenas do ponto de vista da revolução russa, mas da revolução alemã e europeia (e, portanto, mundial):

A nova política alemã, que começa com a capitulação do partido proletário ante o militarismo nacionalista, seria fortalecida durante muitos anos. A classe trabalhadora alemã teria que se manter material e espiritualmente com as migalhas caídas da mesa do imperialismo vitorioso, enquanto a causa da revolução receberia um golpe mortal.

Trotski demonstra possuir uma visão concreta e realista da revolução, que faz pensar nas dificuldades da reconstrução econômica na Rússia revolucionária após a guerra civil de 1918-1921, que completou, por assim dizer, a obra de destruição realizada pela guerra imperialista iniciada em 1914. Ou seja, tudo que a guerra pode fazer no sentido de desestabilizar e quebrar o poder das classes dominantes, cobra depois o seu preço na forma das dificuldades econômicas que o novo poder revolucionário terá para desenvolver o país. De todo modo, não podemos aqui desdobrar mais essa questão.

Por outro lado, o fato de, já desde essa primeira fase de sua trajetória, enxergar a revolução como um objetivo palpável¹³⁰ não apenas preparou Trotski para, pouco depois, estar em condições de liderar todo o aspecto “prático” da tomada do poder em outubro de 1917, mas também o colocou numa posição privilegiada para ser, ao lado de Lenin, quem melhor compreendeu as contradições e perigos que espreitavam a revolução russa após a vitória. Não à toa foi ele, novamente com Lenin, o mais audaz impulsionador das políticas para buscar superar tais contradições: tanto através da busca pela expansão do triunfo revolucionário para outros países, quanto mediante uma firme política interna nos campos econômico, político e cultural. Extrapola o objetivo deste trabalho mostrar que, no polo oposto, a política em zigue-zague de Stalin e de seus diferentes aliados de ocasião ao longo dos anos 1920 e 1930 na URSS (Zinoviev-Kamenev, Bukharin, Zinoviev novamente, Molotov, e tantos outros) foi responsável por aprofundar, e não superar, tais contradições. Retornemos, porém, ao nexos criado por Trotski entre a guerra e a revolução.

¹³⁰ Sobre a influência de Parvus para essa atitude “concreta” diante da revolução, ver: Trotski, “Minha vida”; Isaac Deutscher, “O profeta armado”; e Robert Service, “Trotsky”, entre outros.

Não lhe escapa à análise a circunstância de que, num primeiro momento, a primeira parece repelir qualquer tendência que aponte à segunda:

Uma vez declarada a mobilização, a socialdemocracia se encontra frente ao poder concentrado do governo, o qual está apoiado por um poderoso aparato militar disposto a destruir todos os obstáculos em seu caminho com a inestimável cooperação de todos os partidos e instituições burguesas.

O primeiro momento após a convocação geral para a guerra é, portanto, um dos mais difíceis para os revolucionários. Não é apenas o governo e o aparato militar, com suas leis marciais, mas todas as instituições com as quais a burguesia mantém sua ordem de dominação, tudo se volta ao fim único de transformar as massas naquelas “peças da máquina militar” que Weber primeiro condenou, depois glorificou. A análise que faz Trotski do efeito disso, especialmente sobre os setores mais postergados das massas, é inquietante:

De não menos importância é o fato de que a mobilização desperta e coloca de pé aqueles elementos do povo que têm uma significação social muito pequena e que desempenham um papel que não é político em tempos de paz. Centenas de milhares, até milhões de pobres operários manuais, de proletários vagabundos (o farrapo dos trabalhadores), de pequenos lavradores e trabalhadores do campo, são arrastados pela disciplina do exército e embutidos em um uniforme, no qual cada um deles se encontra com um estado de consciência parecido ao que têm como trabalhadores. Eles e suas famílias são arrancados à força de sua triste e inconsciente indiferença, e faz-se todo o possível para que assumam certo interesse no destino de seu país. A mobilização e o estado de guerra despertam novas expectativas, novas perspectivas nesses círculos, aos quais praticamente não chega nossa agitação, e nos quais, em circunstâncias normais, não se alistariam nunca. Confusas esperanças de uma mudança das condições atuais, de uma mudança para melhor, enchem os corações dessas massas arrancadas à apatia da miséria e do servilismo. O mesmo ocorre ao começo da revolução, porém com uma diferença muito importante. Uma revolução une esses elementos recém despertados com a classe revolucionária, porém a guerra os une... com o governo e o exército! Em um dos casos, todas as necessidades não satisfeitas, todos os sofrimentos acumulados, todas as esperanças e desejos encontram sua expressão no entusiasmo revolucionário; no outro caso, essas mesmas emoções coletivas adotam temporariamente a forma de uma intoxicação patriótica. Amplos círculos da classe trabalhadora, até aqueles influenciados pelo socialismo, são arrastados pela mesma corrente.

Assim, Trotski apreende concretamente esta tendência imposta pela dinâmica geral dos acontecimentos, e não “exige o impossível” da socialdemocracia alemã. Ao mesmo tempo, conserva seu pensamento estratégico, dialético, que não perde de vista a interrelação entre os objetivos subjetivos dos revolucionários, e o andamento objetivo da realidade em seus movimentos “para cima” e “para baixo”. Sugeriria apenas uma atitude atenta e o não abandono da perspectiva geral mesmo nos momentos temporariamente adversos:

E por isso não se deve considerar como coisa estranha e desalentadora o fato de que o partido das classes trabalhadoras não tenha oposto à mobilização militar uma organização revolucionária própria. Se os socialistas tivessem se limitado a lançar uma condenação contra a guerra europeia, e tivesse declinado de toda responsabilidade perante ela e tivessem negado o voto de confiança a seus governos e também o voto pelos créditos de guerra, teriam cumprido com seu dever.

Em outras palavras, esse definição do dever dos socialistas é consoante com a análise prévia que mostra que o primeiro período imediatamente após a mobilização militar constituem um momento de plena *hegemonia* da classe dominante – isto é, um momento em que esta combina em nível máximo o poder de seus meios coercitivos com os seus aparatos de convencimento ideológico¹³¹ das massas. Nesse caso, a menos de outras combinações excepcionais de fatores, não se poderia atribuir aos partidos operários marxistas a capacidade de quebrar o esforço de guerra e opor sua própria organização como alternativa ao alistamento no exército. Mas nem por isso a perspectiva internacionalista se torna inócua: naquelas tarefas de denúncia e na negativa a toda tipo de colaboração com o governo militarista, os socialistas podem se preparar para as inevitáveis mudanças de condições que a guerra trará por si só.

É assim que segue o posicionamento de Trotski:

[Agindo daquela maneira] teriam adotado uma posição de expectativa, cujo caráter de oposição ficaria claro tanto para o governo quanto para o povo. Uma ação ulterior teria sido determinada pela marcha dos acontecimentos, e por aquelas mudanças que os eventos da guerra devem produzir na consciência do povo. Os enlaces que unem a Internacional teriam sido conservados, e a bandeira do socialimo teria permanecido

¹³¹ Para uma boa discussão sobre o conceito de hegemonia no marxismo, ver Perry Anderson, “As antinomias de Antonio Gramsci”, incluído no volume “Afinidades eletivas”.

imaculada. Apesar de a socialdemocracia se debilitar momentaneamente, teria conservado suas mãos livres para o caso de uma intervenção decisiva nessas questões, tão logo a mudança se produzisse nos sentimentos das massas. E pode-se assegurar que não importa quanta influência a socialdemocracia pudesse ter perdido por semelhante atitude no início da guerra, porque tudo seria recuperado quando se produzisse a mudança inevitável do sentimento público.

Em outras palavras, é preciso saber esperar o momento em que o poder atrativo e hipnotizador da guerra se convertem em seu contrário.

Em texto bem posterior, “Stalin, o grande organizador de derrotas” de 1928, Trotski irá retomar argumento semelhante. Ali ele mostra, contra toda idealização da história do partido bolchevique, que “na primeira fase da guerra, mesmo o partido mais intransigente da Internacional, os bolcheviques formados por Lenin”, vacilaram ante as pressões da opinião pública patriótica, e não foi sem enormes lutas políticas internas que Lenin conseguiu vencer tais vacilações (que voltariam a se repetir, em outro contexto, no ano de 1917).

Trotski narra:

Os primeiros dois anos de guerra minaram em grande medida o patriotismo das massas e empurraram o partido para a esquerda. Porém a Revolução de Fevereiro, que transformou a Rússia numa “democracia”, deu lugar ao surgimento de uma nova e poderosa onda de patriotismo “revolucionário”. Ainda então a imensa maioria dos dirigentes do Partido Bolchevique não fizeram frente a ela. Em março de 1917, Stalin e Kamenev imprimiram ao jornal central do partido uma orientação social-patriótica. Sobre essa base, se produziu uma aproximação, e na maior parte das cidades, uma fusão direta das organizações bolchevique e menchevique. Protestaram os revolucionários mais firmes, sobretudo nos distritos avançados de Petrogrado; teve que chegar Lenin à Rússia e estabelecer uma luta irreconciliável contra o social-patriotismo para o partido retomasse a trilha internacionalista. Isso ocorreu no melhor partido, o mais revolucionário e temperado.

É por isso que ele insiste que o estudo da experiência histórica do bolchevismo “é de um grande valor educativo para os operários avançados”; pois ensina a eles a força terrível da opinião pública burguesa que eles terão de suportar, e ao mesmo tempo lhes ensina a não desesperar, a não abandonar as armas, a não perder a coragem apesar do total isolamento em que se encontrarão ao início da guerra.

Em outras palavras, as pressões para a capitulação, nos momentos decisivos, são terríveis, mas se o partido revolucionário é capaz de resistir e preparar-se ativamente para o momento da mudança de rumos, ele poderá ser recompensado.

A transição de épocas e o ano 1905

Nesse contexto geral, é interessante ver o lugar específico ocupado pela revolução russa de 1905, que marcou profundamente, ainda que de maneira distinta, os pensamentos de Lenin e Trotski, reforçando seus respectivos pontos fortes e abrindo uma primeira “janela” para a superação dos pontos fracos de cada um (não seguida no imediato por nenhum deles, mas retomada e aprofundada na próxima subida da maré revolucionária). Pois bem, o conjunto da análise que fazemos permite avançar a conclusão preliminar de que a revolução de 1905 foi de fato um fenômeno de transição, uma ponte entre duas épocas, e sua repercussão internacional acompanhou essa característica. Em particular acerca de sua influência sobre o conjunto da socialdemocracia europeia, dizia Trotski:

La revolución rusa fue el primer gran acontecimiento que trajo una fresca bocanada de aire dentro de la calma de Europa en los treinta y cinco años después de la Commune de París. El rápido desarrollo de la clase obrera rusa y la fuerza inesperada de su concentrada actividad revolucionaria, produjo una gran impresión en todo el mundo civilizado y dio un impulso en todas partes, aguzando las diferencias políticas. En Inglaterra, la revolución rusa precipitaba la formación de un partido obrero independiente. En Austria, gracias a circunstancias especiales, esto llevó al sufragio universal masculino. En Francia., el eco de la revolución rusa tomó la forma de sindicalismo, lo que daba expresión, bajo una inadecuada forma teórica y práctica, al despertar de las tendencias revolucionarias del proletariado francés. Y en Alemania la influencia de la revolución rusa se hizo sentir en el robustecimiento del ala de izquierda del partido, en el acercamiento del centro director a ella y en el aislamiento del

revisionismo. La cuestión de la emancipación prusiana, esta llave de la posición política del junquerismo, tomó una posición más aguda. Y el partido adoptó en principio el método revolucionario de la huelga general. Pero todas estas sacudidas exteriores fueron inadecuadas para enseñar al partido el camino de la ofensiva política. De acuerdo con las tradiciones del partido, la vuelta hacia el radicalismo encontró su expresión en discusiones y en la adopción de resoluciones. No llegó más allá.

Aqui também vemos, portanto, e não apenas nos fatores econômicos, uma das razões pelas quais a socialdemocracia russa foi capaz de gerar, em seu próprio seio, uma ala capaz de resistir às pressões da burguesia imperialista. Em outras palavras, não apenas a burguesia russa e o regime czarista eram muito mais débeis do que suas contrapartes alemãs; mas também a experiência revolucionária dos trabalhadores russos, antes da guerra, estava marcada na memória e na vida de todos os membros da ala esquerda russa, tanto nos bolcheviques de Lenin, como em outros setores como os que se agrupavam ao redor de Trotski e que em 1917 o acompanhariam em sua entrada no partido bolchevique.

Assim podemos compreender que a confiança de Trotski no papel que o proletariado viria a desempenhar na revolução russa não se apoiava apenas nas conclusões teóricas a que sua compreensão da estrutura mundial do capitalismo e da etapa histórica que a humanidade vivia, mas também foi confirmada uma e outra vez pela experiência prática das massas no curso das revoluções russas.

Já desde 1905, com a greve geral, as batalhas de rua, e sobretudo com a criação do soviete de Petrogrado, os operários russos mostraram a capacidade de auto-organização da classe trabalhadora. Através do que começou como uma simples assembleia de representantes eleitos nas fábricas e locais de trabalho, o conselho de deputados operários (soviete) foi ganhando os contornos mais amplos.

“A história do Soviete é uma história de 50 dias”, entre meados de outubro e início de dezembro de 1905, escreveu Trotski logo após os acontecimentos. À primeira reunião assistiram umas poucas dúzias de pessoas, enquanto na segunda metade de novembro já eram mais de quinhentos “deputados operários”, eleitos nas fábricas e locais de trabalho e representando algumas centenas de milhares de trabalhadores.

O Soviete organizou as massas trabalhadoras, dirigiu as greves e manifestações políticas, armou os trabalhadores e protegeu a população contra os *pogroms*.

O segredo dessa influência repousa no fato de que o Soviete cresceu como órgão natural do proletariado, em sua luta imediata pelo poder, tal como determinou o curso real dos acontecimentos.

Trotsky faz uma observação muito interessante sobre a natureza de classe dessa organização de novo tipo: “À medida que se tornava o centro das forças revolucionárias de todo o país, o Soviete não permitiu que sua natureza de classe se dissolvesse na democracia revolucionária: foi e continuou sendo a expressão organizada da vontade de classe do proletariado”.

Mas a chave da autoridade e da ascendência natural do Soviete sobre o conjunto das massas estava também em que: quanto mais intensamente a greve desorganiza a produção e a vida estatal, mais a organização dos trabalhadores se faz necessária para assumir funções públicas.

Ou seja: de organização forjada no calor da luta para os objetivos imediatos da luta, o Soviete por sua própria natureza transcrece em suas atribuições, ultrapassa seus objetivos iniciais, e se transforma num organismo que disputa ao poder estatal oficial a direção dos assuntos públicos (as comunicações, os transportes, a distribuição e, finalmente, a própria produção da vida social). Isso nos permite dizer que a enorme atenção que Trotsky prestou ao Soviete desde sua primeira aparição, ligada ao papel direto que ele cumpriu como o “espírito animador” do Soviete, seguramente contribuíram muito para soldar a convicção de Trotsky sobre a dinâmica “permanente” que a revolução teria na Rússia, superando desde seus primeiros passos o seus objetivos democráticos iniciais e o seu ponto de partida estritamente nacional.

Foi o conjunto dessa experiência que fez com que Trotsky chegasse a definir teoricamente os sovietes em sua tripla função: em primeiro lugar, órgão para a luta e a organização, mais aberto e abarcativo que qualquer sindicato ou partido; em seguida, órgão da dualidade de poderes, do desafio ao poder do Estado e de organização prática da insurreição; por fim, sede do poder operário e base para o novo Estado operário de transição, um estado que só pode cumprir sua missão histórica se lutar pelo seu próprio

desaparecimento, no marco do aprofundamento interno e expansão internacional da revolução.

Trotsky foi o primeiro a apontar, depois de 1905, que essa seria a forma encontrada pelos trabalhadores russos para seguir, à sua própria maneira, a trilha deixada pela Comuna de Paris de 1871, e que a próxima revolução russa iria ver os soviets se espalharem pelo país, como de fato ocorreu em 1917.

Perspectivas revolucionárias e prognósticos abertos

Retomando um momento anterior do nosso texto, interrompido para a discussão da revolução russa de 1905, passamos agora ao trecho final do, longamente examinado, texto de 1914, “A guerra e a Internacional”. Veremos que ele termina com o que poderia ser considerada uma fulgurante prefiguração do que iria se passar pouco na Rússia em 1917, e em certo sentido em toda a Europa.

É que a principal característica da nova fase, para Trotsky, era justamente que ela abria a época da revolução proletária, como se mostrou a partir de 1917 na Rússia.

No entanto, essa perspectiva jamais se confunde com qualquer tipo de fatalismo ou “teleologia”. Ao contrário, o que encontramos são os típicos prognósticos *abertos* que veremos em muitos outros momentos:

El agotamiento económico en Europa afectará al proletariado más directa y severamente. Los recursos materiales del estado serán agotados por la guerra, y las posibilidades de satisfacer las demandas de las masas trabajadoras serán muy limitadas. Esto llevará a profundos conflictos políticos, los cuales, siempre ensanchándose y profundizándose, pueden tornar el carácter de una revolución social, cuyo progreso y resultado nadie puede prever ahora.

Por otra parte, la guerra con sus ejércitos de millones de hombres y sus endemoniadas armas de destrucción, puede consumir no solo los recursos de la sociedad sino las fuerzas morales del proletariado. Si no encuentra resistencia interna, esta guerra puede continuar algunos años más, variando de uno a otro lado la fortuna, hasta que los principales beligerantes queden completamente agotados. Pero entonces, toda la energía

se concentrará en la lucha del proletariado internacional, traída a la superficie por la sangrienta conspiración del imperialismo, hasta quedar completamente consumida en el horrible trabajo del mutuo aniquilamiento. El resultado será el retroceso de nuestra civilización por muchas décadas. Una paz que sea resultado, no de la despierta voluntad del pueblo, sino del agotamiento mutuo de los beligerantes, será una paz como la que puso fin a la guerra balcánica; será una paz de Bucarest extendida a la Europa entera.

Semejante paz buscaría remiendos nuevos para las contradicciones, antagonismos y deficiencias, que nos han conducido a la guerra presente. Y con otras muchas cosas, el trabajo socialista de dos generaciones se desvanecería en un mar de sangre, sin dejar detrás la más leve huella.

A recusa de todo determinismo unilateral, de toda linearidade causal; o reconhecimento do jogo das múltiplas determinações como origem de tudo o que existe, implicam esse tipo de prognóstico aberto, pois não se pode definir de antemão qual combinação de circunstâncias irá prevalecer. Nas palavras de Trotski:

¿Cuál de estas cosas es la más probable? Esto no puede ser determinado teóricamente a priori. La solución depende enteramente de la actividad de las fuerzas vitales de la sociedad... sobre todo de la socialdemocracia revolucionaria.

Não há portanto “linha reta”: a mesma guerra, ao destruir as bases econômicas nacionais, pode preparar o levantamento revolucionário do povo, mas também pode privar a revolução de toda perspectiva. As mesmas catástrofes podem elevar a indignação moral dos explorados e empurrá-los a tomarem os assuntos em suas mãos, mas também podem arruinar sua moral e lançá-los na apatia e numa redobrada submissão.

Nós, revolucionários marxistas, não temos razão para desesperar. A época na qual estamos entrando será a nossa época. O marxismo não está derrotado. Ao contrário, o estampido de canhão em cada parte da Europa proclama a vitória teórica do marxismo. Que resta agora das esperanças de um desenvolvimento “pacífico” por meio de uma mitigação dos contrastes da classe capitalista, por um aumento regular e sistemático rumo dentro do socialismo?

De todo modo, assim, sem que nada garanta a direção que os acontecimentos possam adotar, o próprio fato da guerra representa, para Trotski, a “vitória teórica” do

marxismo. Ou seja, as análises, caracterizações e prognósticos marxistas, que denunciaram o imperialismo como a fase mais agressiva do desenvolvimento capitalista, se confirmaram plenamente. Parafraseando Trotski, a pergunta poderia ser formulada: que resta do evolucionismo burguês, e de seus reflexos dentro do movimento socialista (Bernstein), depois da catástrofe representada pela guerra?

De outro lado, independente do resultado da guerra favorável a um ou outro lado dos campos beligerantes, as consequências dela para a luta de classes, de um ponto de vista internacional, não podem ser senão explosivas:

Porém uma nova partilha das colônias entre os países capitalistas não pode ampliar a base para o desenvolvimento capitalista. O que um país ganha, significa a perda de outro. De acordo com isso, uma mitigação temporária dos conflitos de classes na Alemanha só pode se estabelecer com uma intensificação extrema da luta de classes na França e na Inglaterra, e vice versa.¹³²

Também por isso, a confiança de Trotski na revolução social não se vê em nada abalada pelos contornos sombrios da situação em 1914. Nesse sentido, o longo artigo termina com algo que parece uma prefiguração do que viria a ocorrer em 1917 na Rússia:

Manteremos claras as nossas imaginações em meio a esta infernal música de morte, manteremos nossa visão esclarecida.

Nós nos sentimos como a única força criadora do futuro. Já há muitos de nós, muitos mais do que o que possa parecer. Amanhã haverá mais do que hoje. Depois de amanhã, milhões se levantarão sob nossa bandeira, milhões que hoje mesmo, sessenta e sete anos depois do Manifesto comunista, não têm nada mais a perder senão suas cadeias.

Balanço mais geral da mudança de época

Antes de passar às considerações finais, vamos nos deter principalmente num texto escrito em 1928, no calor dos debates internos na Internacional Comunista (III

¹³² Depois que a etapa imperialista atingiu por assim dizer seu “equilíbrio instável”, a relação entre guerra e economia assumiu outros contornos. Ver a respeito: Trotski, “Naturaleza y dinámica del capitalismo y la economía de transición”. Ver também Paula Bach, “introducción”, na mesma compilação.

Internacional), que já de muito haviam assumido o caráter de violentas lutas fracionais. Trata-se da crítica de Trotski ao projeto de programa apresentado por Stalin e Bukharin –tendo sido elaborado por este último- para o VI Congresso da Internacional. Essa extensa crítica se tornaria um dos documentos fundamentais de todos os reagrupamentos liderados por Trotski até o fim de sua vida, e ganhou publicações com o nome de “A III Internacional depois de Lenin”, ou “Stalin, o grande organizador de derrotas”.

Como antecipamos ao início deste capítulo, a mudança profunda, estrutural, das condições “objetivas” da organização e funcionamento do capitalismo, que se constitui então pela primeira vez efetivamente como um sistema mundial alcançando todas as regiões do globo, implica para Trotski uma alteração igualmente profunda das coordenadas gerais da ação da classe trabalhadora e dos partidos que pretendiam representá-la.

A ideia de uma estratégia revolucionária se consolidou nos anos do pós-guerra, a princípio, indubitavelmente, graças à influência da terminologia militar, mas não por puro acaso. Antes da guerra, não tínhamos falado mais do que da tática do partido proletário; esta concepção correspondia com exatidão suficiente aos métodos parlamentares e sindicais então predominantes, e que não saíam do quadro das reivindicações e das tarefas correntes. A tática se limita a um sistema de medidas relativas a um problema particular da atualidade ou a um domínio determinado da luta de classes, enquanto a estratégia revolucionária se estende a um sistema combinado de ações que em sua relação, em sua sucessão, em seu desenvolvimento devem levar o proletariado à conquista do poder.¹³³

Nem é preciso dizer que os princípios fundamentais da estratégia revolucionária foram formulados desde que o marxismo colocou ante os partidos revolucionários do proletariado o problema da conquista do poder com base na luta de classes. Porém, no fundo, a Primeira Internacional só conseguiu formular esses princípios do ponto de vista teórico e comprová-los parcialmente graças à experiência de diferentes países. A época da Segunda Internacional obrigou a recorrer a métodos e concepções de acordo com os quais, segundo a famosa expressão de Bernstein, “o movimento é tudo e o objetivo final não é nada”. Em outros termos: o trabalho estratégico se reduzia a nada, se dissolvia no

¹³³ L. Trotski, “Stalin, o grande organizador de derrotas”. Parte II, cap. 1.

“movimento” cotidiano com suas fórmulas cotidianas de tática. Só a Terceira Internacional restabeleceu os direitos da estratégia revolucionária do comunismo, à qual subordinou completamente os métodos táticos. Graças à experiência inestimável das duas primeiras Internacionais, sobre cujos ombros se alça a Terceira; graças ao caráter revolucionário da época atual e à imensa experiência histórica da revolução de outubro, a estratégia da Terceira Internacional adquiriu imediatamente uma combatividade e uma experiência histórica enormes.¹³⁴

Por outro lado, em 1928 existe já uma nota amarga ineludível:

Ao mesmo tempo, a primeira década da nova Internacional desenvolve ante nossos olhos um panorama onde não há somente imensas batalhas, mas também cruéis derrotas do proletariado a partir de 1918.¹³⁵

A nova época significava, assim, toda uma mudança de eixo para a atividade dos socialistas, que haviam sido moldados por toda uma geração num espírito por assim dizer “evolucionista”, de avanço contínuo e gradual, acompanhando a curva de desenvolvimento capitalista, que havia passado por um período de crescimento sem igual durante o período que se estende da derrota da Comuna de Paris em 1871 até a revolução russa de 1905.

Essa é a contradição que faz explodir a II Internacional. A ala direita, que fica presa ao passado, adaptada material e espiritualmente à ordem burguesa, irá mais tarde “evoluir” para o que são hoje os Partidos Socialistas europeus (especialmente, o PS francês, o SPD alemão, o Labour Party inglês), que não apenas são, há muitas décadas, pilares dos regimes capitalistas em seus países; como também, dos anos 1980 para cá, acumularam experiência fazendo governos de “austeridade” contra suas próprias bases eleitorais.

Já a ala esquerda irá se desenvolver através guerra, preparando em conferências internacionais como as de Zimmerwald e Kienthal as condições para um novo reagrupamento internacional, e após o triunfo da revolução russa de outubro de 1917,

¹³⁴ Idem.

¹³⁵ Idem.

irá fundar a III Internacional em 1919. Com o fenômeno do stalinismo, essa também se degenera, e a última tentativa de formar uma Internacional revolucionária ficou por conta de Trotski em 1938, deixando um legado que uma série de correntes em diversos países busca levar adiante.

Voltando à análise de Trotski e àquilo que faz da época imperialista uma fase explosiva, potencialmente revolucionária do capitalismo:

Há no fundo do caráter explosivo da nova época, com suas bruscas alternâncias de fluxos e refluxos políticos, com seus espasmos contínuos de luta de classes entre o fascismo e o comunismo, o fato de que, historicamente, o sistema capitalista mundial está esgotado; já não é capaz de progredir em bloco. Isso não significa que certos ramos da indústria e certos países não possam progredir com um ritmo até então desconhecido. Porém esse progresso se realiza e se realizará em detrimento do de outros ramos e de outros países. Os gastos de produção do sistema capitalista mundial devoram cada vez mais seus benefícios. Como a Europa está habituada a dominar o mundo, com a força da inércia adquirida por seu rápido crescimento de antes da guerra, que se efetuava quase sem interrupção, chocou-se mais brutalmente do que outras partes do mundo contra a nova correlação de forças, contra a nova partilha do mercado mundial, contra as contradições cada vez mais profundas por causa da guerra; por isso, é precisamente a Europa que sofre a transição mais brusca da época de desenvolvimento “orgânico” de antes da guerra para a época das revoluções.¹³⁶

Porém é preciso ter uma compreensão acertada do que Trotski tinha em mente quando qualificava a etapa aberta após 1914 como uma “época revolucionária”, pois isso não significava de maneira nenhuma que fosse possível fazer a revolução em todos os lugares e a todo momento, pelo contrário:

O caráter revolucionário da época não consiste em que permita realizar a revolução, isto é, tomar o poder a cada momento, mas sim em suas profundas e bruscas oscilações, em suas transições frequentes e brutais que a fazem passar de uma situação diretamente revolucionária, na qual o partido comunista pode pretender assumir o poder, à vitória da contrarrevolução fascista ou semifascista, desta última ao regime provisório do “justo meio” (bloco das esquerdas na França, entrada da socialdemocracia na coalizão na Alemanha, subida ao poder do partido de Mac Donald na Inglaterra, etc.) para então

¹³⁶ L. Trotski, “Stalin, o grande organizador de derrotas”. Parte II, cap. 2.

fazer saltar de novo, mais tarde, as contradições cortantes como uma navalha e colocar claramente o problema do poder.¹³⁷

Ou seja, uma época revolucionária porque em constante ebulição, com guinadas bruscas e imprevistas, com oscilações do pêndulo político de um extremo ao outro, colocando e retirando a possibilidade para a tomada do poder dos trabalhadores ora num, ora noutra país. Em outras palavras, uma época que, do ponto de vista mais geral, ainda que não imediatamente nem constantemente, coloca as condições objetivas para que a vitória da revolução social.

Um forte contraste, portanto, com a época anterior, em que o capitalismo ainda tinha “um mundo a conquistar”, e que por isso é designada por Trotski como um período de “desenvolvimento orgânico” do capitalismo, no qual toda a tarefa histórica das direções proletárias se circunscrevia a um âmbito muito mais estreito:

Frente a um capitalismo em expansão, a melhor direção do partido não podia fazer outra coisa do que precipitar a formação do partido operário. Pelo contrário, os erros da direção não podiam ter outro resultado do que atrasar essa formação. As premissas objetivas da revolução proletária amadureciam lentamente; o trabalho do partido conservava seu caráter de preparação.

Essa época passada, que o próprio desenvolvimento capitalista havia deixado atrás sem possibilidade de retorno, na qual mesmo a direção mais clarividente “de um Marx e um Engels” pouco podia fazer para que a classe trabalhadora avançasse diretamente rumo ao cumprimento de sua missão emancipadora, havia dado lugar a um quadro totalmente distinto:

Atualmente, toda nova variação brusca da situação política para a esquerda põe a decisão nas mãos do partido revolucionário. Se este deixa passar o momento crítico em que a situação muda, esta se transforma em sua antinomia. Em tais circunstâncias, a função da direção do partido adquire uma importância excepcional. Quando dizia que dois ou três dias podem decidir a sorte da revolução internacional, Lenin não poderia ser compreendido na época da Segunda Internacional. Pelo contrário, em nossa época essas palavras tiveram demasiadas confirmações, todas em um sentido negativo, com exceção

¹³⁷ Idem.

de outubro. Só o conjunto dessas condições permite compreender o lugar excepcional que a Internacional Comunista e sua direção ocupam na época histórica presente.¹³⁸

Ao contrário do que pretende certo senso comum acadêmico, a perspectiva marxista conforme expressa por um pensador profundo como Trotski, está longe de propor uma história pré-determinada. Ao contrário, tal perspectiva pressupõe uma história aberta, em que os homens é que constroem seu próprio destino, herdando é certo das gerações anteriores as relações sociais que reproduzem entre si, mas aumentando cada vez mais sua capacidade de intervenção subjetiva sobre o curso da história.

A esse respeito, vale dizer que muito se acusou Trotski de exagerar o papel das direções políticas da esquerda, e da classe operária em particular, como determinantes do curso dos eventos históricos da nossa época. Não é aqui o lugar de desenvolver esse importante debate, mas cabe assinalar que, para Trotski, o que existe é sempre uma interrelação entre os fatores “objetivos” e “subjetivos”, e só determinadas combinações muito particulares de eventos podem dar origem aos momentos em que a ação subjetiva adquire uma preponderância direta.

Com isso, fica praticamente concluída nossa análise global, dos elementos objetivos e subjetivos, econômicos, políticos e da luta de classes, que compõem a época imperialista como uma fase particular do capitalismo que ameaça constantemente a humanidade com enormes guerras de destruição, mas que também abre possibilidades inéditas para a ação histórica independente da classe trabalhadora internacional.

Antes de passar às considerações finais, porém, vamos ainda passar brevemente por outro texto, nesse caso mais próximo do período da guerra e do triunfo da revolução russa. Trata-se de um discurso de Trotski ao comitê de Moscou do partido comunista (bolchevique), proferido em 1921:

Ocorreu mais de uma vez na história que uma certa sociedade, uma nação, um povo, uma tribo, vários povos ou nações que viviam em condições históricas análogas, se

¹³⁸ Idem.

encontraram diante da impossibilidade de desenvolvimento posterior, nos quadros de um dado regime econômico (regime de escravismo ou da servidão).¹³⁹

Como nenhuma nova classe ainda existia que pudesse dirigir numa nova via, esses povos, essas nações, se decompuseram; uma civilização, um Estado, uma sociedade deixaram de existir. Assim, a humanidade nem sempre marchou de baixo para cima, seguindo uma linha sempre ascendente. Não, ela conheceu longos períodos de estagnação e recuo para a barbárie. Sociedades se elevaram, atingiram um certo nível, mas não puderam continuar nestes patamares... A humanidade não continua no seu lugar; seu equilíbrio, como resultado das lutas de classes e das nações, é instável. Se uma sociedade não pode ascender, ela cai, e se não existe nenhuma classe que possa levantá-la, ela se decompõe e abre a via para a barbárie.¹⁴⁰

Uma passagem que mostra que a confiança no futuro socialista da humanidade, tantas vezes declarada, não se confunde com qualquer esquema teleológico. Se politicamente não há garantia de vitória, do ponto de vista teórico também não há verdade estabelecida *a priori*.

a revolução já significa por si própria uma viva luta de classes. A burguesia, por mais contrária que seja às necessidades da evolução histórica, continua ainda a classe social mais poderosa. Podemos dizer, ainda mais, que do ponto de vista político, a burguesia atinge o máximo de seu poderio, da concentração de suas forças e meios políticos e militares, de mentira, violência e provocação, vale dizer, o máximo do desenvolvimento de sua estratégia de classe, no mesmo momento em que ela está mais ameaçada pela sua perdição social.

A guerra e suas conseqüências terríveis - e a guerra era inevitável, com as forças produtivas não mais podendo desenvolver-se no quadro da sociedade burguesa -, mostraram à burguesia o perigo ameaçador de sua perdição. Fato que elevou ao mais alto grau o seu instinto de conservação de classe. Quanto maior o perigo, mais uma classe, tal como um indivíduo, tensiona todas suas forças vitais na luta pela sua conservação.¹⁴¹

¹³⁹ “Na escala da história universal”, disponível em <http://www.marxistsfr.org/portugues/trotsky/1921/mes/historia.htm>

¹⁴⁰ Idem.

¹⁴¹ Idem.

Notemos que Trotski acusa a burguesia de estar contra as “necessidades” da evolução histórica. Mas não há aqui qualquer sombra do fatalismo weberiano, que falava das guerras e da exploração mútua dos povos como um destino eterno. Aqui a história é um processo aberto, e o julgamento de Trotski se baseia na concretude desse processo da maneira como se dá.

Assim, não é que a burguesia deva “necessariamente” dar lugar à ditadura revolucionária do proletariado e à posterior extinção das classes. Mas sim de que, necessariamente, o domínio da burguesia, uma vez revolucionário, levou a seu próprio esgotamento e com ele à guerra mundial. Do mesmo modo, a humanidade está confrontada com a tarefa de superar a sociedade burguesa *se quiser seguir evoluindo*, e apenas nesse sentido então se trata de uma necessidade.

Isso não quer dizer que essa inversão do papel histórico da burguesia se expresse diretamente em fragilidade política; ao contrário, como aponta Trotski:

Não esqueçamos também que a burguesia encontrou-se face a face com um perigo mortal depois de haver adquirido a maior experiência política. A burguesia havia criado e destruído todo tipo de regimes. Ela se desenvolvia na época do puro absolutismo, da monarquia constitucional, da monarquia parlamentar, da república democrática, da ditadura bonapartista, do Estado ligado à Igreja católica, do Estado ligado à Reforma, do Estado separado da Igreja, do Estado perseguidor da Igreja etc. Toda esta rica e variada experiência, que penetrou no sangue e na medula dos meios dirigentes da burguesia, servem-lhe hoje para conservar seu poder a qualquer preço. Ela age com tanto maior inteligência, finura e crueldade, quanto o perigo que a ameaça é reconhecido pelos seus dirigentes.¹⁴²

A burguesia, por ser desde seu surgimento uma classe possuidora e por ter podido tornar-se dominante após o declínio da ordem feudal, acumulou uma importante memória histórica (que é negada aos explorados), e essa é a verdadeira fonte de sua flexibilidade e sabedoria política.

Se analisamos superficialmente este fato, encontraremos uma certa contradição: tínhamos julgado a burguesia diante do tribunal do marxismo, isto é, reconhecemos, através de uma análise científica do processo histórico, que ela sobrevivia a si própria,

¹⁴² Idem.

e, contudo, ela dá provas de uma vitalidade colossal. Na realidade não há qualquer contradição; é o que chamamos, no marxismo, a dialética. (...)

O fato é que a economia, a política, o Estado, a pressão da classe operária – lados diferentes do processo histórico – não se desenvolvem simultânea e paralelamente.(...)

A classe operária não se desenvolve ponto a ponto, paralelamente ao crescimento das forças de produção, e a burguesia não desaparece à medida que o proletariado cresce e se solda. Não, a marcha da história é outra.(...)

As forças de produção desenvolvem-se através de saltos; às vezes progredem com rapidez, outras vezes recuam. A burguesia, por sua vez, também desenvolveu-se por saltos; o mesmo para a classe operária. No momento em que as forças produtivas do capitalismo chocam-se com um muro, não podendo mais progredir, vemos a burguesia reunir em suas mãos o exército, a polícia, a ciência, a escola, a Igreja, o parlamento, a imprensa, os guardas brancos, segurar fortemente as rédeas e dizer, em pensamento, à classe operária: "Sim, minha situação é perigosa. Vejo um abismo se abrindo diante dos meus pés. Mas vamos ver quem vai cair primeiro neste abismo. Pode ser que antes de minha morte, se verdadeiramente devo morrer, conseguirei, classe operária, te empurrar para o precipício!

O que significaria isso? Simplesmente uma destruição da civilização européia no seu conjunto. Se a burguesia, condenada à morte do ponto de vista histórico, encontrar nela própria suficiente força e energia, poderio para vencer a classe operária nesse combate terrível que se aproxima, isto significaria que a Europa estaria condenada à decomposição econômica e cultural, como já ocorreu com muitos outros países, nações e civilizações.

Dito de outra forma, a história nos levou a um momento em que a revolução proletária tornou-se absolutamente indispensável para a salvação da Europa e do mundo. A história nos forneceu uma premissa fundamental para o êxito dessa revolução, no sentido que a nossa sociedade não pode mais desenvolver suas forças produtivas apoiando-se numa base burguesa. Mas a história não se encarrega, por isso, de resolver este problema no lugar da classe operária, dos políticos da classe operária, dos comunistas.¹⁴³

¹⁴³ Idem.

Veja-se que, apesar do tom grandiloquente, não há qualquer “objetivismo”, qualquer atribuição unilateral de importância aos fenômenos históricos “cegos”, operando por fora do controle dos indivíduos. A história não se encarrega de nada, são as classes, os partidos, os indivíduos que atuam na história a partir do que lhes foi legado pelas gerações anteriores.

Nesse discurso em tom especialmente didático, dirigido de maneira direta a um público de trabalhadores, Trotski oferece uma ampla perspectiva histórica para seus camaradas de partido.

A possibilidade da intervenção consciente dos homens sobre os seus destinos é apenas um dos componentes do processo histórico, está inscrita na ideia de história aberta, mas não é uma garantia de êxito nem de progresso permanente. Nada está definido de antemão.

É Weber quem apresenta uma história fadada a repetir as mesmas categorias sociais, os mesmos conflitos, o eterno antagonismos de deuses e demônios. Para ele a guerra, com todo o seu horror, é não apenas um destino inevitável, mas deve ser encarada como uma “responsabilidade histórica”, como vimos no primeiro capítulo. Essa visão fatalista do processo histórico não tem nada em comum com o marxismo, o qual ao tempo em que proclama o valor objetivo das descobertas científicas realizadas pelo pensamento humano, também enxerga a capacidade de autoconstrução humana na história como um campo de virtualidades sem limites pré-definidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Num trabalho anterior¹⁴⁴, buscamos dialogar com um dos grandes problemas que confrontam o marxismo após as últimas décadas: explicar os motivos para a degeneração e posterior desmoronamento do “bloco soviético”; ou, em termos teóricos, a verdadeira relação entre *socialismo* e *burocracia*. Queríamos mostrar que Weber invertia completamente a questão ao apresentar o socialismo como um sistema em que o Estado controla tudo e por isso em que a burocracia se transformaria numa camada social indestrutível; que para defender isso ele tinha que anular as contradições intrínsecas à existência simultânea da propriedade socializada e de um extrato social privilegiado separado das massas trabalhadoras; e realizar uma ampla operação ideológica a fim de transformar todo o desenvolvimento histórico ocidental em uma longa marcha no sentido da racionalização crescente da sociedade; em direção a uma sociedade onde impera o princípio da racionalidade, da divisão do trabalho e da especialização, enfim, um processo histórico no qual o surgimento da burocracia nas empresas e no Estado como quadro administrativo separado do resto da sociedade é uma tendência inexorável e que a socialização dos meios de produção apenas agravaria, ao eliminar o que Weber considera o único adversário sério da burocracia: a iniciativa privada (!).

A esse respeito, é curioso notar como os responsáveis pela edição de Cambridge dos “Escritos políticos” precisam agregar uma noção totalmente estranha a Weber para tentar “manter em pé” a profecia weberiana após os acontecimentos de 1989-1991: “A ‘anarquia da produção’ descrita por Marx e Engels estava sendo suplantada por um regime burocraticamente administrado (...). O socialismo completaria esse desenvolvimento com o fortalecimento do aparato burocrático, que passaria a governar todas as esferas da vida. A alienação de qualquer tipo de agente produtor na economia moderna seria completa. *O projeto socialista era, inerentemente, autodestrutivo*”.¹⁴⁵

¹⁴⁴ Iniciação científica, CEPE-PUC/SP, 2004. Publicada em versão adaptada como “Burocracia e socialismo em Weber e Trotski”, *Contracorrente*, no. 1, Brasília, Centelha Cultural, 2009.

¹⁴⁵ Op. cit., “apresentação”, p XXI.

Grifamos a parte final apenas para reforçar o contraste com a tese realmente defendida por Weber, de que a burocracia, numa sociedade socialista, seria *indestrutível*, exatamente o oposto do que os editores tentam fazer passar.

Foi o que mostramos naquela pesquisa que comentávamos, onde procuramos mostrar afinal que o desenlace do processo, com a ação cada vez mais abertamente restauracionista da própria burocracia, até a queda do regime por suas contradições internas, reforçava definitivamente o triunfo do pensamento materialista sobre o “idealismo” intrínseco ao pensamento burguês de Weber.

A investigação presente, cuja inspiração surgiu no curso da pesquisa anterior, colocou o foco num ponto menos debatido de sua obra. Partindo da sugestão da existência de nexos de continuidade entre os procedimentos metodológicos de Weber (com seus fundamentos filosóficos), e a sua atitude política geral, buscamos investigar prioritariamente esta última. Questão que nos remeteu de início a dois possíveis desdobramentos: o forte posicionamento imperialista diante da guerra (desde 1914) e a atitude abertamente contrarrevolucionária frente à revolução operária na Alemanha (em 1918). No texto atual pudemos nos aprofundar, e mesmo assim menos do que desejaríamos, apenas no primeiro desses eventos, isto é, procuramos mostrar que Weber não apenas foi um pensador fortemente engajado, com todas as consequências do fato de que seu engajamento se dava a favor da elevação da Alemanha à condição de maior potência imperialista europeia; mas também que (após um primeiro momento de entusiasmo inicial em que queria ir diretamente ao front) sua localização é, a despeito de estar distante do comando político efetivo, a de uma espécie de estrategista de guerra, no sentido mais amplo do termo. Intervindo diretamente no debate público através de discursos e de artigos nos principais jornais alemães, assim como através de múltiplos contatos políticos com o regime constitucional do Kaiser.

Se a firme rejeição da revolução e do socialismo foi sempre um traço marcante do pensamento (e cf. Marianne Weber, da personalidade) de Max Weber, buscamos examinar sua atitude perante a guerra, que era a única alternativa realista àqueles. Além disso, queríamos testar a validade, ou a profundidade, das afirmações que apresentam Weber como um “crítico do capitalismo”, das quais Michael Löwy seria um exemplo emblemático.

Ao passo que recuperamos esses fatos históricos, buscamos dar pistas para as complexas relações entre sua compreensão geral do momento histórico em que vivia, e suas concepções filosóficas mais amplas e seus desdobramentos metodológicos. Ainda que não fosse este o nosso tema específico, não poderíamos deixar de notar como a metodologia baseada no “tipo ideal” servia excepcionalmente bem à defesa ideológica do mundo burguês contemporâneo, e do ponto de vista de uma potência imperialista específica, mesmo que tenhamos tido que nos contentar com delinear sem penetrar o problema das premissas filosóficas e epistemológicas sobre as quais se baseia a construção de tal instrumental teórico, que fazem as vezes de suporte pseudocientífico para aquela defesa.

É nesse sentido que nos parece lícito incluir entre as conclusões naturais e não necessariamente prefiguradas da nossa pesquisa, a constatação do caráter equívoco da conhecida afirmação de Gabriel Cohn, segundo a qual “a relação de Weber com a burguesia não é apologética nem retrógrada, é crítica”¹⁴⁶. Novamente, o que faz de Weber especial, o que faz com que seja ainda hoje um dos esteios de toda tentativa conservadora de refutar Marx – de maneira ao menos aparentemente qualificada –, o que faz com que hoje, quando um século nos separa de suas principais elaborações, seja ainda importante confrontá-lo e explicitar o sentido interno de sua obra e a sua vocação histórica, é justamente o fato de ser Weber um intelectual orgânico da burguesia; é o fato de que ele não se perdia defendendo os interesses contingentes, imediatos, da sua classe, mas sim se enfrentava com ela, buscando ressaltar seus verdadeiros interesses históricos, e fazê-lo dando conta das enormes limitações históricas que a burguesia tinha que aceitar como fatos tão logo o modo de produção assentado nas relações sociais em que ela é a classe dominante se estendeu para o conjunto do globo e demonstrou ser a nova fonte de conflitos intermináveis.

¹⁴⁶ Gabriel Cohn, *Crítica e Resignação*. Não sabemos se por recomendação do autor ou mera opção editorial, a frase foi escolhida para figurar na própria capa do livro.

Vista a coisa desse ponto de vista, não é a relação de Weber com a burguesia que é retrógrada, mas ao contrário, é a a posição burguesa perante o mundo (abertamente partilhada por Weber) que se tornou irremediavelmente reacionária em toda a linha. Numa palavra, Cohn é inteligente o bastante para afirmar algo que não poderíamos refutar, quando diz que a relação de Weber com a burguesia não é apologética, não é retrógrada, que é crítica, e assim tentar fazer passar de maneira sub-reptícia a conclusão de que isso o faria menos orgânico dessa classe, e não mais, como acreditamos ter contribuído para demonstrar.

Algo semelhante, ainda que em direção oposta, vale também para o recente livro de Michael Löwy sobre Weber e o “marxismo weberiano”. Nessa obra, o marxista M. Löwy parte de reconhecer tudo o que sabemos sobre Weber: que ele “não é nenhum adversário do capitalismo”; que era nacionalista alemão e “um defensor do poder imperial do Reich germânico”, que era “claramente contrário ao socialismo”, e que “não acreditava em alternativas ao capitalismo”. Michael Löwy sabe de tudo isso, tão bem ou provalmente melhor do que nós. E é justamente por isso que a coisa fica mais complicada, pois isso significa que podemos descartar a possibilidade de que a iluminação de fatos até aqui ignorados possa vir a mudar o juízo que benevolente que estabeleceu com relação a Weber.

Já acompanhamos há algum tempo, com alguma consternação, o propósito recorrente de Löwy de aproximar e fazer convergir Marx e Weber, apresentando a ambos, lado a lado, como “críticos do capitalismo”. Preocupa-nos que, assim, a operação ideológica fornecida por Weber para passar sua apologia do sistema na forma de uma crítica pesada e pessimista, seja servida por Löwy como se fosse boa. O que é mais grave, pois Löwy parte desse juízo para advogar a favor de um “marxismo weberiano”, em pleno século XXI. De todo modo, não é este o local para seguir com tal debate, que vemos como de suma importância. Fecharemos esse comentário, então, com uma hipótese, para a qual o próprio livro de Löwy nos parece apontar. É que nele, a pretexto de falar de Weber e de “marxistas weberianos” – notadamente, a chamada Escola de Frankfurt, a quem o rótulo nos parece bastante adequado, mas não por seu méritos diga-se de passagem – M. Löwy encontra o pretexto para desenvolver outro tema sobre o qual vem há anos insistindo, mas que nunca tínhamos visto assim elaborado: a hipótese da existência de uma “afinidade negativa” entre catolicismo e capitalismo. Invertendo a conhecida análise de Max Weber sobre as “afinidades eletivas” entre capitalismo e

protestantismo, Löwy encontra espaço para introduzir todo um capítulo em que discorre sobre o “insight” da relação oposta. Assim, talvez a prontidão para aproximar tanto Marx e Weber, entre os quais há “um mundo de separação” como ele mesmo reconhece, tenha algo a ver com a fixação nas negações românticas do capitalismo e com a aparente afinidade eletiva do próprio Löwy com a esquerda católica.

Para nós, e por tudo o que foi discutido aqui, fica agora claro que a crítica marxista ao pensamento de Max Weber não se circunscreve apenas a uma discussão epistemológica com as cátedras burguesas, nem se reduz ao ajuste de contas com os elementos de ecletismo e heterogeneidade filosófica com os quais sua obra influenciou algumas das melhores mentes do pensamento social brasileiro de viés marxista. Acreditamos que existe também um valor político maior na empreitada.

Se os dias atuais são de transição acelerada para uma nova etapa da situação mundial, em que a hegemonia das ideias liberais, já mais do que questionada em todos os países, começa a dar lugar a fenômenos ideológicos de transição, a figura e a obra de Max Weber aparecem como um alerta quanto ao que devemos esperar como resposta burguesa a esse novo declínio do liberalismo.

Por outro lado, Trotski, a despeito de ter sido aqui analisado sobretudo em um momento ainda relativamente imaturo de sua obra, nos serviu como contraponto suficiente para mostrar que a alternativa histórica à guerra não apenas existia no âmbito do pensamento, mas também como parte de um movimento ativo atuando em direção oposta.

Sem recurso a qualquer metodologia arbitrária, estranha ao processo histórico, mas buscando no desenvolvimento concreto deste as raízes explicativas para os acontecimentos, vimos como Trotski vinculou a deflagração da guerra à dinâmica interna do capitalismo. Como a posição das classes (e de suas representações políticas) perante a conflagração era resultado do desenvolvimento anterior e da estrutural social por ele instaurada. E como a resultante, em termos de ação histórica, partia de tais determinações mas não estava por elas definida (ou “sobredeterminada”). Na visão de Trotski, restava sempre um campo de possibilidades. Que o proletariado, na medida em que fosse incapaz de agir de forma independente da burguesia (dos distintos países) não

poderia mais do que compartilhar o seu destino histórico. Mas que, a partir do momento em que assumisse seu próprio caminho, poderia abrir todo um novo panorama, para si próprio e para a humanidade em seu conjunto.

Que dizer então da atualidade destas questões? Num momento em que todas as crenças já desvaneceram há tempos, mas também as descrenças começam a se dissipar... Aqui a pesquisa estritamente historiográfica deve silenciar, mas o pensamento não teria por que se deter.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

WEBER, Max: *Ciência e política: duas vocações*. Editora Cultrix. São Paulo, 1993.

Parlamentarismo e governo numa Alemanha reconstruída. In: Os Pensadores v. XXXVII. Abril cultural e industrial. São Paulo, 1974.

Os fundamentos da organização burocrática: uma construção de tipo ideal. In: Sociologia da burocracia. Zahar Editores. Rio de Janeiro, 1976.

Zur Politik im Weltkrieg : Schriften und Reden 1914-1918; Editado por Wolfgang J. Mommsen e Gangolf Hübinger. J.C.B. Mohr (Paul Siebeck), Tübingen, 1988.

Estudos Políticos. Rússia 1905 e 1917. Apresentação de Maurício Tragtenberg. Editado por Gabriel Cohn. Azougue Editorial. Rio de Janeiro, 2005.

Briefe 1913-1914. Editado por M. Rainer Lepsius e Wolfgang J. Mommsen. J.C.B. Mohr, Tübingen, 2003. (Leitura a ser completada durante o estudo).

“A ‘objetividade’ do conhecimento nas ciências sociais”, edição comentada por Gabriel Cohn, São Paulo, Ática, 2006

Economia e Sociedade. Brasília/São Paulo, Editora UnB/ Imprensa Oficial, 2004

Escritos políticos. São Paulo, WMF Martins Fontes, 2013.

TROTSKI, L. “Stalin, o grande organizador de derrotas. A Terceira Internacional depois de Lenin”, Sao Paulo, Ed Sundermann, 2012.

A revolução permanente, São Paulo, Expressão Popular, 2010.

Historia de la revolución rusa (3 tomos). Buenos Aires, Antidoto, 1997.

Guerra y revolución (compilação). Buenos Aires, CEIP León Trotsky, 2006

Naturaleza y dinámica del capitalismo y la economía de transición, Buenos Aires, CEIP León Trotsky, 1999.

A guerra e a Internacional. Arquivo digital disponível em

<http://www.marxists.org/espanol/trotsky/1910s/1914-guerra.htm>

Na escala da história universal. Arquivo digital disponível em
<http://www.marxists.org/portugues/trotsky/1921/mes/historia.htm>

MOMMSEN, Wolfgang J.: *Max Weber and German Politics*. University of Chicago Press, Chicago, c1984.

MAYER, Jacob P.: *Max Weber and German Politics*. Faber and Faber, Londres, 1956.

LICHTBLAU, Klaus (org.): *Max Webers "Grundbegriffe". Kategorien der kultur- und sozialwissenschaftlichen Forschung*. VS Verlag für Sozialwissenschaften, Wiesbaden, 2006. (Leitura a ser realizada durante o estudo).

COHN, Gabriel: *Crítica e resignação. Fundamentos da sociologia de Max Weber*. Martins Fontes, São Paulo, 2003.

LUKACS, Georg: *El asalto a la razón. A trayectoria del irracionalismo desde Schelling hasta Hitler*. Grijalbo, Barcelona, 1978.

NIETZSCHE, Friedrich: *Genealogia da Moral – uma polêmica*. Companhia das Letras, São Paulo, 2009.

Assim falou Zaratustra, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1998.

LOSURDO, Domenico. *La comunidad, la muerte, Occidente. Heidegger y la "ideología de la guerra"*. Losada, Buenos Aires, 2003.

MARX, Karl. *Nova Gazeta Renana*. São Paulo: Educ, 2010

O Capital. v. I. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1998

LENIN, V. I. *O desenvolvimento capitalista na Rússia*. São Paulo, Editora Abril, 1994.

Imperialismo, fase superior do capitalismo. São Paulo, Ed. Global, 1990.

”;

CHASIN, J. *A miséria brasileira*. São Paulo, Ensaio, 1998.

WEBER, Marianne - *Weber, uma biografia*. São Paulo, Casa Jorge Editorial, 2003.

MÉSZÁROS, I. *Filosofia, ideologia e ciência social*. São Paulo, Ensaio, 1993

COHN, G.- *Crítica e resignação*. São Paulo, Martins Fontes, 2003,

ANDERSON, P. - *Zona de Compromisso*. São Paulo, Edunesp, 2003.”,

LOWY, M - *A jaula de aço. Max Weber e o marxismo weberiano*. São Paulo, Boitempo, 2014.

As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen, São Paulo, Cortez, 2000,

DEUTSCHER, I., *O profeta armado*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2006

O profeta desarmado. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2006

O profeta banido. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2006

SERGE, V. - , *Trotsky, vida e morte*. São Paulo, Ensaio, 1992.